

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**MARIA DE FÁTIMA DE CARVALHO**

**A INTERFACE DA BUSCA ATIVA NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**São Paulo**

**2020**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**MARIA DE FÁTIMA DE CARVALHO**

**A INTERFACE DA BUSCA ATIVA NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lucia Rodrigues.

**São Paulo**

**2020**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução parcial ou total desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Maria de Fátima Carrvalho

timcarvalho@hotmail.com

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

Carvalho, Maria de Fátima

A interface da busca ativa na prática do assistente social / Maria de Fátima Carvalho

-- São Paulo: [s.n.], 2020. 119p; 21 X 29,7 cm.

Orientador: Maria Lucia Rodrigues.

Tese (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2020.

1. Buca ativa. 2. Prática profissional. 3. Serviço Social. 4. Assistência Social. I. Rodrigues, Maria Lucia. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

**MARIA DE FÁTIMA DE CARVALHO**

**A INTERFACE DA BUSCA ATIVA NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, área de concentração em Serviço Social.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Nome Completo – Sigla da Instituição

---

Dra. Nome Completo – Sigla da Instituição

---

Dra. Nome Completo – Sigla da Instituição

---

Dra. Nome Completo – Sigla da Instituição

## **DEDICATÓRIA**

Ao Sr. Eduardo Farias, ex-usuário da PNAS, (in memoriam) que me indignou/inspirou, a adentrar os limites e as possibilidades da profissão, e aos (as) colegas assistentes sociais da “ponta” conhecidos e desconhecidos que “metem a mão na massa” modelam e fazem a política de assistência social “girar” por esse país afora, meus cumprimentos e admiração.

## **AGRADECIMENTO A CAPES**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Número de processo 88887.199243/2018-00

## **AGRADECIMENTO AO CNPq**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)-Código de Financiamento:830266/1988-7.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Finance Code 830266/1988-7.

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos são muitos, quero poder lembrar de todos os envolvidos direta ou indiretamente neste estudo e que contribuíram para esse trabalho se tornar realidade. Agradeço a minha fé nas supremas forças divinas.

À minha mãe “Dona Zizi”, que foi minha primeira professora, parceira constante na vida afora, com suas orações, pensamento positivo, ajuda financeira e acima de tudo, seu amor infinito que sempre me alcançou mesmo na distância física que nos separa há muitos anos.

Aos meus irmãos, “Zefa” e “Tico” por me acolherem sempre em minhas confidências, escolhas, parceiros em tantas coisas desde as nossas primeiras brincadeiras! Obrigada por serem tão bons comigo. Minhas irmãs do primeiro casamento do meu pai, especialmente a Bia, por brincar comigo e me ensinar a nadar, por me “carregar no pescoço”, me ensinar a pescar, por sua generosidade e espírito elevado, conselheira e amiga de grande senso de humanidade, sem julgamentos com todos, familiares ou não, na sua simplicidade de pequena agricultora orgânica.

Ao meu pai que antes de fazer sua passagem, na sua simplicidade de homem do campo me passou tantos valores como o desapego exagerado pelas coisas materiais, a naturalidade sobre a morte, as lições práticas de gratidão, respeito e amizade, consideração às pessoas e a diversidade religiosa. Nunca demonstrou inclinação a nenhuma religião, mas transitou por todas que conheceu, muito naturalmente estabelecendo laços de amizades; me deu a maior lição de respeito ao próximo e suas crenças; assim me ensinou.

Ao Joaquim meu filho, meu melhor projeto, ainda inacabado, por ter me proporcionado a oportunidade da maternidade, me ajudado no aprimoramento enquanto ser humano, ter entendido minha ausência pelos estudos nos dias que precisei me isolar para estudar e produzir conhecimento, pela colaboração nas tarefas domésticas e ajuda com os mistérios da informática e também pelas intrusões no meu espaço de estudo, com conversas de sua vida, de seus sonhos e inquietude e curiosidade genuínas.

Ao meu companheiro e amor Silvio, pela parceira e ajuda constante em tudo, desde as idas na biblioteca buscar livros à partilha e apoio nas minhas angústias e alegrias; meu mecenas neste projeto; seu incentivo em minha busca e por ter me acolhido em momentos alegres ou tristes, ter entendido que muitas vezes precisava ficar sozinha com os livros e o computador, e pelos presentes preferidos que sempre me dá, os livros.

A minha sogra Paula pela comemoração quando ingressei no mestrado da PUC-SP, suas orações, carinho e cuidado de amiga e mãe. Aos colaboradores da pesquisa pela valiosa contribuição e confiança, vocês foram o oxigênio deste estudo.

Ariane e Airton que me ajudaram com a formatação do pré-projeto, Ligia que se dispôs a ajudar e sempre teve/tem uma palavra amiga e incentivadora, Lourdes com amizade e informações, a Professora Marta Campos pela amizade e carinho, especialmente, no dia em que o cansaço e a angústia da dúvida e da espera em ter ou não sido selecionada no mestrado da PUC- SP; me acolheu em sua casa, me pediu para tirar os sapatos e colocar os pés na mesinha de centro do sofá e me serviu um belo copo de vinho; contou coisas engraçadas para me alegrar, nunca vou esquecer. Obrigada.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (NEMESS- PUC/SP), Perla pelo suporte e incentivo. Carla, Flaviana, Emanuel, obrigada por tudo. A professora e orientadora Maria Lúcia Rodrigues pela paciência, parceria, sabedoria e compreensão, acolhimento e incentivo e por ter acreditado em mim e na criação das asas para esse projeto. O seu respeito pelas minhas origens e história, pelos meus limites intelectuais, pelo seu apoio constante, serei sempre grata. A banca examinadora. A Andréa, secretária do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, pelo trabalho responsável competente e acima de tudo muito humano com os alunos.

A Nanci pela amizade pela colaboração, Franciele e a todas as professoras da PUC- SP, especialmente das disciplinas que cursei, Dirce Koga, Carola Arregui, Carmelita Yasbeck, Maria Lúcia Martinelli e Raquel Raichelis pela transmissão do conhecimento e humanidade.

Ao CAPES e o CNPQ pelo incentivo à pesquisa e pela bolsa de estudos.

Meu imenso obrigado a todos (as).

## RESUMO

Este estudo trata da Busca Ativa, uma estratégia de localização, de identificação e de inclusão social de pessoas vulneráveis ou extremamente pobres, excluídas, desprotegidas socialmente, indivíduos e famílias desconhecedores, total ou parcial, dos seus direitos de cidadania, silenciados pela pobreza, fora do alcance dos serviços e das políticas públicas, portanto denominados “invisíveis” para o estado. A Busca Ativa ganhou notoriedade nacionalmente com o PBSM- Plano Brasil Sem Miséria em 2011; essa estratégia resultou numa ponte para a cidadania, o bem-estar social e a visibilidade desse público. Em ampla sintonia com o CadÚnico-Cadastro Único para Programas Sociais e com a PNAS-Política Nacional de Assistência Social, teve centralidade nas ações do PBSM tendo o assistente social à frente dos seus programas e projetos através da execução da Busca Ativa. O PBSM foi encerrado em 2015, já a busca ativa seguiu, executada na proteção especial básica nos serviços sociassistenciais e na Proteção Especial em alguns casos. O que sabemos sobre esta estratégia na PNAS? Localizamos uma escassa produção de estudos sobre esta temática no Serviço Social, e percebemos a pouca visibilidade da busca ativa na PNAS, de onde nascem nossas indagações. Nosso interesse investigativo consistiu em verificar o sentido, a apreensão\apropriação que o/a assistente social da “ponta” possui sobre esta estratégia e como executa esta prática em seu cotidiano. Sabendo que a busca ativa possui uma função política que extrapola a localização, a identificação, a coleta dos dados e resolução imediata de demandas geralmente isoladas, pretendemos verificar os limites e as possibilidades desta execução inclusiva social através de uma pesquisa qualitativa e crítica, entrevistando 7 assistentes sociais que compõem os NCI-Núcleos de Convivência de Idosos da cidade de São Paulo, procurando assim, dar voz àqueles/as que exercitam esta prestação de serviços.

Palavras-chaves: busca ativa, assistente social e prática profissional.

## **ABSTRACT**

This study is about Active Search, a strategy for locating, identifying and social inclusion of vulnerable or extremely poor people, excluded, socially unprotected, individuals and families unaware, totally or partially, of their citizenship rights, silenced by poverty, outside the scope of services and public policies, so called “invisible” to the state. Active Search has gained notoriety, nationally, due to PBSM - Plano Brasil Sem Miséria in 2011. This strategy resulted in a bridge to citizenship, social welfare and the visibility of this public. In harmony with the CadÚnico-Cadastro Único for Social Programs and the PNAS-Politica Nacional de Assistência Social, this strategy was central to PBSM's actions, with the social workers at the head of its programs and projects through the execution of the Active Search. PBSM was ended in 2015, but the active search has continued, inside the basic special protection in social assistance services and in Special Protection in some cases. What do we know about this strategy at PNAS? We found a scanty number of studies about this topic in Social Work, and we noticed the lack visibility of the active search in PNAS, where our questions came from. Our investigation interest was to verify the meaning, the apprehension \ appropriation that the social workers on the “tip” has about this strategy and how they execute this practice in his daily life. Knowing that the active search has a political function that goes beyond the location, identification, data collection and immediate resolution of usually isolated demands, we intend to ascertain the limits and possibilities of this social inclusive execution by a qualitative and critical research, interviewing seven social workers, members of the NCI- Núcleo de Convivência de Idosos in São Paulo's city, thus seeking to give a voice to those who provides this services given.

**Keywords:** active search; social workers; professional practice.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CaDúnico - Cadastro Único para Programas Sociais do governo Federal

CCinter- Centro de Convivência Intergeracional

CCA- Centro para Crianças e Adolescentes

CJ- Centro para Juventude

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNDI- Conselho Nacional do Idoso

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

FAPSS – Faculdade Paulista de São Paulo

FMU- Faculdades Metropolitanas Unidas

GPTEs- Grupos Populacionais Tradicionais Específicos

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NCI – Núcleo de Convivência de Idosos

NOB- Norma Operacional Básica

NIS- Número de Identificação Social

MROSC-Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

OSB- Observatório Social do Brasil

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização não governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAIF- Programa de Atenção Integral à Família

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD -Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PDU-Plano de Desenvolvimento do Usuário

PTR- Programa de Transferência de Renda

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PLAS- Plano de Assistência Social

PNI- Política Nacional do Idoso

PBF- Programa Bolsa Família

PBSM- Programa Brasil Sem Miséria

RMV- Renda Mensal Vitalícia

SAICA- Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SMADS- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único.

SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social

SASF- Serviço de Assistência Social à Família

SUAS-Sistema Único de Assistência Social

SESEP- Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza

SPU- Secretaria do Patrimônio da União

TNSS- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1- Processo das etapas de ações do CRAS com as famílias do PAIF. ....                              | 29 |
| Figura 2 - Resumo de parte das estratégias e instrumentos referentes às ações do MDS no PBSM.....         | 35 |
| Figura 3 - Mapa de Municípios segundo a condição de elegibilidade e implantação das equipes volantes..... | 47 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                       |       |
|-----------------------------------------------------------------------|-------|
| Quadro 1 - Síntese da formulação dos eixos do Brasil sem Miséria..... | 32/33 |
|-----------------------------------------------------------------------|-------|

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Distribuição da população total e da população em extrema pobreza segundo região (rural e urbano) ..... | 36 |
| Tabela 2 – Distribuição da população total e da população em extrema pobreza por faixa etária.....                 | 37 |
| Tabela 3 - Número de CRAS por localização, segundo a existência de Equipes volantes.....                           | 49 |
| Tabela 4- Meio de deslocamento da equipe volante (Censo SUAS – 2013) .....                                         | 49 |
| Tabela 5 - Objetivos da busca ativa realizada pelo CRAS, segundo a existência de equipes volante .....             | 50 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                            | 19  |
| 1.RESULTADOS PRELIMINARES.....                                                                                              | 26  |
| 1.1. O Plano Brasil Sem Miséria e a projeção da Busca Ativa .....                                                           | 29  |
| 1.2. Público e ações do PBSM .....                                                                                          | 32  |
| 1.3. A PNAS/SUAS: principais atores do pbsm .....                                                                           | 38  |
| 1.4. A Busca Ativa: mais do que quantificar.....                                                                            | 41  |
| 1.5. Inclusão e respeito às diferenças: as Equipes Volante na Busca Ativa. ....                                             | 45  |
| 2. O Núcleo de Convivência de Idoso (NCI) .....                                                                             | 51  |
| 2.1. O CADÚNICO .....                                                                                                       | 62  |
| 3. A METODOLOGIA DA PESQUISA E OS SEUS SUJEITOS .....                                                                       | 70  |
| 3.1. O universo da pesquisa e seus sujeitos.....                                                                            | 71  |
| 3.2. Caracterização dos participantes da pesquisa.....                                                                      | 72  |
| 3.3. Percurso intelectual dos sujeitos de pesquisa .....                                                                    | 73  |
| 3.4. Análise e interpretação - das narrativas dos sujeitos à interface da Busca Ativa na prática do assistente social ..... | 74  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                                  | 94  |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                                            | 98  |
| Apêndices A – Modelo de Termo de Participação da Pessoa como Sujeito .....                                                  | 104 |
| Apêndice B - Modelo das perguntas norteadoras da entrevista .....                                                           | 105 |
| Anexos - A Busca ativa nas Subprefeituras de São Paulo 2015/2019 .....                                                      | 106 |

## INTRODUÇÃO

A Busca Ativa e sua articulação à Política Nacional de Assistência Social teve origem anterior à implantação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), em 2011, mas se concretizou mesmo nos programas e projetos do PBSM, e manteve forte aliança com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para superar a ideia de que os cidadãos em situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade tinham de ir até os serviços socioassistenciais. Era uma necessidade especialmente para aqueles que não tinham conhecimento ou meios para acessar os serviços, ou compunham uma população territorialmente dispersa; para os que se desconheciam enquanto cidadão de direitos, que se mantinham no imobilismo e passividade que se cristalizaram, resultado dos repetidos anos de desproteção dos órgãos públicos.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), definiu a busca ativa:

[...]” uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria e significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios conflagrados, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros. A Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. Entende-se como rede de proteção social a oferta de direitos sociais básicos e de oportunidades para inclusão produtiva abrangendo as políticas de garantia de renda (Bolsa Família, Bolsa Verde, Benefício de Prestação Continuada, Previdência Social), de acesso a serviços (assistência social, saúde, educação, energia, água, segurança alimentar e nutricional, entre outras) e de trabalho e renda” [...]¹

O modelo tradicional de proteção social não alcançava ou localizava o referido público, e encontrá-lo era algo dispendioso para os governos. Esse darwinismo social passou a ser alvo de atenção nos governos Lula e Dilma, de 2003 a 2016, e a Busca Ativa afirmava que esse povo podia ser alcançado, na conjuntura em que estivesse, bastava ajustar o modelo vigente, a organização de estado e parcerias em todas as instâncias. Assim, foram direcionadas ações de

---

<sup>1</sup> Ministério do Desenvolvimento Social. Sobre a definição de Busca Ativa. Disponível em: [mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa](http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa). Acesso em: 26 de abr. de 2018.

oferta de bens e serviços por parte do PBSM, em 2011, tendo o Estado e diversos parceiros como aliados na promoção dessa acessibilidade.

Nesse sentido, em substituição à lógica de ofertar os serviços e ações e esperar que a população viesse em busca das políticas, foi criada a estratégia de Busca Ativa, em que a responsabilidade de encontrar os mais pobres seria assumida pelo Estado, por intermédio de seus equipamentos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Essa operação se ancorava na rede de assistência social, presente em todos os municípios do país. (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p. 46)

Para encontrar pessoas que residiam há dias de viagem da cidade mais próxima, ou mesmo um vizinho, era preciso caminhar muitos quilômetros em carência parcial ou total de recursos, por lugares com estradas intransitáveis, com acesso apenas através de embarcações. A precariedade atingia a todos: homens, mulheres, crianças, idosos, doentes crônicos, famílias inteiras sem documentação básica, como Registro de Nascimento, Registro Geral (RG), etc., sem acesso à atenção médica, à educação, etc.

A partir daí a Busca Ativa passou a ter uma clara e definida função no alicerce da PNAS. Através dela há condições de se ampliar consciências e criar muitos serviços, pois ela deságua no microcosmo da vida dos indivíduos e famílias, tornando possível identificar suas diversas necessidades sociais. Percebemos, por intermédio dessa estratégia, a imensa necessidade e possibilidade de o assistente social<sup>2</sup> trabalhar com o referido público, em um protagonismo de ponta e de coragem, no despertar da consciência crítica, na compreensão de seus significados como cidadãos brasileiros, seus direitos dentro das políticas públicas, sua importância social.

A motivação e interesse em desenvolver esse estudo vêm de nossa realidade profissional na função de assistente social em um Núcleo de Convivência de Idosos (NCI) na extrema periferia de São Paulo, em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) conveniada com a Prefeitura, onde trabalhamos com carga horária de 20 horas semanais. Dentre as nossas inúmeras atribuições, uma era a execução da Busca Ativa, convivendo com a exigência da alta produtividade de dados, prioridade muitas vezes conflitante com o trabalho junto aos conviventes. A ausência de apoio teórico/metodológico, informação, formação e estrutura para

---

<sup>2</sup> Pedagogos, psicólogos, antropólogos, etc., também executam a Busca Ativa. A documentação oficial PNAS/MDS cita que profissionais de nível superior podem executá-la, dando prioridade ao assistente social junto, e preferencialmente, ao psicólogo.

sua execução, o tecnicismo, burocratismo eram a marca do modo que, tendencialmente, se conduzia a Busca Ativa na prática profissional. Era evidente a necessidade de conhecimento renovado e adequação às reais necessidades territoriais e temporais da estratégia.

A Busca Ativa era uma função apenas a ser cumprida, esvaziada de sentido histórico, político, teórico, de bases informativas/formativas e estrutural. As listas utilizadas para encontrar dos usuários estavam sempre desatualizadas, eram o único material de apoio e direcionamento na itinerante peregrinação pelo território para divulgação do serviço e dos benefícios, para verificar se o idoso estava vivo e recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), as demandas e cadastramento/atualização no Cadastro Único, e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Os assistentes sociais reuniam um saber intrinsecamente profissional na execução desta estratégia, talvez genuíno da formação e dos propósitos da profissão.

Em muitos trabalhos, os profissionais se utilizavam de estratégias de apoio que envolvem conhecimento, para não correr o risco de tornarem-se um profissional apenas reprodutor e tarefairo, perdido quanto ao início, meio, e fim de suas intervenções. Se a ação e o conhecimento na Busca Ativa não caminhavam juntos, o resultado era uma prática fragmentada na captação e decifração da sua totalidade.

Um dos traços mais percebidos no discurso contemporâneo dos assistentes sociais é a supervalorização dos tipos de conhecimento que redundam em conhecimento prático imediato para a atuação profissional. Em outras palavras, não é difícil para um observador minimamente atento perceber que está atualmente em curso um fortalecimento da já definida e persistente lógica do “saber prático” no interior da profissão. Através desse processo, o pensamento instrumental e empirista vem ganhando status de “conhecimento que realmente produz resultados para a prática profissional cotidiana”, em detrimento das operações teóricas que se propõem ir além da mera manipulação imediata de aspectos do cotidiano, buscando captar as complexas determinações que compõem a totalidade das relações sociais e não se revelam na superficialidade cotidiana do fenômeno. (MARANHÃO, 2016, pp. 165-166)

Nossa inquietação nos fez refletir se existiam profissionais em condições semelhantes ou superadas quanto ao exercício dessa prática no âmbito da política social, e no decorrer da pesquisa percebemos que sim, conforme veremos mais adiante.

Assim, pretendemos verificar como os assistentes sociais se apropriam do significado da Busca Ativa, como a percebem e exercem, a organização e mobilização em torno da sua

ação nos Núcleos de Convivência de Idosos (NCIs), na Política Nacional de Assistência Social e na Proteção Social Básica. A citação abaixo é da Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Básica Municipal/SP de 2012 define que uma das atribuições do profissional de nível superior do CRAS<sup>3</sup> é realizar a Busca Ativa, e o CRAS é responsável por

Realizar busca ativa no território de abrangência, para conhecimento da dinâmica populacional, suas vulnerabilidades e potencialidades, e desenvolver ações que visem prevenir o aumento da incidência de situações de risco (2012, p.51)

No âmbito da política da saúde, a Busca Ativa foi e é utilizada pela Vigilância Epidemiológica, no Controle da Febre Amarela no Brasil. Foi assim que se produziu o estudo *Evolução da Vigilância Epidemiológica do Controle da Febre Amarela no Brasil de 2011*<sup>4</sup>, e foram conferidas medidas de vigilância e notificação compulsórias, objetivando estudar, tratar, controlar e erradicar a doença no Brasil.

O enfrentamento da doença foi facilitado pela criação do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, em abril de 1903, cujo objetivo precípuo era eliminar a febre amarela da capital do país, Rio de Janeiro, em quatro anos. As "Instruções para o Serviço de Profilaxia Específica. Febre-Amarela", adotadas em maio daquele ano, regulamentaram e consolidaram a campanha empreendida por Cruz. Com bases técnicas concretas, calcadas no conhecimento sobre a transmissão da doença, e baseando-se, também, na comprovação da não contagiosidade, Oswaldo Cruz munuiu-se de plenos poderes para adotar as medidas de controle da doença e direcionou as ações de vigilância e controle para o ponto focal: o mosquito transmissor. O trabalho foi organizado sob forma de campanhas inspiradas na disciplina militar, com os exércitos de "mata mosquitos" entrando nas casas à procura de focos do vetor (COSTA et al, 2011, p.13)

Ainda na política de saúde, a Vigilância Sanitária<sup>5</sup>, de natureza preventiva, utiliza a estratégia de Busca Ativa em suas ações. Surgiu da preocupação em conter as doenças

---

<sup>3</sup>O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 19 de maio de 2020.

<sup>4</sup> Estudo de Zouraide Guerra Antunes Costa; Alessandro Pecego Martins Romano; Ana Nilce Maia Elkhoury; Brendan Flannery. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo>. Acesso em: 18/11/2019.

<sup>5</sup>É um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. A Vigilância Sanitária (VISA) é responsável por promover e proteger a saúde e prevenir a doença por meio de estratégias e ações de educação e fiscalização. Disponível em:

transmissíveis nos meios urbanos, e hoje atinge vários campos, como o controle de bens de consumo, problemas decorrentes do meio ambiente, banco de sangue, etc.

O Sistema Único de Saúde (SUS), com o programa Estratégias da Família, faz amplo uso da Busca Ativa e a incorporou como estratégia para suas ações. A PNAS/SUAS- Política Nacional de Assistência Social/ Sistema Único de Assistência Social - destacam o Serviço Social na proteção social dos indivíduos e famílias e na malha destes serviços estão alocados muitos assistentes sociais.

Na política de educação, a “busca ativa escolar” faz alertas sobre crianças e adolescentes fora da escola e que estão apresentando indícios de evasão, etc. Assim, são realizados encaminhamentos necessários para garantir a (re) - matrícula e a permanência no ambiente escolar. O programa “*Fora da Escola Não Pode!!!*”, auxilia os municípios no combate à exclusão escolar<sup>6</sup>.

Na Assistência Social, a Busca Ativa tem por foco os principais usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas), cuja demanda não é espontânea ou encaminhada por outras instâncias, representando uma estratégia fundamental para a prevenção de situações de risco social<sup>7</sup>. (BRASIL, 2012, p. 1)

Nesse contexto, e acreditando que o conhecimento e a informação são importantes em qualquer tempo e situação - nesse caso específico, para desconstruir e construir práticas mais alinhadas com a realidade, procuramos conhecer a Busca Ativa, para concebê-la de modo mais amplo e facilitar maior alcance ao público a que essa estratégia se destina.

---

<http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/sample-sites-2/81-vigilancia-sanitaria/121-vigilancia-sanitaria>. Acesso em: 04 de abr. de 2020.

<sup>6</sup> São apoiadores: Fundo das Nações Unidas Para a Infância- UNICEF, Colegiado Nacional de Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social CONGEMAS, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde- CONASEMS, - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação- UNDIME, e supervisores institucionais, técnicos verificadores e ainda agentes comunitários etc. Com sistemas e bancos de dados digitais e informações, guias manuais, com canal de acesso e participação abertos. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br>, ou em <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>. Acesso em: 15 de dez. de 2019.

<sup>7</sup> MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único. Instrução Operacional Conjunta nº 18/SENARC/SNAS/SESEP/MDS. 20 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/instrucoes\\_operacionais/2012/io\\_conjunta\\_18\\_senarc\\_snas\\_sesep.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2012/io_conjunta_18_senarc_snas_sesep.pdf). Acesso em: 20 de jul. de 2020.

Partimos do pressuposto de que o desconhecimento do assistente social sobre a Busca Ativa, a ausência de informações e de formação para essa prática, a falta de visibilidade e esclarecimentos sobre a importância política dessa estratégia, a fragilidade de conhecimentos teórico-metodológicos para sua efetivação, constituem séria lacuna na sua prática profissional, gerando um fazer deslocado do saber, do entender, que é construído solitariamente no fazer cotidiano.

Nesse sentido, nosso objeto de estudo consiste na Busca Ativa realizada pelos profissionais nos NCIs.

#### Objetivo Geral:

- Analisar o exercício da Busca Ativa no contexto da prática do Serviço Social.

#### Objetivos Específicos:

- Conhecer as principais dificuldades para a execução da Busca Ativa pelos profissionais que trabalharam ou trabalharam nos NCIs.
- Identificar as inovações e enfrentamentos que o assistente social empreende para localizar os indivíduos e famílias “invisíveis” para a política de Assistência Social.
- Analisar a Busca Ativa no contexto da política de assistência e de proteção social

Nossa proposta metodológica se divide em três momentos: o primeiro refere-se ao levantamento bibliográfico para fundamentar e embasar o estudo que propomos, análise de documentos legais e demais bibliografia, sites e temas relacionados à Busca Ativa, com enfoque na Constituição Federal, o livro “O Brasil Sem Miséria”, site do MDS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, etc.

Em um segundo momento, o desenvolvimento de estudo empírico, com a coleta de informações por meio de pesquisa qualitativa crítica, através da realização de entrevistas, que serão gravadas para análise posterior. Essas entrevistas serão feitas com 7 assistentes sociais de regiões distintas - zona leste, zona sul, zona norte e zona oeste da cidade de São Paulo -, profissionais provenientes da realidade dos NCIs, contando com profissionais que estão em atividade e os que já se desligaram do NCI, ou mudaram de cargo. Destacaremos os

depoimentos das entrevistas, focando as vivências e experiências profissionais, informações das condições gerais de funcionamento do trabalho, e execução da Busca Ativa.

No terceiro momento, realizaremos a análise e interpretação das informações, buscando verificar as proposições apresentadas, a dinâmica da atividade, as dificuldades, a construção de novos olhares, reflexões e críticas, possibilitando, talvez, um novo formato para a Busca Ativa na PNAS, com mais criticidade, criatividade e respeito à população usuária. Na análise e interpretação das informações, optamos pela análise de conteúdo para descrever, ler e interpretar o conteúdo das falas, para atingir uma compreensão dos significados num nível que vai além de uma leitura comum e que, por sua vez, pode permitir a construção de novas reflexões. Bardin (2010, p. 127) coloca que tendo “à disposição resultados fíéis e significativos, pode o analista propor inferências e adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos ou que digam respeito” ao surgimento de resultados inesperados.

Dessa forma, essa dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro, apresentamos a articulação entre a Busca Ativa e o Plano Brasil Sem Miséria, e a participação da PNAS no PBSM com a inserção do assistente social nos serviços.

O segundo capítulo divide-se em dois momentos: o primeiro, a estruturação dos NCIs na PNAS; e o segundo, um breve histórico do CadÚnico e sua associação com os programas sociais, a Busca Ativa e seu público. O terceiro capítulo tratará da pesquisa de campo, percurso metodológico, a forma de construção dos resultados, e a nossa aproximação com o objeto de estudo, os sujeitos e organização das categorias de análise, e, por fim, a interpretação dos resultados encontrados.

Nas considerações finais faremos um sucinto fechamento das reflexões realizadas, pontuando os aspectos relevantes da pesquisa e estratégias para a prática dos assistentes sociais que vivenciam a Busca Ativa.

## 1 RESULTADOS PRELIMINARES

Para iniciarmos nossos estudos sobre o tema, realizamos um levantamento no Serviço Social e fora dele, de pesquisas, artigos, teses, livros relativos à Busca Ativa.

Quadro 1: Apresentação dos estudos e trabalhos encontrados:

| Título                                                                                                                                                                                                            | Material                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A busca ativa no cotidiano dos Assistente Sociais: um estudo de caso a partir do CRAS de um município de Médio Porte da Região Mogiana.<br><br>Autoras: Alda Camelosi e Elisângela Teixeira                       | <b>Artigo</b> acadêmico<br><br>Faculdade Santa Lúcia, 2015<br><br><b>Serviço Social</b><br><a href="http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/viewFile">http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/viewFile</a>                                               |
| Estratégias de Busca Ativa de Famílias Extremamente Pobres em Municípios de Pequeno Porte da Região Metropolitana de São Paulo e do Sertão Alagoano.<br><br>Autora: Fernanda Quiroga                              | <b>Artigo</b> acadêmico.<br><br>Faculdade Getúlio Varga SP.<br>2015<br><b>Administração</b><br><br><a href="https://pesquisa-eaesp.fgv.br/pacoes/pibiublicc_">https://pesquisa-eaesp.fgv.br/pacoes/pibiublicc_</a>                                                                                     |
| A busca ativa com princípio político das práticas de cuidado no território.<br><br>Autores: Rubem Arthur Lemke e Roseane Azevedo Neves da Silva                                                                   | <b>Artigo</b> Acadêmico<br><br>UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010<br><br><b>Psicologia</b><br><br><a href="https://www.revispsi.uerj.br.Visita">https://www.revispsi.uerj.br.Visita</a>                                                                                                                     |
| A busca ativa como instrumento na identificação de família e indivíduo em situação de vulnerabilidade social no enfrentamento das necessidades.<br><br>Autoras: Alana da Silva Siquiéri e Dayana Klebis da Silva. | <b>Artigo</b> acadêmico<br><br>Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente - SP. 2011.<br><br><b>Serviço social</b><br><br><a href="http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado">http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado</a> . |

|                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CRAS itinerante: uma proposta de busca ativa, territorial, descentralizada e interdisciplinar.<br><br>Autor: Bruno Ricardo Bérqamo.                                         | <b>Artigo Acadêmico.</b><br><br>Universidade Federal de S. João Del Rei. 2014.<br><br><b>Serviço Social</b><br><br><a href="http://www.seer.ufu.br/reveducpop/article/view">www.seer.ufu.br › reveducpop › article › view</a>   |
| As ações das equipes volantes dos centros de referência de assistência social no Rio Grande do Norte.<br><br>Autora: Marília Noronha Costa do Nascimento                    | <b>Dissertação de mestrado</b><br><br>Universidade Federal do Rio Grande do Norte.<br><br>2015.<br><br><b>Psicologia</b><br><br><a href="http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN">http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN</a> . |
| Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará.<br><br>Autora: Isabele Villwock Bachtold | <b>Artigo acadêmico</b><br><br>Universidade de Brasília 2016.<br><br><b>Antropologia</b><br><br><a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> .                                                                       |

Fonte: Nossa elaboração/2020.

Localizamos poucos estudos, 07 no total, que se referiam ao tema: 06 artigos e uma dissertação de mestrado. Desses, 03 artigos no Serviço Social, 01 artigo e 01 dissertações de mestrado em Psicologia, 01 artigo em Administração e 01 em Antropologia. A maioria publicada entre 2012 e 2016, período da vigência do Programa Brasil Sem Miséria que, em 2011, lançou a Busca Ativa como uma estratégia de alcance da população pobre na PNAS.

Nos artigos de Serviço Social, alguns pontos nos chamaram atenção: a) a Busca Ativa ser definida como visita ou ferramenta, não como estratégia de inclusão; b) a Busca Ativa acontecer apenas em virtude do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família; c) não ser realizada por alguns profissionais, por a considerarem “invasiva” e, assim, optarem efetuar a Busca Ativa através de convocações ou cartas, ao invés de ir até as pessoas; d) embora a Busca Ativa fosse prerrogativa maior do Estado para ir ao encontro da população, foi utilizada de modo mecânico, como a divulgação em locais públicos e através da utilização de carros de som, de telefonemas, etc.

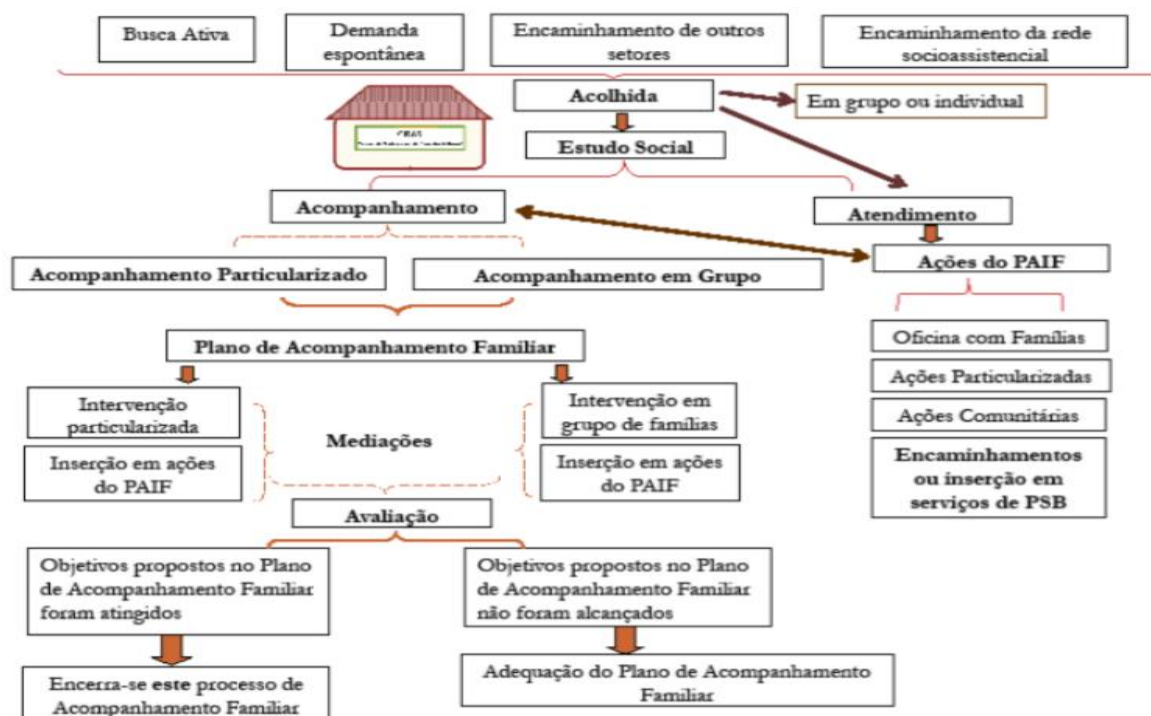
Outro aspecto, citado em dois estudos, foi a dificuldade da população usuária em entender a Assistência Social como um direito. A má compreensão ou resistência também ocorre em alguns profissionais, conforme evidencia um dos estudos, no sentido conservador da prática. Não obstante, surgiram ponderações, no sentido de valorizar a Busca Ativa como uma ação preventiva e, também, como meio de conhecer o território, para planejar e avaliar serviços e ofertar outros, conforme necessidades.

As áreas da Antropologia, Psicologia e Administração apresentaram os resultados de seus estudos próximos aos do Serviço Social, mostrando, através da PNAS, as dificuldades de um Estado que não conseguiu se aparelhar de forma satisfatória para a operacionalização da atenção básica e das ações preventivas como a Busca Ativa. Referem-se à ausência em apoiar as equipes que operam este serviço, a falta de capacitação profissional, a falta de reflexões sobre situações para as quais eles não foram minimamente orientados, como o encontro dos profissionais com a população rural, comunidades tradicionais e suas respectivas culturas, valores, etc.

Alguns estudos revelam que a Busca Ativa não é feita por profissionais da equipe técnica do CRAS, e sim por educadores. Outros estudos indicam a falta de uma equipe mínima, e que a Busca Ativa muitas vezes não é realizada também por falta de transporte, motorista ou combustível, e por dificuldades no acesso às estradas praticamente intransitáveis nas zonas rurais, não se buscando alternativas para essa realidade.

Nesse processo, o assistente social é uma “referência profissional de ação”, tanto no trabalho com os sujeitos, quanto com as famílias. Esse é o espaço para o profissional estimular a coletividade, fortalecendo o território com a colaboração de todos os atores sociais possíveis, redes e setores das políticas públicas. Assim, o trabalho que a Busca Ativa promove pode despertar a consciência coletiva, possibilitando a ressignificação dos territórios por meio da consciência do pertencimento e da apropriação dos espaços, despertando talentos nos seus diversos atores sociais.

Figura 1- Processo das etapas de ações do CRAS com as famílias do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF)



Fonte: Norma Técnica dos Serviço Socioassistenciais Proteção Básica SP / 2014

Essa figura mostra os meios de chegada dos usuários ao CRAS – a saber: demanda espontânea, encaminhamento por outros serviços ou Busca Ativa -, acompanhamentos familiar/individual deste serviço com aqueles que participam do PAIF, e as etapas subsequentes. Observamos que essa dinâmica pode ser melhorada e minimizar tempo e burocracia. Isso porque, até se chegar ao processamento das necessidades, há um acompanhamento grupal ou individual, tendo o CRAS como primeira porta de acesso à proteção social básica; pelo NCI o acompanhamento a longo prazo denomina-se Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU), conforme avaliação técnica e necessidades apresentadas pelo usuário e família. A estrutura da dinâmica de ações é similar as do NCI, onde a Busca Ativa, em muitos casos, é o contato anterior ao CRAS e ao cadastramento do CadÚnico.

### 1.1 O Plano Brasil Sem Miséria e a projeção da Busca Ativa

No ano de 2010, tiveram início as discussões sobre os desafios e próximos passos necessários para garantir a continuidade da redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Havia um consenso entre especialistas de diferentes campos acerca da necessidade de aprofundar os avanços sociais alcançados, com a saída de 28 milhões

de brasileiros da pobreza desde o início da gestão do Presidente Lula em 2003. (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p.36)

Em continuidade a essa proposta, Dilma Rousseff, presidenta em 2010, assumiu um compromisso público com a nação: reduzir as desigualdades sociais, focando nos setores discriminados da sociedade, um plano que já vinha sendo articulado desde os mandatos do ex-presidente Lula. Nesse encadeamento, a presidenta e seu governo articularam ministérios<sup>8</sup>, representantes de Estados em todas as esferas, estudiosos, entidades, entre outros, para empreender ações de superação da extrema pobreza no país, objetivando levar a renda e o bem-estar à referida população. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi determinado como responsável pela configuração e coordenação das ações do plano, que retiraria da miséria 16,2 milhões de pessoas que viviam abaixo da linha da extrema pobreza; assim, congregou todas as esferas governamentais, intersetores e sociedade, para a formulação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), que foi oficializado pelo decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011.

As bases do plano receberam a contribuição prévia de informações do censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do MDS, subsidiando as ações setoriais apresentadas pelos ministérios na montagem das bases do Plano acerca dos indivíduos e famílias já inscritos no CadÚnico. O livro “O Brasil Sem Miséria” aponta algumas muitas estatísticas da realidade da época:

O Censo 2010 apresentava o diagnóstico mais recente sobre o perfil dos 16,2 milhões de extremamente pobres distribuídos pelo país todo. Segundo seus dados, a extrema pobreza era majoritariamente negra (71%), concentrada na região Nordeste (60%) e composta por um percentual significativo de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (40%). Homens e mulheres estavam distribuídos de forma semelhante, embora as mulheres representassem um pouco mais da metade (51%). ((Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p. 39)

---

<sup>8</sup> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministérios das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Integração, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Patrimônio da União, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Fundação Nacional de Saúde, Departamento Nacional de Obras contra a Seca, Companhia Nacional de Abastecimento, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste, Petrobrás e Fundação Banco do Brasil. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilemmiseria.pdf). Acesso em: 24 de jan. de 2020.

Essas famílias e indivíduos já recebiam o Bolsa Família, mas ainda era insuficiente, pois careciam de uma complementação<sup>9</sup> e atenção maior:

[...] continuavam com renda familiar abaixo da linha de extrema pobreza, levou à quarta mudança de conceito. Em meados de 2012, o governo da presidente Dilma estabeleceu um novo desenho para o Bolsa Família e passou a complementar a renda das famílias de forma a garantir que nenhum brasileiro, considerando a renda familiar e o benefício do Bolsa Família, recebesse menos de R\$ 70. O Brasil estabeleceu, assim, o patamar abaixo do qual não era mais aceitável ter nenhum brasileiro e, ao mesmo tempo, criou uma política para garantir esse direito. (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p. 35)

Eram necessárias a inclusão e a criação de oportunidades de empregos empreendedorismo, economia solidária, educação, saúde, etc. A renda não era um fator descolado da totalidade, objetivando não apenas a inclusão a partir do fator econômico. “O Brasil sem Miséria foi além, ao definir como unidade de ação não só o município ou o território, mas o indivíduo e a família [...]” (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p.48). A localização dos indivíduos e famílias ocorreu através do uso de listas nominais<sup>10</sup>, extraídas do Cadastro Único, mas antes, porém, era feita uma checagem das diferenças entre as informações do Cadastro “[...] e a realidade encontrada em campo, sempre foi prevista uma margem de inclusão de novos beneficiários através da Busca Ativa.” (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p.48).

---

<sup>9</sup> Para lidar com o desafio da superação da extrema pobreza, envolvendo tantos aspectos e num prazo limitado de menos de quatro anos, o Brasil sem Miséria se ancorou em metas de grande escala, todas alcançadas. Com a Busca Ativa, encontramos 1,35 milhão de famílias extremamente pobres que estavam fora do Cadastro Único, foram incluídas e imediatamente passaram a receber o Bolsa Família. Os aperfeiçoamentos que o Plano fez no Bolsa Família – especialmente a criação do benefício do Brasil Carinhoso – permitiram que 22 milhões de brasileiros superassem a linha da extrema pobreza. Foi o fim da miséria, do ponto de vista da renda, no universo do Bolsa Família. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilemmiseria.pdf). Acesso em: 25 de fev. de 2020.

<sup>10</sup> Um exemplo disso foi o caso do Programa Água para Todos, que utilizou a lista nominal de todas as famílias que viviam no meio rural do semiárido brasileiro, não tinham acesso à rede pública de abastecimento e tinham perfil de renda do Programa Bolsa Família para orientar a ação em campo na construção de cisternas. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilemmiseria.pdf). Acesso em: 25 de fev. de 2020.

## 1.2 Público e ações do PBSM

Diante das articulações e fundamentos/argumentos apresentados, o Estado se viu na obrigação de intensificar as ações de localização. O PBSM criou e fomentou programas; os que já existiam foram aglutinados e o plano foi implantado “nos quatro cantos do país”, conforme expressa o livro o Brasil Sem Miséria, considerando particularidades e diferenças dos indivíduos e famílias em seus Estados, territórios e regiões, o Plano incentivou a inclusão produtiva do meio rural. O PBSM teve como base alguns eixos.

Quadro1 – Síntese da formulação dos eixos do Brasil sem Miséria

| Eixos                      | Dificuldades e Demandas                                                                                                                                                                                                                    | Estratégias                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Inclusão Produtiva Rural   | Melhoria do acesso a luz e água (semiárido)                                                                                                                                                                                                | 1. Criação do Programa Água para Todos, reunindo diferentes ações existentes no governo federal e criando novos arranjos<br>2. Definição de meta específica de atendimento do Luz para Todos para domicílios em situação de extrema pobreza |
|                            | Produção insuficiente gerando insegurança alimentar e excedentes escassos para comercialização em função da falta de assistência técnica adequada à realidade da população rural pobre e da falta de insumos para investimento na produção | 1. Apoio à produção através da criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Ater + recursos não reembolsáveis)<br>2. Distribuição de sementes adaptadas no semiárido                                                     |
|                            | Dificuldades de acesso aos canais de comercialização                                                                                                                                                                                       | Ampliação da participação dos agricultores mais pobres no PAA                                                                                                                                                                               |
| Acesso a serviços públicos | Oferta insuficiente ou inadequada para atender aos mais pobres                                                                                                                                                                             | Expansão ou redirecionamento dos serviços                                                                                                                                                                                                   |
|                            | Atendimento inadequado à população mais pobre (preconceito, desrespeito, constrangimentos)                                                                                                                                                 | Sensibilização, mobilização e qualificação dos servidores                                                                                                                                                                                   |

| Eixos                     | Dificuldades e Demandas                                                                                      | Estratégias                                                                                                                                                                           |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Garantia de Renda         | Inclusão da população elegível no Cadastro Único e no Bolsa Família                                          | Busca ativa e concessão do benefício do Bolsa Família                                                                                                                                 |
|                           | Aumento da eficácia do Bolsa Família, com foco nas crianças e adolescentes                                   | 1. Reajuste do benefício variável (0 a 15 anos)<br>2. Alteração do limite de benefícios variáveis do Bolsa Família de 3 para 5 filhos por família. Ação Brasil Carinhoso (0-6 e 7-15) |
|                           | Compensar a defasagem entre a linha de extrema pobreza nacional e linhas estaduais                           | Políticas complementares de renda dos estados                                                                                                                                         |
|                           | Existência de famílias que mesmo com o Bolsa Família ainda não superavam a extrema pobreza                   | Criação do benefício de superação da extrema pobreza para garantir que nenhuma família do Bolsa Família estivesse abaixo da linha de extrema pobreza                                  |
| Inclusão Produtiva Urbana | Dificuldades dos empreendedores individuais que já tinham ou queriam iniciar um negócio próprio              | Ampliação da formalização dos mais pobres como Microempreendedores Individuais                                                                                                        |
|                           | Aumento do acesso a cursos de qualificação de mão de obra visando melhores colocações no mercado de trabalho | Garantir a participação dos mais pobres em cursos de qualificação profissional do Pronatec Brasil sem Miséria                                                                         |
|                           | Ampliação do apoio a cooperativas e associações de economia solidária                                        | Aumento dos recursos disponíveis para as ações de fomento a projetos de economia popular e solidária                                                                                  |

Fonte: Sese/MDS.

Os objetivos gerais, conforme o livro “O Brasil Sem Miséria”, foram: 1. Acesso à renda. Acesso a bens, serviços e oportunidades, etc.; 2. O estabelecimento de uma meta de universalização das políticas voltadas para a pobreza, objetivando atingir aos que tinham perfil e direito; 3. Apoio à prerrogativa de que os pobres, exatamente pelo nível de abandono, desinformação e isolamento por gerações, ausência de direcionamento e discernimento na busca pelos seus direitos, e acesso às informações, necessitavam de atenção especial, inclusive pelas dificuldades de acesso devido a fatores físicos e geográficos, o que dificultava a obtenção de documentação básica como Registro de Nascimento, RG, etc. “Não bastava, portanto, informar que o Estado brasileiro criara o Plano Brasil Sem Miséria. Por isso, construímos um novo conceito segundo o qual passou a ser responsabilidade do Estado ir aonde a população pobre estava. Foi assim que teve início a Busca Ativa.” (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p.35); 4. Ampliação da inclusão econômica dos indivíduos e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; em que teve peso a Busca Ativa nessa localização e inclusão no CadÚnico.

Ademais, citando algumas ações e estratégias do PBSM: a) cruzamento e filtragem de informações da Busca Ativa e de listas de usuários de outras políticas e outros projetos para

chegar à população; foi assim que se elaborou o Programa Luz para Todos<sup>11</sup>: “O Luz para Todos passou a enxergar para além do dado geral de ligações necessárias, passando a considerar como referência o nome e endereço dos que ainda não têm luz [...]” (Tereza Campello e Janine Mello, 2014, p. 49), os assentados e agricultores rurais extraídos do INCRA, etc.; b) a Tarifa Social de Energia Elétrica; c) programas e ações no cuidado ao meio ambiente no campo, com a distribuição e aquisição de insumos para o cultivo; d) apoio técnico à agricultura familiar e à segurança alimentar; e) incentivo aos Programas Nacional de Reforma Agrária, de fomento às atividades produtivas rurais, o Bolsa Verde<sup>12</sup>, potencializando ações de escoamento da produção excedentes, sua comercialização, aquisição de insumos, acompanhamento de técnicos na agricultura, etc.

No meio urbano, os adultos foram contemplados com projetos de empreendedorismo, microcrédito e economia solidária, educação para adultos e crianças com o Programa Brasil Carinhoso, que incentivou financeiramente os municípios, com a criação de mais vagas nas creches garantindo, assim, que todas as famílias estivessem inscritas no Bolsa Família: “[...] previu a distribuição de vitamina A e de sulfato ferroso de modo a evitar que a deficiência desses nutrientes afetasse o desenvolvimento das crianças na primeira infância[...]” (Tereza Campello e Janine Mello 2014, p. 60). Esse incentivo também se deu na saúde, irrigação, cisternas nos domicílios sem conexão com a distribuição de água, poço ou nascente. Esse indicador fez surgir o Programa Água para Todos e, no quesito habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida.

O PBSM não se restringia apenas aos pobres: “A erradicação da pobreza beneficiará não somente aos pobres, mas ao conjunto da sociedade [...]” (PBSM, 2014, p. 64); a conjuntura

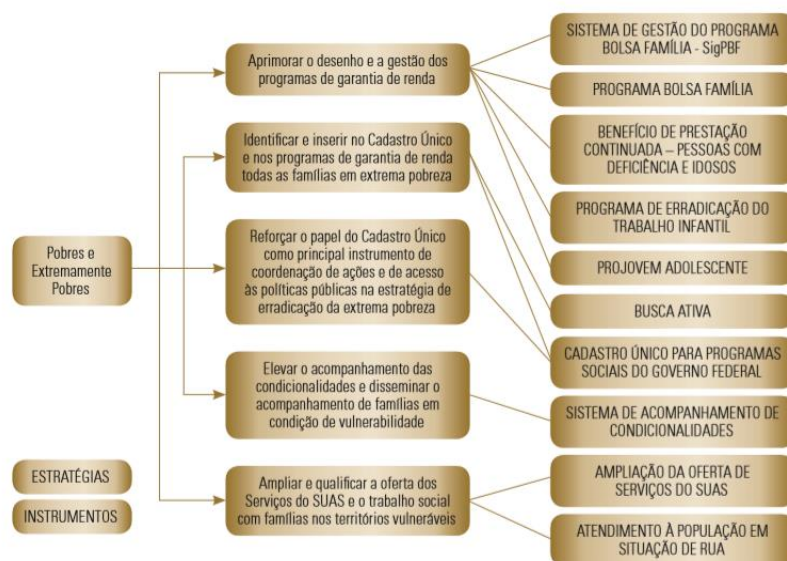
---

<sup>11</sup> O Luz para Todos se propõe a universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais do Brasil. Já tendo feito cerca de 3 milhões de ligações, desde 2004, passou a ser deparar com a demanda de ligação dos domicílios com maiores dificuldades de serem atendidos, em regiões isoladas com altos índices de pobreza. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_obrasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 25 de fev. de 2020.

<sup>12</sup>A análise de cruzamentos entre dados do Cadastro Único, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_obrasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf) . Acesso em: 07 de mar. de 2020.

seria tratada de forma multidimensional, com base nos levantamentos periodicamente mensurados. As estratégias do Plano Brasil Sem Miséria foram estruturadas conforme mostra a figura abaixo, ancoradas na definição de uma linha de pobreza<sup>13</sup>, anunciada em maio de 2011, como oficial do Plano Brasil Sem Miséria para o diagnóstico<sup>14</sup> inicial, e apoio na condução de suas estratégias e ações, conforme verificamos no fluxograma abaixo:

Figura 2 – Resumo de parte das estratégias e instrumentos referentes às ações do MDS no Plano



Fonte: MDS, materiais de formulação do BSM, 2011.

<sup>13</sup> Tomaram-se, então, linhas absolutas já adotadas administrativamente no país, como a linha constante da Lei Orgânica de Assistência Social - Benefício de Prestação Continuada (BPC); o patamar predominantemente utilizado para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de até meio salário mínimo mensal per capita; e as linhas do Programa Bolsa Família, que à época do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, em junho de 2011, eram de R\$ 140 mensais por pessoa para a pobreza, e de R\$ 70 por pessoa para a extrema pobreza. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_obrasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 24 de jan. de 2020.

<sup>14</sup> Também foram levadas em consideração as linhas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha, com base no consumo calórico que, em 2011, orbitavam em torno de R\$ 70 por pessoa ao mês, e a linha do Banco Mundial, adotada pelas Nações Unidas como parâmetro de aferição do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de US\$ 1,25 per capita por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC) – que no momento de concepção do Brasil sem Miséria se traduzia em cerca de R\$ 67. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_obrasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 10 de fev. de 2020.

As estratégias eram direcionadas para o público urbano e rural extremamente pobre, conforme mostra a distribuição por regiões.

Tabela 1 – Distribuição da população total e da população em extrema pobreza segundo região (rural e urbano)

| População Total              |             |             |            |         |          |         |
|------------------------------|-------------|-------------|------------|---------|----------|---------|
|                              | Total       | Urbano      | Rural      | % Total | % Urbano | % Rural |
| Brasil                       | 190.755.799 | 160.925.792 | 29.830.007 | 100     | 84,4     | 15,6    |
| Norte                        | 15.864.454  | 11.664.509  | 4.199.945  | 100     | 73,5     | 26,5    |
| Nordeste                     | 53.081.950  | 38.821.246  | 14.260.704 | 100     | 73,1     | 26,9    |
| Sudeste                      | 80.364.410  | 74.696.178  | 5.668.232  | 100     | 92,9     | 7,1     |
| Sul                          | 27.386.891  | 23.260.896  | 4.125.995  | 100     | 84,9     | 15,1    |
| Centro-Oeste                 | 14.058.094  | 12.482.963  | 1.575.131  | 100     | 88,8     | 11,2    |
| População em extrema pobreza |             |             |            |         |          |         |
|                              | Total       | Urbano      | Rural      | % Total | % Urbano | % Rural |
| Brasil                       | 16.267.197  | 8.673.845   | 7.593.352  | 100     | 53,3     | 46,7    |
| Norte                        | 2.658.452   | 1.158.501   | 1.499.951  | 100     | 43,6     | 56,4    |
| Nordeste                     | 9.609.803   | 4.560.486   | 5.049.317  | 100     | 47,5     | 52,5    |
| Sudeste                      | 2.725.532   | 2.144.624   | 580.908    | 100     | 78,7     | 21,3    |
| Sul                          | 715.961     | 437.346     | 278.615    | 100     | 61,1     | 38,9    |
| Centro-Oeste                 | 557.449     | 372.888     | 184.561    | 100     | 66,9     | 33,1    |

Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

Os dados apontavam para a necessidade de medidas diferenciadas para o campo e para a cidade. A pobreza estava mais estruturada no campo, especialmente no Nordeste, e a extrema pobreza no Norte e Nordeste, conforme o quadro da distribuição populacional da época.

Tabela 2 – Distribuição da população em extrema pobreza por faixa etária segundo região, em % (rural e urbano)

|        | Brasil e regiões | 0 a 4 anos | 5 a 14 anos | 15 a 17 anos | 18 ou 19 anos | 20 a 39 anos | 40 a 59 anos | 60 anos ou mais | Total |
|--------|------------------|------------|-------------|--------------|---------------|--------------|--------------|-----------------|-------|
| Total  | Brasil           | 12,0       | 27,9        | 7,2          | 3,7           | 27,6         | 16,5         | 5,1             | 100,0 |
|        | Norte            | 14,6       | 30,2        | 7,3          | 4,0           | 27,7         | 13,2         | 3,0             | 100,0 |
|        | Nordeste         | 11,9       | 28,0        | 7,5          | 3,9           | 29,0         | 16,7         | 2,9             | 100,0 |
|        | Sudeste          | 10,3       | 25,8        | 6,4          | 3,0           | 24,1         | 17,6         | 12,8            | 100,0 |
|        | Sul              | 10,5       | 26,9        | 6,8          | 3,0           | 23,3         | 19,9         | 9,6             | 100,0 |
|        | Centro-Oeste     | 11,4       | 25,9        | 6,3          | 3,1           | 25,9         | 18,7         | 8,7             | 100,0 |
| Urbano | Brasil           | 11,8       | 27,2        | 7,0          | 3,6           | 27,1         | 16,1         | 7,2             | 100,0 |
|        | Norte            | 13,8       | 29,4        | 7,5          | 4,1           | 28,2         | 13,1         | 3,8             | 100,0 |
|        | Nordeste         | 12,0       | 27,7        | 7,4          | 3,9           | 29,0         | 16,3         | 3,7             | 100,0 |
|        | Sudeste          | 10,4       | 25,4        | 6,1          | 2,9           | 23,6         | 16,6         | 15,0            | 100,0 |
|        | Sul              | 11,0       | 27,0        | 6,5          | 2,9           | 22,4         | 17,8         | 12,4            | 100,0 |
|        | Centro-Oeste     | 11,1       | 25,5        | 6,3          | 3,0           | 26,1         | 18,0         | 10,1            | 100,0 |
| Rural  | Brasil           | 12,3       | 28,6        | 7,4          | 3,9           | 28,3         | 16,9         | 2,6             | 100,0 |
|        | Norte            | 15,2       | 30,9        | 7,2          | 3,9           | 27,3         | 13,2         | 2,4             | 100,0 |
|        | Nordeste         | 11,8       | 28,3        | 7,6          | 4,0           | 29,1         | 17,1         | 2,1             | 100,0 |
|        | Sudeste          | 10,1       | 27,2        | 7,3          | 3,4           | 25,9         | 21,0         | 5,0             | 100,0 |
|        | Sul              | 9,7        | 26,7        | 7,2          | 3,0           | 24,8         | 23,4         | 5,2             | 100,0 |

Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

O foco das ações do PBSM, portanto, se centrou nas crianças, adolescentes e jovens, devido às evidências dos estudos. Todos os estados<sup>15</sup> brasileiros aderiram ao PBSM, com a assinatura de termos de compromisso por seus governadores. Nesses pactos, as responsabilidades dos Estados foram assim definidas:

1. Coordenar as ações do Plano em seu território, designando um responsável pela interlocução com o governo federal, em articulação com os demais órgãos envolvidos;
2. Executar as ações, naquilo couber, em consonância com os três eixos do Plano;
3. Direcionar à população extremamente pobre políticas estaduais de garantia de renda e ocupação, quando houver, e de acesso a serviços públicos, em articulação com as

<sup>15</sup> Durante as cerimônias foram assinados termos de compromisso com os 27 governadores do país, formalizando o pacto pela superação da extrema pobreza. Nesses documentos, as partes (governo federal e governos estaduais) se comprometeram com as ações intergovernamentais necessárias à implementação do Brasil sem Miséria, envolvendo os três eixos do Plano – garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva urbana e rural –, e também selaram acordo de apoio mútuo no fortalecimento das ações de educação, saúde e assistência social (...) Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasils\\_emmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasils_emmiseria.pdf). Acesso em: 10 de fev. de 2020.

ações federais e municipais; 4. Utilizar as informações do Cadastro Único como instrumento básico para identificação do público e planejamento das ações do Plano Brasil sem Miséria; 5. Aprimorar e ampliar as políticas públicas de desenvolvimento social e combate à fome em sua esfera de competência, promovendo a sua intersetorialidade; e 6. Apoiar os municípios, valendo-se de instrumentos de monitoramento e avaliação para que eles possam aprimorar a execução de suas políticas e acessar adequadamente as ações do Brasil Sem Miséria. (Patrícia Vieira da Costa et al, 2014, p.176)

A maioria dos Estados que assinaram o pacto criaram estratégias próprias e particulares para a superação da extrema pobreza, inspiradas no modelo dos três eixos da Busca Ativa. Como podemos observar, no contexto do Brasil sem Miséria havia, acima de tudo, compromisso e expansão da assistência, em uma perspectiva de direito, justiça social e cidadania. Com os apoios já citados para o cumprimento dos seus objetivos, a cultura da Busca Ativa foi disseminada, em oposição ao modelo tradicional que se mantinha lado a lado com a Busca Ativa.

### **1.3 A PNAS/SUAS: principais atores do pbsm**

A PNAS/ SUAS integrou a base de acesso a serviços e oferta de benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais protetivos, e universalização de acesso à informação, direitos e serviços sociais com a intensificação de concessão do Programa Bolsa Família (PBF), Benefícios Eventuais e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Todos foram mediados pelos serviços e pelos assistentes sociais que se constituíram como atores indispensáveis no PBSM, para garantir o acesso aos direitos sociais e oportunidades para inclusão produtiva, abrangendo as políticas de garantia de renda, de acesso a serviços e demais políticas de assistência social, saúde<sup>16</sup>, educação entre outras.

O SUAS assumiu essas iniciativas no PBSM, além de organizar um setor responsável pela Vigilância Socioassistencial<sup>17</sup> que, dentre outras funções, definia/define a coordenação da

---

<sup>16</sup> A reforma e construção de postos de saúde e a alocação de profissionais do Programa Mais Médicos nas áreas de maior incidência de extrema pobreza do país também são mostras de como o governo está empenhado em finalmente incluir todos os brasileiros nos serviços a que eles têm direito. Disponível em : [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilemmiseria.pdf). Acesso em: 10 de fev. de 2020.

<sup>17</sup> A Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: a) sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; b) sobre os padrões de

estratégia de Busca Ativa nos municípios, alimentado por informações disponibilizadas pelo Governo Federal, e outras produzidas no âmbito do próprio município e no Estado. A Vigilância Socioassistencial, por sua vez, é uma área de gestão dessas informações do território, através das quais é possível planejar, ofertar, analisar e mensurar essas ofertas de serviços, por intermédio dos indicadores que podiam iluminar as demandas coletivas, mas, nesse caso envolvem negociações maiores, fundamentadas em números, entre outras.

Espera-se da Vigilância nesse contexto, o planejamento continuado, uma vez que cabe a ela organizar as ações e atividades necessárias para o trabalho social com as famílias, desde as estratégias de identificação até o acompanhamento, a definição dos locais/bairros/territórios que envolvem as estratégias citadas, bem como o planejamento e logística para as ações. A Vigilância não deve se deter apenas no recebimento de dados, mas assegurar-se de que as informações fornecidas retornem, potencializando as ações de Busca Ativa, que resultam na inclusão de famílias e indivíduos nos serviços e benefícios socioassistenciais, qualidades destas ofertas e no acesso aos direitos garantidos pelo Estado através da proteção social básica, entre outros.

A Vigilância Socioassistencial colaborou com o PBSM; embora não constitua objeto de nosso interesse de estudo, faremos algumas menções a ela ao longo deste trabalho, reafirmando a necessidade do diálogo e o estreitamento das ligações/relações entre a Vigilância e Busca Ativa, por intermédio do CRAS, para o fortalecimento da proteção social, uma vez que a comunicação e o aparecer dos serviços e seus profissionais são necessários. Tais profissionais, cientes da totalidade de suas ações no território, são motivados e valorizados, por fazer parte de um trabalho em cadeia que não é eminentemente pragmático, uma vez que tece os fios das ações da proteção social.

---

oferta dos serviços e benefícios Socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf). Acesso em: 17 de fev. de 2020.

No âmbito do PBSM, à Política de Assistência Social<sup>18</sup>, do SUAS, sempre coube ao assistente social um papel central e disseminador de ações e intervenções, nas funções de localizar, acolher, atender, referenciar e contrarreferenciar, encaminhar e acompanhar os indivíduos e famílias nas demais políticas por meio dos serviços socioassistenciais, não apenas em seu campo de atuação, mas articulando outras políticas e diferentes setores, mediações em locais com ofertas inexistentes, ou a articulação em se implementar novas ofertas, etc.

O CRAS, entre outras atribuições, assumiu o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), acompanhamento e supervisão dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e a coordenação do serviço volante<sup>19</sup> da Busca Ativa, introduzida no PBSM. A estratégia é uma ação que faz parte da função de Vigilância Social prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Entre 2011 e 2012, pactuadas pelas Resoluções CIT nº 6, de 31 de agosto de 2011 e nº 2, de 29 de fevereiro de 2012. o MDS iniciou o cofinanciamento das Equipes Volantes, como forma de facilitar a Busca Ativa que, ainda hoje, tem sido feita nos territórios. Não foram todos os municípios que receberam Equipes Volantes, para saber mais ver o Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS de 2014.

O objetivo das Equipes Volantes é executar a Busca Ativa. Conforme já discurremos, envolve ações de mobilização da população, como visto na publicação “Orientações Técnicas do CRAS” (BRASIL, 2009), que denomina estratégias de Busca Ativa. Entre essas ações estão: [...] campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, colagem de cartazes e utilização de

---

<sup>18</sup>“Coloca a Assistência Social no cerne dos esforços do BSM. O papel da Assistência Social também é fundamental no que diz respeito à inclusão produtiva. Os esforços de ampliação das ações de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC serão inócuos sem a participação direta da Assistência. A mobilização do público, a revisão da grade de oferta dos cursos, o acompanhamento do preenchimento de vagas e o sucesso da conclusão dependem em larga medida de uma atuação integrada entre a Assistência Social e as áreas de Trabalho e Educação, em nível local. Daí a importância, no âmbito do plano, de fortalecer a agenda da Assistência Social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, ao reforço no seu financiamento, à ampliação da rede e à qualificação de seus serviços”. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/Suas\\_BRasilSemMiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Suas_BRasilSemMiseria.pdf). Acesso em: 17 de mar. de 2020.

<sup>19</sup> Equipe Volante consiste em uma equipe adicional que integra um CRAS em funcionamento. Seu objetivo é prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso (Resolução CIT nº 6, de 31 de agosto de 2011). Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf). Acesso em: 24 de fev. de 2020.

carros de som [...] (p.29). Os demais estudos que tratam da Busca Ativa pontuam estratégias de que envolvem, também: palestras, mutirões, atividades socioeducativas, cruzamentos de bases cadastrais, anúncios em rádio, carro de som, cartas, telefonemas, telegramas e solicitação a outras políticas e setores dos seus bancos de dados cadastrais. Ações pré-agendadas, em local e horário em que a equipe do CRAS e as Equipes Volantes, ou equipe adicional dos serviços, cadastrem e divulguem os serviços socioassistenciais e benefícios, orientações, encaminhamentos, etc. A modalidade de Busca Ativa que priorizamos falar é o ato de ir até os usuários, mais utilizada pelos serviços socioassistenciais.

No caso de regiões ribeirinhas da Amazônia Legal<sup>20</sup> e do Pantanal, o acesso das Equipes Volantes em alguns locais se dava através de barcos e lanchas, e em outros exigiam carro com tração e dias de viagem, com estrutura tecnológica e recursos humanos, onde o planejamento prévio era imprescindível e compreendia atores e cooperados, parceiros diretos nas ações, como a PNAS, o CRAS, os assistentes sociais, os conselhos, líderes comunitários, religiosos, etc.

#### **1.4 A Busca Ativa: mais do que quantificar**

[...] a pobreza se manifesta de múltiplas formas. Além de insuficiência de renda, as pessoas em situação de extrema pobreza, em geral, também padecem de insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário a água, energia elétrica, serviços de saúde, moradia, entre outras privações. E, dentro de cada uma dessas dimensões, a pobreza se apresenta com várias faces, a depender do tipo de público observado (Patrícia Vieira da Costa e Tiago Falcão, 2014, p. 130)

Optamos por citar esse conceito de pobreza, que suscita muitos desdobramentos, é multidimensional, mas não diz respeito ao público da Busca Ativa de maneira integral. Pensando na concretude da pobreza que encontrávamos no território na Busca Ativa, e sabendo que essa categoria permeou nossa prática profissional e agora, indiretamente, também estas

---

<sup>20</sup> Para efeito de planejamento social e econômico da região, no entanto, foi instituída no Brasil, em 1953, a chamada Amazônia Legal (Lei 1.806/1953). A Amazônia Legal consiste numa área de 5.217.423 km<sup>2</sup> que ocupa 61% do território brasileiro. Seus limites foram definidos por um viés sociopolítico, e não geográfico, se estendendo além do bioma Amazônia e englobando também parte do Cerrado e do Pantanal. Desde que foi criada, seus limites já foram revistos diversas vezes em virtude das mudanças da divisão política do Brasil. Hoje, os estados que compõem a Amazônia Legal são o Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e parte do Maranhão – que compartilham desafios econômicos políticos e sociais. Por Júlia de Almeida Costa. Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/amazonia-legal/>. Acesso em: 27 de jul. de 2020.

linhas, tal conceito se faz pertinente. Com suas particularidades, a pobreza junta ou separa as pessoas, com orientações diferentes para diferentes tipos de pobreza. O enquadramento que é dado a um branco da área urbana pode ser diferente do que é dado a alguém que faz parte dos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTEs), não apenas no sentido da localização geográfica<sup>21</sup>, mas da cultura, valores que envolvem públicos e suas práticas diferenciadas, requerendo abordagens diversas e necessárias, consagradas no PBSM e no serviço social que, respaldado nos valores profissionais e Código de Ética profissional traduz materializa nas intervenções, o respeito a diversidade, no posicionamento interventivo, com a emancipação dos indivíduos e famílias, direcionamento e acesso aos bens, serviços e políticas sociais, embasados na não - discriminação e no exercício da eliminação do preconceito, mantendo o senso crítico e analítico.

Na localização e execução da busca por pessoas dos GPTEs - ou não -, o PBSM, conforme o livro “O Brasil Sem Miséria”, se empreendeu em um trabalho prévio, através do estudo, por antropólogos, etnólogos, linguistas e líderes das comunidades, e da estruturação das abordagens para aplicação do cadastro diferenciado. As aproximações e interlocuções do corpo técnico envolveram políticas, organizações, serviços e profissionais dos territórios, preparação, estudo prévio sobre questões envolvendo territórios, recursos, valores, crenças, línguas, diferenças socioculturais biológicas e saberes particulares. Isso contou com o apoio/mobilização dos governos em todas as esferas, ministérios e etc., rompendo com a visão conservadora e reprodutora de valores excludentes em relação aos grupos tradicionais na proteção social.

A população indígena, a título de localização, já vinha sendo pesquisada pelo IBGE/PNAD, etc. O PBSM “pegou essa carona” na inserção desses no CadÚnico. Já a população quilombola, que nunca havia sido recenseada, será submetida no censo de 2020. Sem

---

<sup>21</sup> Sobre povos indígenas: são muitos os municípios que relatam as dificuldades de acesso às aldeias. As estradas são precárias e muitas comunidades só são alcançadas por rio ou avião. Algumas estão há muitos dias de distância das sedes dos municípios e o acesso se dá por meio de barco (voadeira) ou durante a vazão do rio para terem acesso, quando é possível a navegação. Os custos também são altos, tanto de combustível quanto da equipe mobilizada para o deslocamento(...). Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/organismos\\_internacionais/anexo\\_13\\_2\\_guia\\_cadastramento\\_familias\\_indigenas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/organismos_internacionais/anexo_13_2_guia_cadastramento_familias_indigenas.pdf). Acesso em: 13 de fev. de 2020.

essa visibilidade nada pode ser feito no tocante à justiça social e cidadania. A distância dos anos e o pensamento eurocêntrico sempre sobressaem quando se trata do diferente, e essas raízes estão ainda profundas em nossa cultura, permeando o atraso, desconhecimento e desapropriação da nossa história e nossa identidade. Mas, passaremos adiante, em indícios da Busca Ativa, que se insinuava para aparecer.

Em 2004, conforme o “Brasil Sem Miséria”, “A primeira ação de cadastramento diferenciado ocorreu em Dourados, no Mato Grosso do Sul, ainda em 2004, em meio às ações emergenciais do governo federal para melhorar a situação nutricional da população indígena local [...]” (Aline Diniz Amaral, 2014, p.115). Portanto, a Busca Ativa, em sua diversidade e caráter localizador, revela-se, também, em uma atitude emergencial.

Apontamentos do livro “O Brasil Sem Miséria” indica que, em 2004, ainda sem a denominação de Busca Ativa, seguiram-se ações pouco estruturadas de localização e cadastramento:

[...]Patrícia Vieira da Costa e Tiago Falcão até 2007 o cadastramento diferenciado ocorreu muito em função das demandas emergenciais de municípios e comunidades em estado de pobreza ou conflito. Por ainda não haver orientações claras e, por vezes, existirem resistências no nível municipal, envolvendo governos e lideranças sociais, o MDS tateou algumas estratégias de cadastramento, como a contratação direta de empresas pelo governo federal para efetuar as entrevistas e a digitação dos dados, ou até a mobilização direta da mão de obra do ministério, em parceria com outros órgãos. Embora essa sistemática permitisse relativa rapidez de resposta e superação das resistências municipais para a adoção de um olhar diferenciado, ela não tinha condições de continuidade. (Aline Diniz Amaral, 2014, p. 116)

A literatura não aprofunda as referidas “resistências” nessas ações, e não localizamos estudos que tratassem a esse respeito. O que o livro “O Brasil Sem Miséria” cita são desafios referentes à disposição física do território, espalhamento ou dispersão populacional territorial, dificuldade no apoio técnico, e a necessidade de disponibilização de infraestrutura logística aos municípios, entre outros<sup>22</sup>. Remete-se à superação de alguns desafios, com o desenvolvimento do Cadastro Único em 2011, mudanças e atualizações dos instrumentos.

---

<sup>22</sup> A reduzida força de trabalho da Senarc se mostrava insuficiente para atender às inúmeras demandas que surgiam. A contratação direta em momentos específicos comprometia a permanente atualização cadastral desses grupos e, de certa forma, ia no sentido contrário da autonomia municipal, cujo protagonismo se buscava fortalecer na atividade de cadastramento. Além disso, havia uma preocupação subjacente de aproximar o poder local da

A oportunidade surgiu durante o processo de revisão do formulário de cadastramento e desenvolvimento do material instrucional. Em meio às dificuldades enfrentadas, decidiu-se por reunir as orientações específicas para o cadastramento desses grupos, que já eram adotadas ou prestadas pontualmente. Em 2008, foram produzidos e impressos os Guias de Cadastramento de Famílias Quilombolas e Indígenas. No mesmo ano, a Portaria GM/MDS nº341 priorizou a concessão do Bolsa Família para indígenas, quilombolas e resgatados de trabalho análogo ao de escravo, dando ainda mais força ao cadastramento diferenciado. (Aline Diniz Amaral, 2014. 116)

A Portaria GM/MDS nº3411, de 07 de outubro de 2008, define os procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias no Programa Bolsa Família, define sobre a obrigatoriedade de cadastramento no CadÚnico no Art. 2, inciso I desta mesma lei.

Mais adiante, o mesmo artigo, em seu inciso III, acrescenta: “[...] existência de estimativa de famílias pobres nos municípios, calculada a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sem prejuízo de análise e estudos formulados por outras instituições do Governo Federal [...]” (2008, p.1), e o caminho, de certa forma, passava pela Busca Ativa e o cadastro, como cita o livro “O Brasil Sem Miséria”.

(...) à época do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, estudos feitos com base nos dados preliminares do Censo apontaram a existência de 800 mil famílias nesta situação e que, portanto, eram “invisíveis” para o poder público e estariam cerceadas do acesso aos programas sociais a partir do Cadastro. Muitas das pessoas que ainda não faziam parte do Cadastro viviam em áreas isoladas, nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos, ou em outras áreas nas quais é difícil o acesso aos programas e serviços oferecidos pelo poder público. Tais famílias dificilmente teriam as informações e os meios para buscar os seus direitos. (Aline Diniz Amaral, 2014, p.114)

Ainda em 2008, nos indícios históricos sobre a Busca Ativa na PNAS, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviço, Benefícios e Transferências de Renda, aprovado pelo CNAS<sup>23</sup>, menciona a Busca Ativa no atendimento aos usuários dos Bolsa Família, BPC, e às famílias em que havia trabalho infantil. Como expõe o seu parágrafo único:

---

população em situação de vulnerabilidade, torná-la efetivamente visível ao poder público e incentivar o acolhimento dessas famílias. O entendimento de que era necessário institucionalizar o cadastramento diferenciado em nível municipal já era hegemônico, prescindia tão somente de uma estratégia capaz de fazer frente aos desafios e especificidades que tal empreitada encerrava. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasils Emmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasils Emmiseria.pdf). Acesso em: 12 de fev. de 2020.

<sup>23</sup>Disponível em: [www.assistenciasocial.al.gov.br](http://www.assistenciasocial.al.gov.br). Acesso em: 12 de fev. de 2020.

O acompanhamento familiar destinado às famílias do Programa Bolsa Família e PETI que estão em “suspensão do benefício por dois meses” deverão ter caráter mais particularizado, tendo seu acesso garantido por meio de busca ativa, de modo a assegurar o direito das crianças, adolescentes e jovens, bem como a segurança de renda da família. As demais famílias deverão ser acompanhadas por meio de atividades de caráter mais coletivo. (2008, p. 21)

O caráter quantificador é necessário para uma apropriação na produção de saberes, e para a promoção, produção, distribuição e gestão de bem-estar. Portanto, nutrir os bancos de dados é uma exigência primordial para fundamentar as ações da PNAS e suas instituições. Mais recursos, quer materiais ou humanos, em todo esse caminhar sequencial, vão auxiliar o profissional de Busca Ativa nos territórios, possibilitando produzir e reproduzir não só a necessária quantificação para se conhecer o universo numérico, como também para conhecer a realidade de vida de indivíduos e famílias em seus territórios, e seus impactos na releitura da inclusão social.

### **1.5 Inclusão e respeito às diferenças: as Equipes Volante na Busca Ativa.**

O MDS, na portaria nº 341, de 07 de outubro de 2008, tendo em vista o disciplinamento dos beneficiários nos procedimentos do Programa Bolsa Família, determinou o prévio cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal às famílias, indivíduos e aos GPETs, abrindo precedente para se orquestrar uma Busca Ativa mais estruturada, que pode ter se iniciado nesse contexto, com o olhar inclusivo para os distantes e diversos em suas necessidades<sup>24</sup>. Portanto, a Busca Ativa e CadÚnico caminham juntos, são inseparáveis, se dão sentido mutuamente, estão articulados. Conforme vemos no artigo 7º da citada portaria, há menção às principais categorias para se cadastrar:

As famílias habilitadas ao PBF poderão ser dispostas em categorias, de modo a distinguir aquelas que possuam informações cadastrais específicas e/ou condições de maior vulnerabilidade social, abaixo exemplificadas: I - Cadastros habilitados de famílias em situação de trabalho infantil, conforme informações constantes do CadÚnico; II - Cadastros habilitados de famílias com integrantes libertos de situação

---

<sup>24</sup> Até mesmo a falta de roupas consideradas “adequadas” pode redundar em exclusão ou autoexclusão. Este último caso ficou evidente no início do Pronatec Brasil sem Miséria, quando a falta autoestima e de costume com o ambiente afastavam parte do público-alvo, que não se enxergava como potencial beneficiário da iniciativa ou sentia vergonha ao frequentar os cursos. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilemmiseria.pdf). Acesso em: 15 de fev. de 2020.

análoga a de trabalho escravo; III - cadastros habilitados de famílias quilombolas; IV - Cadastros habilitados de famílias indígenas. (MDS, 2008, p.5)

O PBSM investiu na estratégia Busca Ativa, enviando recursos do governo Federal para as prefeituras organizarem a criação e implantação/manutenção das Equipes Volantes da assistência social<sup>25</sup> que são equipes integradas ao CRAS, o conjunto: Equipe Volante/Busca Ativa, que já estava definida na Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme exposto:

O atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS itinerantes. (TNSS, 2014, p.12)

Os CRAS itinerantes foram implantados em 2011, com o lançamento do PBSM, e as Equipes Volantes vieram se constituir no território para os mutirões do Bolsa Verde<sup>26</sup>. O PBSM se debruçou na elaboração de um Guia de Cadastramento também para Pessoas em Situação de Rua, em 2010 e em 2012, e o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, para as Equipes Volantes<sup>27</sup>. O PBSM foi integralmente estruturado vinculando a

---

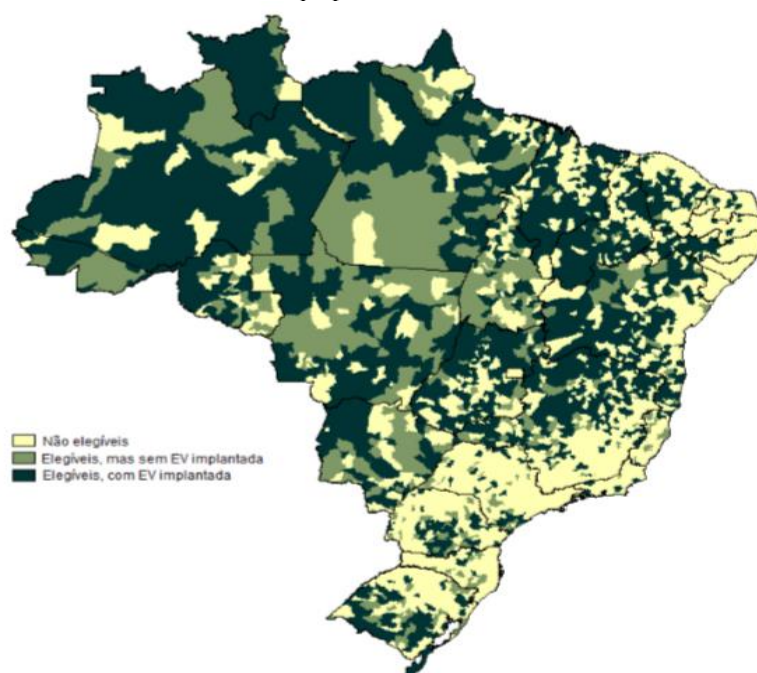
<sup>25</sup> A criação de equipes volantes, no âmbito da estratégia de Busca Ativa, buscou fortalecer a atuação dos municípios para encontrar as famílias que moram nos locais mais distantes ou que, mesmo nos centros urbanos, estão fora do alcance das políticas sociais. Entre 2012 e 2014, o MDS investiu R\$ 152 milhões em mais de 1,2 mil equipes volantes, constituídas por profissionais de diversas áreas, como assistência social, psicologia e ramos da saúde, que vão à procura dessas pessoas. Elas integram os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e estão presentes em 1.084 municípios de todo o país. Além disso, 123 lanchas feitas pela Marinha e custeadas pelo MDS possibilitaram o transporte das equipes volantes que atuam na Amazônia Legal e no Pantanal desde 2013. O MDS garantiu repasses mensais de R\$ 7 mil aos municípios que receberam lanchas, para a manutenção dos equipamentos. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasils\\_emmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasils_emmiseria.pdf). Acesso em: 15 de fev. de 2020.

<sup>26</sup> A proposta do Bolsa Verde foi aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. Territórios onde vivem ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais podem ser incluídos no Programa, além de outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo. Foi um passo decisivo no reconhecimento da importância de comunidades tradicionais e agricultores familiares na conservação ambiental. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasils\\_emmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasils_emmiseria.pdf). Acesso em: 15 de fev. de 2020.

<sup>27</sup> A Equipe Volante também é responsável por desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e demais serviços de Proteção Básica, que poderão ser adaptados às condições locais específicas, desde que respeitem seus objetivos. A Equipe Volante é ainda responsável por incluir as famílias no Cadastro Único, realizar encaminhamentos necessários para acesso a renda, para serviços da Proteção Especial e para serviços de outros setores, sempre que couber. Disponível

rede socioassistencial, e contou com a forte aliança dos serviços dos CRAS, que coordenam a Busca Ativa nos territórios. A constituição de uma Equipe Volante exigia critérios de elegibilidade para obtenção do cofinanciamento<sup>28</sup> para manter e treinar/informar esses profissionais. o Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2014, dá uma panorâmica dos municípios elegíveis para a constituição das Equipes Volantes. Na Figura abaixo vemos o mapa de municípios que possuíam condições de elegibilidade para sua implantação.

Figura 3- Mapa dos municípios segundo a condição de elegibilidade e implantação das Equipes Volantes



Fonte: Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>29</sup>

em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf). Acesso em: 24 de fev. de 2020.

<sup>28</sup> As regiões Norte e Centro Oeste tiveram o maior percentual de municípios elegíveis ao cofinanciamento, respectivamente 66,6% e 57,7% dos municípios. Na região Nordeste, 23% dos municípios foram elegíveis, mas dentre esses cerca de 93% realizou o aceite e declarou a implantação das equipes, representando uma alta adesão desses municípios à política de expansão. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf). Acesso em: 24 de fev. de 2020.

<sup>29</sup>

Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf). Acesso em: 24 de fev. de 2020.

em:

Um termo de aceite para adesão e implantação das Equipes Volantes, era assinado pelo município e PBSM, com prazo determinado. O Boletim da Vigilância informava que alguns municípios perderam a data, não constaram da amostra de 2014, e que “[...] até a data de 31/07/2013 o referido sistema, totalizava 1164 equipes volantes. Após esse prazo, outras equipes declararam a implantação, mas não puderam ser contabilizadas neste boletim” (Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, social, 2014, p.1)

Os CRAS que implantavam as Equipes Volantes contemplavam algumas características<sup>30</sup>. Conforme o livro "O Brasil sem Miséria", as Equipes Volantes se deslocavam para o território, a partir do conhecimento prévio sistematizado pela Vigilância Socioassistencial, conforme estabelecido na Norma Operacional Básica (NOB/212). A Equipe se compunha dos seguintes profissionais: obrigatoriamente 01 assistentes social, 01 psicólogo preferencialmente, e 02 técnicos de nível médio.

O Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS de 2014 evidenciou que os municípios com Equipes Volantes traziam uma demanda maior ao CRAS, que se traduzia no dobro de população rural e quase o triplo de população indígena do que os demais, especialmente a população indígena e os quilombolas, em condições desfavoráveis de analfabetismo e desnutrição, etc. O impacto da Busca Ativa nesses povos foi de despertar e ampliar o acesso à escola, à saúde (em conjunto às demais políticas), e direitos sociais para além da renda.

Abaixo, uma panorâmica das equipes volantes de acordo com esse Boletim mostra que o foco das equipes era mesmo as regiões rurais e de difícil acesso e os GPTEs. Os quadros

---

<sup>30</sup> Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS - são responsáveis por coordenar a Busca Ativa no território onde estão instalados, com foco no descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, na existência de crianças ou adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC sem acesso à escola, por tipos de barreiras sociais encontradas, na existência de idosos beneficiários do BPC, dos membros das comunidades tradicionais, de catadores de As mencionadas equipes ainda se encarregaram do atendimento integral e especializado às famílias e da promoção do seu encaminhamento aos equipamentos e serviços das demais políticas sociais. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilemmiseria.pdf). Acesso em: 17 de fev. de 2020.

abaixo contém informação de 2012, publicadas em 2014, com número de CRAS e de Equipes Volantes.

Tabela 3 - Número de CRAS por localização, segundo a existência de Equipes volantes

|                         | Não tem equipe volante |               | Tem equipe  |               |
|-------------------------|------------------------|---------------|-------------|---------------|
|                         | N                      | %             | N           | %             |
| Urbano Central          | 3446                   | 52,4%         | 654         | 56,9%         |
| Urbano Periférico       | 2838                   | 43,2%         | 452         | 39,3%         |
| Rural                   | 274                    | 4,2%          | 40          | 3,5%          |
| Itinerante (Embarcação) | 18                     | 0,3%          | 3           | 0,3%          |
| <b>Total</b>            | <b>6576</b>            | <b>100,0%</b> | <b>1149</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Censo SUAS 2012

Outro aspecto importante a lembrar refere-se aos meios de mobilização das Equipes Volantes para a realização da Busca Ativa, uma vez que, sem esses recursos, ficava impossível sua viabilidade:

Tabela 4 – Meio de deslocamento da Equipe Volante

| <b>Meio de transporte utilizado (resposta múltipla)</b> | <b>N</b> | <b>%</b> |
|---------------------------------------------------------|----------|----------|
| Automóvel exclusivo do CRAS                             | 395      | 39,8%    |
| Automóvel compartilhado com outras unidades públicas    | 592      | 59,7%    |
| Automóvel particular (membro da equipe)                 | 47       | 4,7%     |
| Embarcação exclusiva da Assistência                     | 35       | 3,5%     |
| Embarcação não-exclusiva                                | 64       | 6,5%     |
| Transporte público                                      | 39       | 3,9%     |
| A pé                                                    | 83       | 8,4%     |
| A cavalo ou outro animal                                | 7        | 0,7%     |
| Outro                                                   | 53       | 5,3%     |

Fonte: Censo SUAS 2013

Também, evidenciamos os objetivos principais da Busca Ativa:

Tabela 5 - Objetivos da busca ativa realizada pelo CRAS, segundo a existência de equipes volantes

|                                                                   | Não tem equipe volante |       | Tem equipe |       |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------|-------|------------|-------|
|                                                                   | N                      | %     | N          | %     |
| Inclusão no CadÚnico                                              | 4927                   | 74,9% | 980        | 85,3% |
| Atualização do CadÚnico                                           | 4981                   | 75,7% | 923        | 80,3% |
| Inclusão no Programa Bolsa Família (PBF)                          | 4765                   | 72,5% | 946        | 82,3% |
| Inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)               | 4544                   | 69,1% | 930        | 80,9% |
| Inclusão no acompanhamento familiar do PAIF                       | 5836                   | 88,7% | 1078       | 93,8% |
| Inclusão nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | 5534                   | 84,2% | 1036       | 90,2% |
| Outros                                                            | 2882                   | 43,8% | 524        | 45,6% |

Fonte: Censo SUAS 2012.

A Busca Ativa ganhou notoriedade dentro da PNAS com as Equipes Volantes do PBSM, com o apoio dos gestores e todos os entes federados e municípios que precisavam estar habilitados. Ela sempre esteve vinculada ao quantitativo do CadÚnico, mas também sempre o ultrapassou, identificando e selecionando os indivíduos e famílias na perspectiva da qualidade de vida, pois inclui e desenvolve capacidades e potencialidades em ações mais condizentes com a realidade e expectativas dos indivíduos e famílias alcançadas em suas diversas diferenças, como os GPTEs<sup>31</sup>, já aqui citados.

---

<sup>31</sup> I - povos indígenas; II - comunidades quilombolas; III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV - povos ciganos; V - pescadores artesanais; VI - extrativistas; VII - extrativistas costeiros e marinhos; VIII - caiçaras; IX - faxinalenses; X - benzedeiros; XI - ilhéus; XII - raizeiros; XIII - geraizeiros; XIV - caatingueiros; XV - vazanteiros; XVI - veredeiros; XVII - apanhadores de flores sempre vivas; XVIII - pantaneiros; XIX - morroquianos; XX - povo pomerano; XXI - catadores de mangaba; XXII - quebradeiras de coco babaçu; XXIII - retireiros do Araguaia; XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV - ribeirinhos; XXVI - cipozeiros; XXVII - andirobeiros; XXVIII – caboclos; e XXIX – juventude de povos e comunidades tradicionais. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20). Acesso em: 02 de ago. de 2020.

## 2.O Núcleo de Convivência de Idoso (NCI)

Saudação aos idosos<sup>32</sup>  
Alceu Sebastião Costa

Quando passo pela praça,  
Eu os vejo cheios de graça,  
Esparramados pelos bancos,  
Quais ervas pelos campos,  
Em grupos ou solitários,  
Dando vida ao cenário.

Alguns, tendo o papel cumprido,  
Desfrutam do prêmio merecido,  
Outros, pelo trato da vida,  
Não tiveram a mesma sorte deferida;  
Mas, todos parecem felizes,  
Conformados com as suas raízes.

Em comum, as suas caminhadas,  
Histórias verdadeiras ou inventadas,  
Que, entre lances e jogadas,  
Pouco a pouco vão sendo contadas,  
Com detalhes e cores rebuscadas,  
Não faltando situações apimentadas.

Colcha de retalhos de fios nobres,  
Aconchego de ricos e pobres,  
A praça não faz discriminação,  
Cada qual ali é um novo irmão;  
Diferente do geral da sociedade,  
Ela acolhe o idoso com dignidade.

Assim, à luz do sol ou clarão da lua,  
Nas esquinas ou nos leitos das ruas,  
Pela sobra do amanhã que ainda resta,  
Valores agregados que o passado atesta,  
Sonho de liberdade que nada mais afasta,  
Dedico este poema aos idosos lá na praça.

---

<sup>32</sup>Disponível em: <https://www.casaderepousoemaopaulo.com/blog/reflexao/poema-saudacao-aos-idosos/>.  
Acesso em: 25 de mai. de 2020.

O crescimento populacional dos idosos preocupa o mundo. A realidade brasileira não é diferente. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, a OMS, até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, aponta resultados mais recentes quanto ao número de idosos no Brasil:

Entre 2012 e 2016, a população idosa (com 60 anos ou mais de idade) cresceu 16,0%, chegando a 29,6 milhões de pessoas. Já a parcela de crianças com até 9 anos de idade na população caiu de 14,1% para 12,9% no período<sup>33</sup>.

Há aproximadamente 40 anos éramos ainda considerados um país jovem. Essa realidade vem mudando, e o sentido e significado dos conceitos idoso e envelhecimento, antes associados à doença, perdas, aposentadoria, morte, invalidez, dependência, etc. foi/estão se flexibilizando e ressignificando. Diferentes áreas do conhecimento, como saúde preventiva, economia, arquitetura, turismo, lazer, entre outras, passaram a desenvolver estudos sobre o idoso e o envelhecimento ativo. A OMS reformulou o conceito de envelhecimento e propôs um envelhecimento independente, produtivo e saudável.

Os estudos associam a longevidade a fatores como: controle de doenças, medicação, novas vacinas, o declínio da taxa de fecundidade e natalidade, saneamento básico, o controle de doenças crônicas, etc. Assim, foram se adotando critérios para estabelecer direitos, alinhados a estudos e critérios cronológicos; a pessoa é considerada idosa a partir de 60 anos, mas nisso há um contraponto, uma vez que os estudiosos apontam que caracterizar um indivíduo como idoso a partir da idade cronológica não é suficiente, existem outros fatores a ser considerados, conforme relatório da OMS:

O relatório baseia suas recomendações na análise das mais recentes evidências a respeito do processo de envelhecimento, e observa que muitas percepções e suposições comuns sobre as pessoas mais velhas são baseadas em estereótipos ultrapassados. Como mostra a evidência, a perda das habilidades comumente associada ao envelhecimento na verdade está apenas vagamente relacionada com a idade cronológica das pessoas. Não existe um idoso “típico”. A diversidade das capacidades e necessidades de saúde dos adultos maiores não é aleatória, e sim advinda de eventos que ocorrem ao longo de todo o curso da vida e frequentemente são modificáveis, ressaltando a importância do enfoque de ciclo de vida para se entender o processo de envelhecimento. Embora a maior parte dos adultos maiores

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013>. Acesso em: 09/05/2020.

apresente múltiplos problemas de saúde com o passar do tempo, a idade avançada não implica em dependência.<sup>34</sup> (OMS, 2015, p. 03)

Na promoção de serviços e ações ao público idoso, estudos acadêmicos sobre/para a velhice e o envelhecimento foram relevantes para fundamentar e entender a manutenção da autonomia e a funcionalidade, reabilitação, limitações e potencialidades do processo do envelhecimento, bem como o incentivo a um envelhecimento independente, autônomo, saudável, vinculando à família, comunidade e sociedade. O relatório reforça que “ao contrário do que se pensa, o envelhecimento tem muito menos influência nos gastos com atenção à saúde do que outros fatores, inclusive os altos custos das novas tecnologias médicas” (p.03). Alguns governos sensibilizados por essas e outras evidências direcionam-se para a promoção do suporte aos idosos nesse sentido.

Através das políticas públicas, são criadas leis e feitas convocações aos diversos setores públicos e privados e prestadores de serviços. Assegurar melhores condições de vida para esse público envolve inúmeras políticas e setores evidenciando interesses e contradições na execução e oferta, dada a variedade de áreas, especificidades e correlação de forças atuantes na declarada luta de classes, especialmente quando se trata de compartilhar bens materiais e serviços cuja materialização foi produzida por todos, indistintamente. Assim, leis são aprovadas, mas ainda se fazem necessárias lutas contínuas, organização, espaços de participação, formulação de debates contundentes e pressão aos poderes constituídos.

A população precisa conhecer e desmistificar o fundo público gerido pelo Estado, algo fruto de sua colaboração, e acompanhar suas movimentações, cobrar para que os impostos que o constituem retorne ao povo na forma de bens e serviços de qualidade, entre outros. Para se caminhar na transformação e adaptação dos sistemas e das políticas públicas, a política de saúde no modelo curativo baseado na doença tem procurado se centrar na prevenção possibilitando o retardo das doenças crônicas, doenças transmissíveis etc. Desenvolver esse aparato requer um movimento complexo e conectado na criação e ampliação de espaços, instituições do governo e da sociedade civil, economia, habitação, saúde, urbanização etc.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram surgindo leis para os idosos. A Política Nacional do Idoso –PNI Lei n. 8.842, de 1994, em seus princípios e diretrizes garantem ao idoso;

---

<sup>34</sup>Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-port.pdf>. Acesso em: 23/ de maio de /2020.

autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade. Fixa uma idade cronológica acima de 60 anos, determinando a responsabilidade do idoso aos conselhos; municipal, nacional, estadual e do Distrito Federal e órgãos na representatividade do idoso nestes âmbitos, no sentido de articular e formular políticas e ações de bem-estar, pensando na expectativa de vida reorganização da conjuntura econômica, social e políticas públicas, etc.

A PNI, artigo X, alínea b do inciso I, traduz um pouco destas mudanças; “*b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros*”(PNI, 1994). A PNI pontuou questões que em termos gerais, buscavam integrar em torno do idoso, a família, a sociedade e Estado na responsabilização do idoso. Nessa dinâmica o conceito de velhice encerrava em si aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos, sociais etc.

A etapa da vida caracterizada como velhice, com suas peculiaridades, só pode ser compreendida a partir da relação que se estabelece entre os diferentes aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Essa interação institui-se de acordo com as condições da cultura na qual o indivíduo está inserido. Condições históricapolíticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso. Há uma correspondência entre a concepção de velhice presente em uma sociedade e as atitudes frente às pessoas que estão envelhecendo. (SCHNEIDER org. 2008, p. 2)

O Conselho Nacional do Idoso<sup>35</sup> (CNDI) foi instituído em 2002, objetivando avaliar as políticas<sup>36</sup> para esse público, entre outros. O Estatuto do Idoso, a Lei 10.741/2003, no seu artigo 2º diz:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde

---

<sup>35</sup> A partir de 2004, integra a estrutura regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, atual Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Este decreto também ampliou a composição do conselho, que passou a ter 28 membros divididos igualmente entre representantes das instituições governamentais e as instituições da sociedade civil organizada. A SDH/PR adquiriu status de Ministério no ano de 2010 e atualmente é denominada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br> > participação > conselhos. Acesso em: 10/05/2020.

<sup>36</sup> Também são competências do conselho: apoiar e avaliar os conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal; propor modificações nas estruturas públicas e privadas de atendimento ao idoso; promover campanhas educativas; acompanhar a elaboração e a execução das propostas orçamentárias da União; elaborar o regimento interno do conselho. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br> > participação > conselhos. Acesso em: 10/05/2020.

física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Estatuto, entre outras questões, definiu como direitos do idoso: saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária. Trouxe a jurisdição protetiva ao idoso em situação de risco social, de negligência, discriminação, violência, crueldade, etc. estabelecendo penalidades jurídicas ante o não cumprimento de algumas das determinantes nesse conjunto de ações. Ainda em 1993, a Lei 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – regulamentou o Benefício de Prestação Continuada – BPC –, e substituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV), que havia sido instituída pela Lei 6.179/1974. No período da ditadura militar, a renda mínima garantida a idosos, o RMV, tinha cobertura limitada pela exigência da contribuição de ao menos 12 meses à Previdência Social ou vínculo trabalhista, o que foi extinto em 1996. O idoso podia acessá-la a partir dos 70 anos, o BPC<sup>37</sup> a partir dos 65 . Para concessão de ambos; a incapacidade econômica do idoso e da sua composição familiar com o sustento, o acúmulo do benefício com algumas rendas e benefícios, a atividade remunerada já eram impeditivos. A revisão a cada dois anos, o monitoramento e controle são peculiares do BPC ele pode se tornar ou não vitalício por força de algumas circunstâncias peculiares na vida do idoso/a e também não.

Anteriormente, em âmbito nacional, já figuravam serviços para diversos públicos, com nomenclaturas e finalidades diversas, às vezes dentro de um mesmo espaço. Isso, entretanto, deu-se antes do surgimento da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de 2009, que estabeleceu um padrão nacional dos serviços de proteção social básica e especial, assentado em normativas e regulamentos, definindo: conteúdos essenciais particulares de cada serviço, público a ser atendido, os propósitos de cada um deles, entre outros. Estabeleceu, também, os resultados almejados na garantia dos direitos socioassistenciais propostos por cada serviço, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede. A centralidade do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) quanto à Atenção Especial e Básica foi outro avanço na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

---

<sup>37</sup>A renda disponibilizada pelo BPC é de 1 salário mínimo mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais que não possua meios de prover sua manutenção nem de tê-la provida por sua família (renda familiar per capita menor ou igual a ¼ do salário mínimo). Outros quesitos também são observados.

Os serviços sociassistenciais foram catalogados, e alguns destinados especificamente à população idosa. Nessa formatação, o NCI foi enquadrado na promoção da convivência e fortalecimento de vínculos<sup>38</sup> familiares e comunitários, onde os indivíduos e famílias expressam, entre outras questões, suas necessidades. Conforme declara a Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais TNSS “(...) deve possibilitar meios para que as famílias expressem dificuldades, soluções encontradas e demandas, de modo a construir conjuntamente soluções e alternativas para as necessidades e os problemas enfrentados” (2012, p. 16). Tais necessidades poderiam se encaminhar e, até mesmo, se resolver, a partir dos meios que o território possui, aliado à sua rede de serviços e sua disponibilidade de oferta.

O ingresso do usuário ao NCI pauta-se em critérios oriundos da TNSS, em âmbito municipal, em consonância com a Portaria nº 46/SMADS/2010, alterado pela Portaria nº 09/SMADS/2012, que sintetiza a quem se destinam as ações do NCI e sua finalidade:

(...) destina-se ao segmento idoso com idade igual ou superior a 60 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares, no convívio comunitário e na prevenção às situações de risco social. Oferece atividades socioeducativas planejadas, baseadas nas características, interesses e demandas dessa faixa etária. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir (2012, p. 131)

Além de observar as prioridades do serviço e a quem se destina, verifica-se um afinamento criterioso deste público, conforme Portaria 46, composto de pessoas que podem apresentar determinadas peculiaridades:

Os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Os oriundos de famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda (PTR); Os que apresentam vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidades indiquem a inclusão no serviço. (2012, p.131)

---

<sup>38</sup> Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada, que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em 13 de mar. de 2020.

O serviço incentiva a participação e cidadania para o desenvolvimento do protagonismo e potencialidades que podem emergir do indivíduo em conjunto com a família, cabendo ao serviço fomentar o desenvolvimento de habilidades em expressões lúdicas, culturais e esportivas, interação, aprendizagem, sociabilidade e troca de experiências, lazer, além de incentivar a solidariedade e a intergeracionalidade, etc. Isso é oferecido de acordo com os interesses dos idosos. Acerca da promoção de um envelhecimento saudável, assim dispõe a TNSS “[...] contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.” (2012, p. 16)

Além disso, o NCI estimula o idoso na compreensão do funcionamento das engrenagens públicas do território e, para além deste, no sentido de se desenvolver e construir uma apreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo que o cerca. O trabalho socioeducativo, as palestras e oficinas, rodas de conversas, vivências, entre outras atividades, procuram atender essa prerrogativa. As rodas de conversas, palestras e atividades variadas, como esporte, dança, teatro, capoeira e passeios diversos, permeiam a rotina na convivência. O funcionamento do NCI é de segunda à sexta –feira; alguns possuem carga horária de 4 horas e outros de 8 horas. O público pode vir encaminhado do CRAS<sup>39</sup>, órgão que fiscaliza e acompanha o NCI (relação que costuma ser denominada “parceria<sup>40</sup>”), por busca ativa, encaminhamento ou demanda espontânea. Essas tais “parcerias” podem vir de convênios do município com os serviços privados, as Organizações Não Governamentais (ONG), atualmente

---

<sup>39</sup> O serviço deverá destinar 60% de sua capacidade de atendimento aos encaminhamentos realizados pelo CRAS. A complementação da capacidade, de 40% das vagas, será preenchida com demanda identificada pelo serviço e deverá ser validada pelo CRAS, por meio de seu técnico supervisor. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/arquivos/norma\\_tecnica.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/norma_tecnica.pdf). Acesso em: 13 de mar. de 2020.

<sup>40</sup> Deve-se ressaltar que a modalidade de parceria tratada neste Manual foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo novo regime instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), cujas principais diretrizes, dentre outras, são: o incentivo à organização da sociedade civil para cooperação com o poder público e a priorização do controle de metas e resultados estabelecidos no termo de parcerias. Disponível em: [http://www.parcerias.sp.gov.br/parcerias/docs/manual\\_de\\_parcerias\\_do\\_estado\\_de\\_sao\\_paulo.pdf](http://www.parcerias.sp.gov.br/parcerias/docs/manual_de_parcerias_do_estado_de_sao_paulo.pdf). Acesso em 13 de mar. de 2020.

denominadas Organizações da Sociedade Civil (OSC), termo reconfigurado pelo Marco Regulatório que a reforça<sup>41</sup>

O NCI não se restringe apenas à convivência; há atendimento domiciliar para os que estão impedidos de se deslocar e participar no espaço físico, quer por razão de doença, mobilidade ou autonomia prejudicada. Embora alguns idosos possuam relativa autonomia, alguns necessitam do apoio de alguém para subir uma rampa, atravessar ruas, e no transporte público. Esses manifestam o desejo de frequentar o serviço, mas quase sempre não há suporte familiar ou verba ou outras medidas no serviço/CRAS que facilite e apoie esse deslocamento, ficando a cargo da equipe verificar com a família outras possibilidades e arranjos. Portanto, desafios estruturais comprometem a participação de alguns idosos no NCI, o que pode ser reeditado e menos engessado.

Em virtude de os membros da família possuírem suas ocupações diárias e compromissos o assistente social dialoga e articula com os membros na possibilidade de retirar o idoso do isolamento social, ou verificando e avaliando as questões que impedem sua participação, ou ainda a hipótese de acompanhá-lo em domicílio. Algumas questões concernentes a não participação do idoso são: cuidar em tempo integral de um familiar, que pode ser um filho deficiente, cônjuge ou neto; ou por limitação de si, como já foi dito. Quando não há possibilidade da participação, pode-se, após análise, abrir o PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário<sup>42</sup> –, em que o assistente social mapeia as potencialidades e fragilidades do idoso/família, da composição familiar e demais implicados que podem colaborar com o idoso de alguma maneira, estabelece visitas conforme as necessidades, e aciona recursos locais e demais procedimentos enquanto o usuário permanecer em PDU. O PDU possui início, meio e

---

<sup>41</sup> Para saber mais, acessar, entre outras fontes: a Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, o marco das ONGs, que regula a parceria entre entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

<sup>42</sup> Instrumental específico para o registro de ações de acompanhamento dos idosos com necessidade de atendimento no domicílio e que apresentem dependência de cuidados. Nele devem ser registrados: uma síntese da situação apresentada, agravos identificados, ações propostas para a prevenção ou resolutividade; pactuações com o usuário, família ou cuidador; pactuações das ações intersetoriais ou socioassistenciais necessárias; síntese contendo data para reavaliação e estimativa de prazo para o alcance dos objetivos pactuados. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/arquivos/norma\\_tecnica.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/norma_tecnica.pdf). Acesso em: 13 de mar. de 2020.

fim. A partir daí o assistente social teria algumas ações, conforme determinado na Norma Técnica Operacional dos Serviços da Proteção Básica:

Comunicar ao técnico do CRAS, supervisor do serviço; realizar visita domiciliar após o PDU, no mínimo uma vez ao mês; Fazer o acompanhamento e atendimento dos Idosos e suas famílias; Discutir sistematicamente com o técnico do CRAS, supervisor do serviço, a situação dos idosos em acompanhamento domiciliar para subsidiar ações intersetoriais; e Articular ações intersetoriais para garantir a efetividade do acompanhamento domiciliar. (2012, p. 115)

Para isso, a inscrição no CadÚnico é obrigatória. Para o idoso que não consegue, por qualquer razão, ir até o CRAS se cadastrar, é solicitado ao CRAS o cadastramento ou a atualização deste na residência do idoso. Em alguns casos, essa solicitação pode demorar a ser atendida, dependendo da dinâmica do CRAS e seu quadro de cadastradores etc. Faz parte da proposta do serviço o acompanhamento domiciliar, bem como as visitas domiciliares e a busca ativa. Dentre inúmeras atribuições, a Norma Técnica dos Serviços Sociassistenciais da Proteção Básica/SP diz:

(...) a identificação, por meio da busca ativa, de idosos, beneficiários de BPC, oriundos de famílias beneficiárias de PTR, em situações de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares, que apresentem vivência de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário, que apresentem dependência de cuidados e não possam frequentar o serviço. (2012, p. 134)

A equipe técnica do NCI é composta por um gerente, um assistente social e um psicólogo<sup>43</sup>.

No ato de matrícula no NCI, o idoso deve apresentar a documentação pessoal e familiar, informações que constarão no prontuário do usuário. Serão registrados e sistematizados, a partir de então, todas as atendimentos e ações empreendidas com o idoso e sua família. Ante as situações diversas que os idosos trazem, o NCI procura resolver e acompanhar de forma atuante e interventiva, estipulando início, meio e fim para cada ação e seus desdobramentos. A questão de renda e manutenção de si ou da família mostram-se na realidade do serviço, e aí procura-se:

---

<sup>43</sup> Na experiência da autora em um NCI de 4 horas de funcionamento, a burocracia atrasava e sobressaía, no tocante ao trabalho com os conviventes. Os colaboradores levavam serviços para casa, ou faziam horas além da carga horária, na tentativa de, no final do mês, as inúmeras atribuições estarem em conformidade com as exigências. Entretanto, o acúmulo de atividades seguia, ainda assim. A equipe era menor que a mínima para as atribuições exigidas, e o tempo não favorecia.

Programas de Transferência de Renda (BPC para pessoa idosa), cesta de alimentos, encaminhamentos e articulações com demais políticas e setores deste interesse, além de esclarecimentos e orientações ao idoso, quando necessário. Em 2017, o Plano de Assistência Social (PLAS) apontou que haviam 123.082 idosos recebendo o BPC, e 78.181 pessoas com deficiência.

O ingresso ao NCI de uma parte do público pode depender ou não da lista do BPC, a critério de serem localizadas pela busca ativa. As listas, provenientes dos CRAS, contemplam informações essenciais, como nome completo, endereço, nome completo da mãe, número do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), e número do benefício do idoso.

Uma das metas do NCI, estabelecida pela Norma Técnica Operacional é “Atender a 100% da capacidade de vagas estabelecidas no convênio, para o eixo de convívio [...]” (2012, p.115). Para isso, o cadastro no NCI e no CadÚnico são indispensáveis. Aqui, a Norma citada define por quem a busca ativa pode ser realizada.

Realizada pelos profissionais de nível superior; envolve a procura intencional de idosos para mobilizá-los a participar do serviço; ao conhecimento do território e dos recursos sociais, bem como contatos com atores sociais locais e políticas setoriais. (2012, p. 142)

Há serviços na Atenção Social Básica, como o Serviço de Assistência Social à Família (SASF), que se utilizam da equipe técnica para realizar a busca ativa. O assistente social realiza visitas a partir do levantamento feito pelo profissional de nível médio, uma contradição com o que se determina.

O PLAS<sup>44</sup> 2018/2021 apresenta mapas de vulnerabilidade em diversos bairros da cidade de São Paulo. Praticamente todas as faixas etárias, inclusive pessoas idosas, estão, em determinadas regiões, sofrendo violência. Diante disto, objetiva-se a construção de cinco SASF, em locais de maior vulnerabilidade, como: Capão Redondo, Grajaú, Cidade Tiradentes,

---

<sup>44</sup>(...)documento traduz os anseios da gestão em contribuir para a construção de uma cidade mais humana e acessível a todas e todos. Articula-se, ademais, com o Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo e com o Programa de Metas 2019-2020 do Município. Construído pelas Coordenações do Gabinete desta Pasta e pelas 32 Supervisões de Assistência Social, busca traduzir as demandas e anseios dos diversos territórios da cidade. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/comas/arquivos/2019/PLAS\\_2018\\_2021.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/arquivos/2019/PLAS_2018_2021.pdf). Acesso em: 16/03/2020.

Brasilândia, Lajeado, Itaim Paulista, Jardim Ângela, São Rafael, Pedreira e Iguatemi. Ademais, fala-se sobre a implantação de dez Centros de Convivência Intergeracional (CCinter), mas não são mencionadas metas na ampliação ou avaliação e melhorias dos NCIs, se referindo a idosos apenas quando se fala do CCinter. Subentende-se que a atenção está voltada ao CCinter, espaço destinado a todas as faixas etárias. Juntam-se todos em um único espaço, o que possui suas vantagens. Entretanto, deve-se questionar os idosos foram consultados sobre essa mudança, em sentido invertido, de cima para baixo.

Rubens Casado, parlamentar comprometido com a causa do idoso e dos NCIs, informou, em reportagem no Observatório Social do Brasil (OSB-SP), de 22 de outubro de 2018, sobre o projeto de fiscalização e monitorização do NCI<sup>45</sup>: “De acordo com a apuração do OSB-SP, apesar de existirem 90 NCIs em São Paulo, apenas 46 dos 96 distritos administrativos municipais da cidade contam com pelo menos uma unidade. Ou seja, em mais de 50% dos distritos não existe,”<sup>46</sup> no capítulo seguinte teremos um número aproximado de NCIs em São Paulo.

Ainda de acordo com informações do OSB-SP, apesar de existirem 90 NCIs em São Paulo, apenas 46 dos 96 distritos administrativos municipais da cidade contam com pelo menos uma unidade. Ou seja, em mais de 50% dos distritos não existe NCI. A reportagem reafirma a necessidade de expansão dos NCIs na cidade: “a cidade possui mais de 1,7 milhões são idosos, o equivalente a 14,75% da população. Hoje, existem 12.710 vagas para quem tem mais de 60 anos nos 90 NCIs do município.

Encerrando, e pensando na necessidade de atenção maior e zelo com o público idoso, o NCI é um dos caminhos à promoção do bem-estar e envelhecimento saudável. Inseridos em

---

<sup>45</sup> O projeto de monitoramento dos NCIs está dividido em duas etapas: o levantamento do número de unidades existentes e em funcionamento na rede, e da qualidade dos serviços oferecidos. “Nossa intenção é incentivar a ampliação da rede, sobretudo com a instalação de unidades nos distritos ainda não contemplados e, também, colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos”, explicou o coordenador do projeto no OSB-SP, Rubens Casado.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.osb-saopaulo.org.br/osb-sp-monitorea-nucleo-de-convivencia-do-idoso-na-capita/>? Acesso em:10/05/2020.

territórios de alta vulnerabilidade, em conformidade com a PNAS/SUAS, tratam-se de serviços essenciais na perspectiva do direito. Há distritos em que os NCIs fizeram e fazem a diferença na vida de idosos sem ou com insuficientes recursos, negligenciados pelos seus, ou autonegligentes, mas que mudaram suas perspectivas quando na atenção de um NCI. Deve-se considerar que muitos distritos e seus idosos certamente ainda estão esperando esses serviços, que talvez nunca cheguem, na busca pelo rompimento com o isolamento doméstico, familiar e social. Aguardando ser resgatado para se fortalecer, nas pequenas aquisições, descobertas e construção de aprendizados e afetos que possibilitarão a reedição de novas possibilidades de viver seu próprio envelhecimento, e dar voz às suas demandas específicas, junto a seus pares.

A desigualdade e a precariedade na implantação e oferta desses serviços levam a um envelhecimento indigno, que abrevia a longevidade ativa e funcional. Estamos distantes da oferta universal e igualitária; há dificuldade em alcançar os idosos pobres ou extremantes pobres, negros, com mobilidade reduzida e desejosos em conversar e sair de casa ; os distritos dos extremos e suas extremidades territoriais, que ainda não possuem coberturas e estruturas desse serviço, constituem desafios na PNAS.

## 2.1 O CADÚNICO

Em 2001, quando os programas de transferência de renda começaram a ser implementados como importantes estratégias de combate à pobreza no país, foi criado, por meio do Decreto nº 3.877, o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p.10)

O CadÚnico e a busca ativa são elementos imprescindíveis nos serviços socioassistenciais. Em suas primeiras versões, o CadÚnico era um simples formulário, que evoluiu rapidamente. O Manual de Gestão do CadÚnico, que data a sua implantação em 2001, no início da implementação dos Programas de Transferência de Renda<sup>47</sup>, foi se expandindo, evoluindo e segue se modernizando, mas não foi sempre assim:

---

<sup>47</sup> Entre 2001 e 2002, o Governo Federal executava diferentes ações de transferência de renda direcionadas a famílias com perfis de renda similares, como os Programas Bolsa Escola, o Auxílio-Gás, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Esses programas utilizavam diferentes cadastros para identificar e selecionar o público-alvo, o que dificultava a coordenação das ações, fragmentava o atendimento e reduzia sua eficiência. A falta de integração das informações possibilitava o acúmulo de benefícios sem que houvesse a garantia da universalização do acesso para todos os que precisassem: uma mesma família podia ser

Entre 2001 e 2002, o Governo Federal executava diferentes ações de transferência de renda direcionadas a famílias com perfis de renda similares, como os Programas Bolsa Escola, o Auxílio-Gás, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Esses programas utilizavam diferentes cadastros para identificar e selecionar o público-alvo, o que dificultava a coordenação das ações, fragmentava o atendimento e reduzia sua eficiência. A falta de integração das informações possibilitava o acúmulo de benefícios sem que houvesse a garantia da universalização do acesso para todos os que precisassem: uma mesma família podia ser beneficiária de dois ou três programas, ao passo que outras, em situação e localidades semelhantes, não contavam com nenhum apoio. (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p.10)

Com o surgimento do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, ocorreu a unificação dos programas de transferência de renda condicionada, existentes na época. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o PBF, elegeu o Cadastro Único como instrumento de identificação na seleção de seus beneficiários

Sua evolução é ressaltada “[...] como importantes estratégias de combate à pobreza no país, foi criado, por meio do Decreto nº 3.877, o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. ” (2017, p.10). Apresentamos a seguir a definição do CadÚnico do Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal do MDS:

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a este público. Por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população. (2012, p.5)

O citado documento ainda versa sobre a importância da ferramenta na: “[...] articulação da rede de promoção e proteção social e também um mecanismo fundamental para a integração das iniciativas de diversas áreas e em todos os âmbitos da federação que visam promover a inclusão social. ” (2017, p.5). O CadÚnico segue constantemente se aprimorando e se modernizando, devido aos avanços da tecnologia:

---

beneficiária de dois ou três programas, ao passo que outras, em situação e localidades semelhantes, não contavam com nenhum apoio. (2017, Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, p.10)

Em 2008, o MDS iniciou o Projeto Cadastro Único<sup>48</sup>. Esse projeto tinha duas frentes de ação: 1. a revisão dos formulários do Cadastro Único, com os objetivos de aperfeiçoar a coleta dos dados e de qualificar as informações cadastrais; e 2. o desenvolvimento de um novo sistema operacional para aperfeiçoar as funcionalidades de cadastramento, de manutenção dos dados, bem como de outros processos de gestão do Cadastro Único. (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p.63)

Em todas a federação há gestores trabalhando no gerenciamento dos dados do CadÚnico, em diversas ações para a manutenção do que também, a nosso ver, é um grandioso sistema de dados à disposição das políticas públicas, organismos internacionais, técnicos, gestores que coordenam e definem as ações das políticas públicas, seus projetos programas e ações para a população de baixa renda, etc. O CadÚnico foi eleito como ferramenta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Plano Brasil Sem Miséria, a partir da publicação do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Atualmente, não se vê mais o CadÚnico dissociado da PNAS/SUAS e seus programas, projetos e ações.

Ele dá a visibilidade radiográfica dos estados, particularidades das pessoas e suas necessidades, podendo ser também o “big brother<sup>49</sup>” da pobreza, além da ter função de vigilância sobre os cadastrados. Entretanto, a busca ativa não pode se resumir a isso, uma vez que o profissional precisa pautar-se na ética e atitudes respeitadas com os usuários, para não potencializar esse controle e cerceamento na vida do público. O Manual alerta quanto à condição das famílias em averiguação e descumprimento com as condicionalidades, ou alvo de outra investigação do cadastro, não serem submetidas a constrangimentos e exposição, mas manter o sigilo das informações do Cadastro Único:

---

<sup>48</sup> Com a Versão 7, diminuiu-se consideravelmente o risco de multiplicidades cadastrais. Isso ocorre porque o Sistema de Cadastro Único é interligado com o Cadastro NIS, uma ampla base de dados gerida pela Caixa, que contém dados pessoais, como nome, filiação, raça/cor, documentação e outros. (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p.64).

<sup>49</sup> “(...) a Senarc realiza, periodicamente, o procedimento de Averiguação Cadastral, que se dá, principalmente, por meio de cruzamentos da base do Cadastro Único com outros registros administrativos do Governo Federal, que contém informações sobre composição familiar, óbito ou indicativos de renda de cada componente da família. Ao realizar esses cruzamentos de informações, o MDS identifica indícios de inconsistência nas informações que foram declaradas pela família.”. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/Manual\\_gestao\\_Cad.\\_Unico](https://www.mds.gov.br/Manual_gestao_Cad._Unico). Acesso em 15 jun. 2020.

A lista de famílias que foram identificação com informações do Cadastro Único diferentes dos outros registros administrativos é encaminhada aos municípios, para que atualizem o cadastro das famílias. Em alguns casos, a Senarc exige a realização de atualização cadastral por meio de entrevista em domicílio. (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p. 45)

O Manual fala sobre a utilização dos dados do CadÚnico ir além da análise desses dados e dos programas de Transferência de Renda. Em citação do livro *O Brasil Sem Miséria*: “O potencial de um bom instrumento de identificação de beneficiários, quando utilizado para além de programas de transferência de renda, envolvendo também programas voltados à saúde, à qualificação profissional, à habitação e a outros serviços.” (Aline Diniz Amaral, 2014, p. 97). De maneira diferente, essa alquimia pode ocorrer com a busca ativa, como estratégia plasmável, que aplica a realidade e vai ao encontro de respostas, dependendo do que se espera dela; forma de aplicabilidade, canalização de usuários, uma vez que a máxima ou mínima quantidade depende de investimento, regras e parâmetros para a inclusão social.

Conforme Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS 2017, para se realizar o Cadastro Único, as pessoas, preferencialmente indivíduos e famílias<sup>50</sup> com: “[...] renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda familiar mensal de até três salários mínimos no total” (2017, p.7). Porém, o Manual declara que o cadastro não está necessariamente vinculado à renda, mas à participação da população em programas sociais.

As principais características que o cadastro observa nos indivíduos, famílias e domicílios são:

Composição familiar; Endereço e características do domicílio; Acesso a serviços públicos de água, saneamento e energia elétrica; Despesas mensais; Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos<sup>51</sup>. Características de cada um dos

---

<sup>50</sup> O Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que regulamenta o Cadastro Único, permite também o cadastramento de famílias com renda superior, desde que a inserção no Cadastro Único esteja vinculada à participação em programas sociais implementados pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal. Disponível em: <https://www.mds.gov.br>>Manual gestão Cad. Único. Acesso em 15 de mai. de 2020.

<sup>51</sup> Em municípios com a presença de famílias pertencentes a Grupos Tradicionais Populacionais e Específicos, recomenda-se a contratação de profissionais com conhecimentos específicos, como antropólogos, tradutores de línguas indígenas ou a consolidação de parcerias com outros órgãos governamentais e ou organizações sociais que possam dar suporte à gestão para a adequada abordagem

componentes da família: Escolaridade; Situação no mercado de trabalho; Deficiência Documentação civil; e Rendimentos, entre outros (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p.8)

O Cadastro Único é composto por formulários de cadastramento, nos quais as informações das famílias de baixa renda são coletadas e registradas pelos entrevistadores municipais:

Sistema informatizado para a inclusão e a atualização das informações das famílias cadastradas; rede de atendimento, composta pelos entrevistadores sociais, equipamentos públicos e equipes de gestão dos municípios e Distrito Federal; e base de dados, que contém as informações de todas as famílias registradas no Cadastro Único em cada município. (Manual Cadastro da Gestão do CadÚnico para Programas Sociais, Único, 2017, p. 9)

O CadÚnico é sofisticado, moderno, demanda mais custo, e as informações são acionadas e adicionadas em tempo real há um bom tempo. “O funcionamento do Sistema de Cadastro Único, implantado em todos os municípios brasileiros, é integralmente online.”<sup>52</sup> (Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/MDS, 2017, p. 42). A busca ativa é simples, “mais chão”, barata, e busca informações *in loco*. São dois elementos com algumas coisas em comum: articular a rede de promoção e proteção social; e conhecer quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades dos indivíduos e famílias, visando a inclusão social com base no levantamento numérico.

A busca ativa transcende a parte numérica de maneira peculiar, verificando cada história por trás dos números, e possibilitando ao profissional inserir-se na realidade do outro, ajudando a refletir, permitindo pensar, agir, e avaliar conjuntamente com o necessitado o traçar caminhos e saídas para novos cenários e projetos de vida. Permitindo enxergar para além dos números, é

---

e para o atendimento diferenciado dessas famílias, a partir do entendimento da cultura e dos valores desses grupos. Disponível em: <https://www.mds.gov.br>>Manual gestão Cad. Único. Acesso em 15 de mai. de 2020.

<sup>52</sup>A Portaria nº 177/2011 prevê que a coleta dos dados cadastrais deve ser realizada preferencialmente por meio do preenchimento dos formulários do Cadastro Único. Contudo, tanto o cadastramento de novas famílias como a atualização cadastral também podem ser realizados diretamente no Sistema de Cadastro Único, conforme prevê o § 2º, do art. 6º, da referida Portaria. Disponível em: <https://www.mds.gov.br>>Manual gestão Cad. Único. Acesso em 13 de mai. de 2020.

flexível e promove aberturas que a sisudez e a rigidez do CadÚnico não são capazes de permitir. Com a busca ativa é possível perceber e captar o diálogo mudo, trazendo, ao final, a história de cada um. Isso nos faz pensar em o que esses números isolados significariam sem essas expressões; pouca coisa, talvez, sem a luz das falas e histórias de mulheres, homens e famílias.

Cabe ao profissional do NCI, que bate de porta em porta, um contato com o indivíduo, que o faça permitir-se revelar alguns recortes da sua vida, por entender que pode obter algum produto daquela conversa, como a oportunidade de buscar a resolução de algumas de suas necessidades. As intervenções e ações do profissional resultam em materializar: o BPC, o cursinho popular para o filho, a agilização na cirurgia de alguém, a participação comunitária despertada e até a ida pela primeira vez de alguém ao teatro, provando que a materialização da proteção social pode ir além de questões financeiras e necessidades básicas imediatas.

Não vamos nos estender sobre o CadÚnico, apenas intencionamos trazer essas informações, pois ele é parte integrante da PNAS e seus serviços, e dizer que ferramentas e estratégias que contribuem para a constituição de direito e cidadania merecem ser melhoradas, estudadas e apropriadas por quem as manipula e executa, cabendo, por vezes, a junção de algumas dessas estratégias.

A busca ativa e o CadÚnico produzem dados que colaboram para a materialização da proteção social, e isso, somado à atuação sistemática da Vigilância Socioassistencial, potencializa e pode ajudar a dar visibilidade na identificação da vulnerabilidade no território, ao “[...] estimar a demanda potencial dos serviços de Assistência Social e definir sua distribuição. ” (PLAS/2017/2021 p. 14)<sup>53</sup>. Assim, é possível buscar e fornecer informações sobre como estão as relações entre as necessidades apresentadas pela população e os serviços ofertados nos diversos territórios, para que a gestão possa tomar decisões e planejar ações no âmbito da PNAS e dessa forma, quem sabe, possibilitar um pensar junto com quem faz a política acontecer.

---

<sup>53</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/comas/arquivos/2019/PLAS\\_2018\\_2021](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/arquivos/2019/PLAS_2018_2021). Acesso em: 13/03/2020.

Ao Assistente do NCI e dos demais serviços é exigida a visão de totalidade do território, mas às vezes ele não é originário do território ou pouco o conhece; o conhecimento vem da sua prática diária na busca ativa e a contribuição do CRAS:

O CRAS deve fazer do diagnóstico territorial instrumento de investigação para captar a vida onde ela está acontecendo, nas pessoas e nos grupos com os quais trabalha, onde circulam, vivem, aprendem, vibram, se relacionam e produzem. A partir daí, desempenha suas funções essenciais de Gestão da Proteção Social Básica no Território e oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral (PAIF), na perspectiva de redução das vulnerabilidades das famílias atendidas e do território. (Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais Proteção Social Básica- SP, 2012)

O acesso ao mapeamento da produção sistematizada de informações territorializadas da Vigilância Sociassistencial auxiliaria no planejamento e definição das ações no território. São das informações que emerge o conhecimento acerca das vulnerabilidades, conforme menciona o PLAS/201/2021.

As informações do Cadastro Único foram georreferenciadas e a elas foram agregados outros indicadores sociais e econômicos, tais como recebimento de benefícios 15 de transferência de renda, escolaridade, mortalidade, violência física, sexual e psicológica, dentre outros. Consideraram-se como grupos vulneráveis as crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres e população em situação de rua. (PLAS/2018/2021 p.p. 14/15)

O PLAS/21/221, em suas propostas, pensa em trazer um pouco de sensatez para o CadÚnico, ao pretender acompanhar no mínimo 15% das famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família, com o intuito de verificar mais detidamente a real situação da família antes da suspensão ou corte do benefício. Beneficiários não tinham, por vezes, acesso a informações claras acusadas pelo sistema, o que pode levar, entre outras coisas, ao descumprimento das condicionalidades. A busca ativa, enquanto estratégia adaptável a muitos fins, é usada também para essas questões.

Idosos, NCI, busca ativa e CadÚnico são elementos que estão, aqui, em dinâmica interação no contexto da proteção social e na mediação do assistente social, que leva esse mundo de descobertas e questionamentos para muitos idosos e famílias que, assim, adquirem segurança para transitar pelo território, serviços, políticas, e compor um novo repertório de procedimentos formais/burocráticos, exigidos pela rede estatal e suas instituições. Assim, o usuário, certo de que está tecendo um futuro melhor para si e sua família na construção de novos caminhos no cotidiano desafiador e cheio de confrontos, vai adquirindo maturidade na

cidadania e *traquejo*. A interação pedagógica do assistente social com o usuário, com o intuito de desmistificar conhecimentos sobre CRAS, CadÚnico, direitos, autonomia, envelhecimento, BPC, etc., visando a transposição de si e de suas dificuldades, traduz-se em um aprendizado que atinge a ambos, usuário e assistente social.

O assistente social não deixa de ser uma extensão do CRAS no território. E também por meio da busca ativa que ele/a implementa as seguranças sociais do SUAS; Segurança de renda, Segurança de acolhida, Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais, Segurança de convívio ou vivência familiar e Segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social

### 3. A METODOLOGIA DA PESQUISA E OS SEUS SUJEITOS

Mais perto e contempla as palavras. Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra e te pergunta, sem interesse pela resposta pobre ou terrível, que lhe deres: Trouxeste a chave?"(Carlos Drummond de Andrade, 1999)

Iniciamos a trajetória investigativa com uma pesquisa bibliográfica documental, relevante para maior aproximação da proposta temática, direcionamento e construção das bases teóricas. Adotamos a documentação oficial do MDS/PBSM, o PNAS, e em especial pela origem da temática, o livro “O Brasil Sem Miséria”. Utilizamos, nos estudos, sites referentes ao tema, a Constituição Federal de 1988, a NOB/12, a LOAS, entre outros.

A pesquisa é de ordem qualitativa, explicativa e crítica. A pesquisa qualitativa permite maior flexibilidade “[...] tentando levar os sujeitos a expressar livremente as suas opiniões sobre determinados assuntos [...]” (BIKLEN, 1991, p. 17). Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa:

Visa abordar o mundo ‘lá fora’ (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes:

- Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias bibliográficas ou a práticas (cotidianas profissionais), e podem ser tratadas analisando –se o conhecimento, relatos e histórias do dia a dia.
- Analisando interações e comunicações que estejam desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material.
- Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou músicas) ou traços semelhantes de experiências ou interações.

Essas abordagens têm em comum o fato de buscarem esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo a sua volta, o que estão fazendo, ou o que lhes está acontecendo em termos de que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. As interações e os documentos são considerados como forma de construir, de forma conjunta (ou conflituosa) processos e artefatos sociais. (p. 08)

Para o tratamento dos resultados, utilizamos a análise de conteúdo dos depoimentos obtidos, contextualizados na prática do assistente social. Através das experiências dos profissionais que participaram da pesquisa de campo procuramos analisar os desafios e estratégias na execução da busca ativa nos NCIs, atividade pouco visível na política de assistência social e de proteção social. Realizamos entrevistas com 7 assistentes sociais provenientes de 7 NCIs da cidade de São Paulo, que se encontram na execução da Busca Ativa, contexto em que também emergiram nossas indagações sobre essa prática profissional.

### 3.1 O universo da pesquisa e seus sujeitos

De acordo com o canal de comunicação eletrônico da Prefeitura sobre a Assistência e Desenvolvimento Social, existem atualmente 88 NCIs na cidade de São Paulo: “São 88 unidades, que atendem mais de 12 mil idosos”<sup>54</sup>. Nossa amostra é pequena, mas permite observar e conhecer de que modo essa atividade compõe a prática profissional no trabalho social com idosos e suas famílias no NCI.

Estabelecemos três critérios para a definição dos sujeitos que integram esse estudo: 1) assistentes sociais com no mínimo 1 ano em execução da atividade Busca Ativa; 2) profissionais que já executaram a Busca Ativa e não a desempenham mais, como ex-funcionários de NCIs; 3) profissionais que realizam a Busca Ativa no território/na residência do usuário. Isso porque a Busca Ativa pode ser realizada através de outras estratégias, como panfletagem, anúncios, cartas, etc., conforme já mencionamos. Procuramos pesquisar profissionais alocados em zonas geográficas distintas da cidade, na seguinte distribuição: 01 profissional da Zona Oeste; 01 profissional da Zona Norte; 02 profissionais da Zona Leste; e 03 profissionais da Zona Sul, em um total de 07 profissionais entrevistados.

Utilizamos a entrevista semiestruturada, entendendo que a escolha desse instrumento possibilita maior proximidade e contato direto com os sujeitos, facilitando captar diretamente as experiências e vivência desses profissionais. Marconi & Lakatos (2003) explicam que a entrevista é um instrumento que facilita “[...] a conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.” (p. 196). Assim, elaboramos um roteiro orientador (em anexo), e ao final abrimos um espaço para expressão livre dos participantes, caso desejassem manifestar qualquer outra contribuição.

O convite aos sujeitos de pesquisa foi realizado por telefone, obtendo uma aceitação expressiva ao convite. As entrevistas foram realizadas em um único encontro com cada participante e com duração em torno de 30 a 45 minutos. A partir da terceira entrevista foi

---

54

Disponível em:  
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/rede\\_socioassistencial/idosos/index.php?p=3203](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/idosos/index.php?p=3203). Acesso em: 25 de maio de 2020.

utilizado o Skype, devido a medidas de segurança e proteção decorrentes da pandemia de COVID-19.

Das entrevistas que realizamos, tivemos uma produção de 180 laudas, considerando também as anotações de campo. Para a transcrição, dispendemos aproximadamente 10 dias intermitentes. A análise do conteúdo foi feita de forma crítica, buscando abarcar os propósitos da pesquisa, considerando a comunicação, a linguagem dos profissionais, sendo apresentada a íntegra da fala dos mesmos.

Para a análise, fizemos uma leitura aprofundada de cada entrevista, com o propósito de apreender o conteúdo particular de cada sujeito. Realizamos várias leituras até chegarmos a algumas categorias de análise, transformadas em categorias para apreensão do fenômeno aqui proposto.

### 3.2 Caracterização dos participantes da pesquisa

a) Faixa etária, gênero e etnia:

| Homens | Mulheres | Idade                      | Formação          | Etnia                  |
|--------|----------|----------------------------|-------------------|------------------------|
| 02     | 05       | A partir de 51 até 25 anos | Entre 2011 a 2018 | Todos afrodescendentes |

b) Instituições<sup>55</sup> em que se graduaram:

| FMU | FAPSS | UNISA | UNICASTELO (atual Faculdade Brasil) | TOTAL |
|-----|-------|-------|-------------------------------------|-------|
| 02  | 02    | 02    | 01                                  | 07    |

Desse universo de 07 indivíduos, 06 concluíram pós-graduação *latu-senso*, um deles tem um curso de especialização incompleto, outros estudos e planejamento para continuar

---

<sup>55</sup> Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas-FMU, Faculdade Paulista de Serviço Social-FAPSS, Universidade Santo Amaro-UNISA, e Universidade Camilo Castelo Branco-UNICASTELO, atual Faculdade Brasil.

estudando. Três pessoas realizaram outros estudos e/ou curso de extensão em instituições privadas. Um dos sujeitos possui graduação também em sociologia, porém atua como assistente social.

### 3.3 Percurso intelectual dos sujeitos de pesquisa

| Especializações | Especialização e curso de extensão                                                                                                                 | Concluindo | Incompleta | Extensão | Total |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|----------|-------|
| 07              | Gerontologia, Políticas públicas, políticas públicas com ênfase na família, projetos sociais, psicologia social, gestão de políticas públicas etc. | 02         | 01         | 01       | 07    |

Verificamos neste universo a totalidade de afrodescendentes e a predominância expressiva de indivíduos do gênero feminino. Formados em faculdades privadas, percebemos o interesse desse público em estar sempre estudando e buscando agregar conhecimentos, seja em cursos de especialização ou de extensão, no sentido de estarem afinados e preparados para melhor servir a população e suas famílias. Alguns são ligados a movimentos político-partidários e militância em seguimentos populacionais diversos, e políticas públicas. Quase todos são contratados por ONGs na modalidade CLT, em jornada de 30hs semanais. Apenas 01 deles trabalhou no regime de 20hs semanais. O tempo que possuem de experiência na atividade da busca ativa varia de 2 a 7 anos. As organizações com as quais possuem vínculo trabalhista são conveniadas com a Prefeitura e subordinadas ao CRAS local.

Observamos o compromisso desses profissionais em dar respostas às expressões da questão social que emergem no território do NCI e na convivência da Busca Ativa. Tais questões demandam uma ampla e complexa série de ações e atribuições intermináveis, desafios que envolvem a prática profissional e atravessam a Busca Ativa para além do trabalho interno na convivência. Não se pode privilegiar uma ou outra atribuição. Todos possuem experiências anteriores ao NCI, com diferentes segmentos populacionais: Serviço de Assistência Social à Família (SASF), juventude, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), população em situação de rua, etc. Nesse universo, 02 sujeitos não realizam mais a Busca Ativa, 01 assumiu uma vaga em um concurso público e se demitiu do NCI, outro foi promovido a gerente do mesmo NCI em que iniciou seu trabalho como assistente social.

As primeiras impressões dos sujeitos<sup>56</sup> de pesquisa sobre o tema:

**S.5 A sua pesquisa vem de encontro com a realidade profissional**, e como surgem todos os anos tantas questões, vamos nos perdendo no emaranhado delas, não dá tempo de nos apropriarmos de algumas “coisas” e seguimos assim, sem espaço para essa discussão mais ampla, **precisamos avançar na busca ativa, e estou honrada em contribuir.**

**S.7 Faço questão de participar porque a busca ativa ainda é algo que precisa de maior fundamentação na nossa prática profissional, a gente não é chamada “pra” refletir a respeito** e não reflete por falta de tempo e tantas coisas, vai fazendo e ninguém se preocupa como é feito, o que importa é fazer e falta esse movimento de sentar e pensar a busca ativa.

**S.6 Não sabia o que era busca ativa, soube no trabalho**, me deram uma listagem e falaram, “olha aqui! Você vai em busca destas pessoas precisamos de público a frequência está baixa”, nunca tive explicação, informação ou método, eu fui me ajustando e criando meu jeito de fazer depois, fui pesquisar, mas é algo muito solto sem uma base. Falta referência teórica. Por isso **quero contribuir com essa pesquisa e com o serviço social.**

Percebemos a evidente inquietação com a Busca Ativa na prática profissional, e a necessidade que sentem de trazer essa discussão e reflexão para a profissão, dada a insuficiência teórica e metodológica para realizar a prática que desenvolvem.

### **3.4 Análise e interpretação - das narrativas dos sujeitos à interface da Busca Ativa na prática do assistente social**

Através do processo de leitura e releitura do material fomos estabelecendo os significados ou sentidos próximos. Desse procedimento conseguimos extrair e descartar elementos que, em um exame mais minucioso, atendia aos critérios de validade, exclusividade, consistência e pertinência. Assim, estabelecemos como categorias para a análise: o significado da Busca Ativa; como os/as assistentes sociais foram introduzidos/as nessa atividade; pontos positivos e negativos percebidos na atividade; estratégias e metodologias empreendidas; o diferencial da presença do assistente social no exercício da Busca Ativa.

#### **➤ O significado de Busca Ativa pelos assistentes sociais dos NCIs:**

---

<sup>56</sup> Faremos referência aos sujeitos, na sequência deste texto, identificando-os com a letra S, por exemplo, S1, S2 e sucessivamente.

Interessante observar as diferentes interpretações atribuídas ao significado da Busca Ativa no contexto do Serviço Social, definições como: instrumento, ferramenta, instrumental técnico-operativo, metodologia, estratégia, um primeiro contato, uma aproximação entre a assistência social do município e o cidadão vulnerável, etc.

S3. Vamos lá, ah... Eu vejo que a busca ativa ela é um<sup>57</sup> **instrumento de trabalho, ou instrumental técnico operativo**, ela pra mim vai servir para eu atingir determinados objetivos né? No caso do NCI... seria o objetivo maior seria a proteção social dos idosos do território que necessitam deste acompanhamento domiciliar, mas também tem a demanda numérica, então esses idosos têm um número a ser atingido (...) ela é uma **ferramenta**, então a busca ativa, vai sempre servir pra você... é uma ferramenta mais ligada a parte de... planejamento, pesquisa, elaboração e implementação de um, de um serviço né. Ah...pro serviço social, **ela é uma ferramenta** que geralmente ela é usada no início do serviço é com uma certa regularidade, uma vez a cada ano para retomar a aquisição de novos usuários, mas, ela sozinha no serviço social não faz sentido, deveria estar... h um, conectada a uma pesquisa maior do que é do que é os territórios, quais são as demandas do território, qual que é o perfil do público que eu quero buscar , então na verdade ela é **só uma ferramentazinha** de um processo maior né, mas ela acaba tomando toda uma vida própria.

Observando a fala do sujeito/a, percebemos que além de definir a Busca Ativa, destaca a utilidade dessa estratégia, envolvendo a necessidade de certo domínio para a intervenção profissional, abarcando especificidades pessoais e locais, e acervo teórico-prático.

S4. Então a busca ativa no serviço social pra mim e... ao meu ver.. é uma **metodologia** assim fantástica porque, como te falei inicialmente ela acaba aproximando mais o... sujeito e... existente no território com a questão dos equipamentos existentes nele né, porque até então , existe muitos serviços que existem no território que os indivíduos não conhecem né, não só como não conhecem os equipamentos que existem como não conhecem os benefícios que existem nesses equipamentos, por exemplo o CRAS, né existe mais de vinte tipos de benefícios existentes nestes equipamentos e que talvez as famílias tem direito e nem sabe que tem né , então eu que assim... acho que assim... um dos objetivos que eu entendo que seja **uma metodologia importantíssima** de ser aplicada de forma assim. e.. digamos com muita parcimônia né tem que realmente conhecer o território, saber o significado da busca ativa e entender o objetivo e a importância dela (...)

Esse depoimento destaca, na Busca Ativa, a importância do território, o sentido de pertencimento dos que ali vivem, mencionando os equipamentos e o direito a benefícios que os usuários e as famílias poderiam acionar se deles soubessem ou conhecessem. Daí a relevância do assistente social em contribuir com os usuários na construção desta consciência de acesso,

---

<sup>57</sup> Aqui o entrevistado contempla dois significados.

de existir e interferir no território, conforme define a PNAS e Proteção Social Básica. E as falas seguintes dizem um pouco nesse sentido:

**S1. É uma estratégia de trabalho e proteção social.** Tem objetivo de localizar e identificar famílias/indivíduos que possam estar vivendo em circunstâncias de privação socioeconômica e outros agravos e não acessam os seus direitos por não conhecer.

**S5.** (...), mas respondendo assim por cima, a busca ativa, eu entendo que ela é uma **estratégia** que vem aí do período de MDS né, pensando no Programa Fome Zero, toda aquela coisa bonita que foi... colocada né, no papel, então a busca ativa ela vem desse processo da gente... fazer com que a... política chegue ali no indivíduo né, pra que ele conheça o que é o serviço o que que... existe no território, pra que que serve né, quais são os programas. Então assim... aí fazendo um recorte pra dentro do serviço ... que eu trabalho.

O entendimento parece difuso, do ponto de vista teórico-metodológico, uma vez que a Busca Ativa é observada como um instrumento, uma ferramenta, uma metodologia ou uma estratégia. Parece haver confusão conceitual, pois estratégia difere de metodologia que, por sua vez, é diferente de instrumento. Essa é, aliás, uma fragilidade própria do processo de nossa formação que não fortalece o aprendizado em metodologias de intervenção e suas expressões no trabalho social. É nesse contexto que o trabalho social

[...] instaura processos que partem de identidades, vocações, possibilitando a máxima participação e autoria dos envolvidos, ao intervir com novos ou velhos princípios centrados no e com o território, na ação integrada intersetorial e no fortalecimento de aportes culturais e vínculos sociorrelacionais.” (CARVALHO, 2014, p. 22).

E é a partir daí que podemos ir estabelecendo ou construindo metodologias, exercendo “[...] a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos, em diretrizes operacionais e detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar. ” (WANDERLEY E OLIVEIRA, 2004, p.17). Os instrumentos técnico-operativos, conforme Paulino (2016), são utilizados na medida em que se compreende esse contexto e se percebe o que precisa ser realizado, através de quais instrumentos, com quais habilidades, técnicas e conhecimentos.

Além da dimensão metodológica, a Busca Ativa também é compreendida de modo mais abrangente, como movimento inicial de aproximação e de reconhecimento da população, de compreensão e reconhecimento de sua dinâmica de vida.

**S2.** A busca ativa **é um primeiro contato** com usuário, seja ele da Assistência da Saúde né, de algum serviço que você vá colher dados, para daí em diante você ter a demanda.

**S4.** É então, são perguntas bem interessantes, quando você fala de busca ativa, eu acho que um dos papéis da busca ativa na minha percepção e, **seria uma aproximação entre a assistência social do município e o cidadão inserido né, neste... neste caso sendo ele e... na condição de vulnerável** social e risco social, eu acho que um dos papéis e... da busca ativa e você ter essa aproximação com o território, né, é também uma possibilidade de conhecer mais de perto .... a.. as funções dessas famílias como elas vivem, e como se dá essa organização dentro do contexto do território. Acho legal também, cabe ressaltar que para fazer uma busca ativa, sendo relevantemente mesmo, é.. legal que se essa questão do... aspecto social né entender a sociedade nos seus contextos de baixa e alta complexidade que há no território, eu acho isso interessante, quando você fala de busca ativa, eu estou fazendo uma busca de quem? Do que? ...Estou em busca de algum público, eu quero saber de alguma realidade que há nesse território, e... que eu tenho que aplicar essa busca ativa, então assim, acho que ter um.. em mente sobre o que é território também, né porque as pessoas falam de busca ativa eu vou lá no território, no tal território tal , casa tal, família tal, mas no seu contexto mais amplo, e não somente a parte de... estrutural da casa né, eu vou lá conhecer uma família mas é legal saber as condições que elas moram , que é território , território não é só uma questão estrutural , tem uma questão de saneamento, água, esgoto, lazer , escola, creche como essas pessoas vivem , o que elas entendem... e que forma é esse território, de que forma elas se locomovem eu acho que busca ativa... (...).

A partir da vivência nos territórios, da aproximação com a população, pode-se conhecer mais de perto a sociedade e os contextos de baixa e alta complexidade existentes. Esse detalhamento é importante para uma Busca Ativa próxima do desejável. Essa possível sistematização poderia ser concretizada em contínua construção com a Vigilância, o CRAS, as organizações e trabalhadores, e a colaboração das demais esferas e setores, uma vez que o território e a dinâmica das políticas públicas, a conjuntura e a estrutura mudam constantemente, interferindo na Busca Ativa e na prática profissional.

**S2.** (...) busca ativa ... é você **sair do seu local de trabalho**, sair de trás da sua mesa, do seu computador e ir a busca, e você vai buscar o usuário, compreender o usuário, compreender toda a dinâmica de vida dele e aí em diante você atender as demandas, então quando o serviço social... você vai com o olhar de serviço social, pelo menos era isso que eu fazia (...)

Essa fala enfatiza a importância de sair do seu local de trabalho interno. O profissional deixa para trás sua mesa, desliga o computador e circula, se relaciona com a vida social do território, com os usuários e diversos setores. Negocia, faz alianças, parcerias na articulação de estratégias e ações, no sentido de garantir o atendimento às necessidades e na construção dos direitos sociais. Um exercício que vai muito além de coletar dados, embora esses sejam importantes e exiliem na efetivação da garantia da acolhida, convívio, rendimento e autonomia.

A Busca Ativa pode ser apenas uma expressão, a princípio, e, como tal, é carregada de intenções, motivações e historicidade, entre outras questões. Assim, o entendimento e a apropriação da Busca Ativa na prática profissional do assistente social precisa ultrapassar o empirismo.

➤ **Como os/as assistentes sociais foram introduzidos/as na Busca Ativa no NCI<sup>58</sup>:**

Nessa segunda categoria o que se destacou com mais força foi o desconhecimento sobre a Busca Ativa, tanto em sua dimensão estratégico-metodológica quanto como prática social e política do trabalho profissional. Constatamos que boa parte dos profissionais não possuíam conhecimento do contexto em que iriam trabalhar e do tipo de atividade que deveriam realizar.

**S6. (...) eu não fui orientada em nenhum sentido**, só foi posto e faça!! E aí eu mesma fui encontrando um jeito de fazer e forma de conversar de abordagem e nunca tive uma orientação ou explicação, **só foi posto, faça! “ Ô você vai ter que ir lá e procurar famílias pra gente inserir no serviço porque a gente precisa atingir uma meta”** e “tava” abaixo, e sempre o motivo foi esse né inicialmente, aí depois passou só pra conhecer os serviço e mostrar os espaços de abordagem que existe de acesso e tudo mais.

**S5. Tu achas mulher?!** (Risos) É aquilo que eu falei, vem um “negócio que é de cima pra baixo”, a gente... simplesmente o que é a busca ativa “ ô vocês tomam essa lista aqui, vocês vão atrás desse povo pra falar que tem um serviço que existe” em tese foi isso, **a gente num teve orientação, a gente não sentou pra discutir, isso foi construído ao longo dos tapas na cara que a gente levou, das batidas de...né das dificuldades que a gente foi encontrando.** Mas voltando aqui, **a gente não teve orientação**, a princípio foi uma coisa em tese, “ olha a lista é essa daqui vocês vão na porta de cada uma dessas pessoas, e avisa que tem um Núcleo de Convivência de Idosos aqui” é isso.

**S4. Não, não tive nenhuma orientação**, na verdade **não sabia o significado, do que é a busca ativa**, e... a gente acaba que aprendendo mesmo no dia a dia no cotidiano né você acaba lendo, só de pra entender mesmo conceitos né, aí você vai buscar mesmo em materiais teóricos, mais assim, a gente vai aprender mesmo... Fatima, na minha opinião fazendo, você só aprende a fazer fazendo, e eu acho que o excesso de repetição a cada dia vai te fazendo um pouco melhor, um pouco mais sensível nessas áreas de atuação da busca ativa , **não existiu ninguém que chegasse e “ olha você vai lá e vai você vai entrevistar vai pode fazer uma escuta, você pode dialogar fazer perguntas e tal, não, não se perguntar eu não tive isso, não tive pelo menos da minha parte eu não tive isso (...)**

---

<sup>58</sup> Ressaltando que, nesse universo de pesquisa, três profissionais que já haviam anteriormente executado a Busca Ativa no SASF, e que, em termos de dinâmica, ela não era diferente do NCI, conforme seus relatos, exceto que no SASF são os educadores executam a Busca Ativa, não o assistente social, o que não significa que ele não possa ir depois da primeira abordagem, se houver necessidade.

A atividade Busca Ativa é apontada como desconhecida. Os profissionais afirmam a ausência de informação, de conhecimento, de preparo, de orientação. A arbitrariedade impositiva de alguns serviços em se executar a Busca Ativa independentemente de uma preparação desses profissionais é recorrente nas falas. É presente o tecnicismo e burocratismo institucional, desalinhados aos objetivos centrais da Busca Ativa, conforme proposta da Proteção Básica, traduzida na acolhida, mecanismos de sobrevivência e de convivência direcionados a essa população. Os assistentes sociais parecem ser cooptados pela racionalidade do serviço, focados na força de trabalho e produtividade exigida pela instituição.

**S2. Não, de forma alguma,** eu tinha nas minhas mãos uma normativa, um documento norteador porque eu era técnica social, então eu recebi esse material todo teórico, e a partir dali eu tinha que desenvolver o meu trabalho, **agente teve uma capacitação pela SMADS na época, foi feita na antiga CAS leste, hoje é SAS, nós tínhamos, mas essa capacitação ela falava do trabalho como um todo, né,** todo o desenvolvimento de um NCI, o que é o NCI nessa nova configuração, com a equipe técnica. **Não tinha algo específico, olha a busca ativa é esse, esse e esse, não, isso a gente aprendeu na teoria e partimos para a prática**

Quando o sujeito (a) se refere à teoria no final da sua fala, está se referindo ao conteúdo teórico da graduação e de outros cursos. Alguns mencionam os conhecimentos do MDS/PBSM (2011) e PAIF. O sujeito 5 (S5) questionou a *aparição relâmpago* da Busca Ativa nos termos de portarias, etc., que marcam a presença da Busca Ativa no cenário da Assistência Social e da Proteção Básica. Há um número considerável de citações rápidas sobre a Busca Ativa nos documentos oficiais e outras fontes, sem se deter ou aprofundar em sua importância e natureza crítica. Por aparecer sempre restrita e sucinta, sem explicações mais específicas, e não se deixar conhecer em seus meandros, especialmente em sua dimensão política, tanto no que se refere a sua efetividade quanto à difícil realidade de grande parte da população brasileira, a Busca Ativa permanece sem muita credibilidade e expressão. Ainda assim e, contudo, esses profissionais conseguem ir além da sua situação de executores, mesmo sem o conhecimento específico, conforme afirmaram, aprendendo na prática e utilizando os conhecimentos acumulados na área de atuação para desenvolver uma prática mais competente.

#### ➤ **Pontos positivos e negativos da Busca Ativa:**

Os aspectos indicados como **positivos** referem-se a: acesso a bens e serviços no território, estímulo à autonomia, empoderamento, informação e maior conhecimento, trocas de experiências, maior proximidade com usuários e seus territórios, conhecimento de lideranças,

visão macro do território, inclusão, expectativa e notoriedade para os idosos, fortalecimento do CRAS e da Vigilância Socioassistencial, planejamento das ações preventivas e garantia da proteção social.

**S1.** Possibilita o indivíduo **conhecer e ter acesso aos serviços e benefícios ofertados e disponíveis no seu território**, tendo como referencial a Política Nacional de Assistência Social.

**S2(...)** divulgar um trabalho novo anunciar um serviço novo no território, por que o NCI acarreta benéficos aos idosos, a gente trabalha buscando um envelhecimento saudável, então assim, você **leva essa expectativa**. O ponto positivo é você levar **expectativas pra os idosos**, muitos já davam essa devolutiva pra você, “nossa que legal eu não vou ficar mais em casa sentado olhando pro nada”, estou sendo visto como idoso, como velho dentro do território, isso era um ponto positivo eu cheguei muitas vezes a ouvir isso dos idosos e dos familiares.

**S5 (...)** a gente conseguiu **aproximar mais desses idosos...** a gente conseguiu **entender melhor qual era o nosso território**, que pedaço aqui a gente tá pisando né, de pensar nesse fortalecimento, pensar no e... **entender a realidade desse território**, que era uma que ...a gente tava ali mais a gente não entendia a realidade né, a gente olha a gente julga, a gente nunca entrou numa viela, e de repente você entrar numa viela que parece uma cidade. Quando você entra num beco ali com mil famílias, mil histórias, muitas necessidades que foram identificadas, a gente conheceu gente muito bacana, a gente passa a **conhecer os líderes comunitários** né, que ações que estão sendo feitas aqui, então tem esses trabalho de... de... fortalecimento, a busca ativa, ela acaba promovendo isso né, porque faz com que a gente de tá ali assegurando a proteção social, o nosso trabalho acaba sendo efetivo né, porque a gente consegue ali chegar em quem realmente tá ali em situação de alta vulnerabilidade e a gente consegue fazer com que essa pessoa acaba e... tendo ali um certo **empoderamento** né. “Quem são vocês?” E dá um despertar né, “Ai eu não sabia que tinha direito a tal coisa” “Nem sabia o que era CRAS” O que vocês faziam” “O que é um Núcleo de Convivência de idoso?” porque ai quando você faz o atendimento você acaba explicando né, “nós somos do Núcleo de Convivência do Idoso é um serviço da Política de Assistência Social”, ai você fala um pouco do Cadastro Único, do NIS, que benéficos pode te trazer, então a pessoa acaba ali né... e nesse sentido porque você **não atende só o idoso, a família quer saber**, então eu acho que isso é um ponto super positivo na busca ativa, principalmente pra se aproximar do território, você entender que realidade é essa aqui e mais uma vez **fortalecer ai, e... a Vigilância né**.

Percebe-se nas narrativas o cuidado que os profissionais expressam em tentar superar os limites institucionais e da realidade que lhes está posta, para contemplar os requisitos da Busca Ativa na PNAS/Proteção Básica, em assegurar o cumprimento dos direitos e determinações da política com os indivíduos e famílias.

**S7** Então positivos é aquilo né, **conhecer o território, setores, lideranças comunitárias**, e... daí isso ajuda numa ação mais ampla de fazer as ações. nós ajuda nas ações de **garantia de proteção social**, porque através da busca ativa é que a gente enquanto trabalhadores, utiliza para trabalhar as demandas, ai conhece melhor o território, o que precisa ser trabalhado, também nos auxilia para **o planejamento para**

**as ações preventivas** nas articulações entre os setores, e... nós ajuda a compreender melhor a realidade que a gente tá lidando em dado local né, pra intervir.

**S4 (...)** quando você pretende e... fazer uma busca ativa **é legal que se tenha uma visão rica do território porque se a gente não conhecer o território e impossível faz a busca ativa** porque o sentido da busca ativa. Se você não tem o contexto do território você acaba anulando a sua busca ativa. Porque o objetivo da busca ativa e chegar lá e inserir esse sujeito no território nos serviços que existem nele, né. Você não vai lá simplesmente fazer uma visita.

As falas, no tocante às ações, aparentam um percurso tranquilo, em que quase tudo parece possível e viável na Busca Ativa; mas geralmente, para se chegar às objetivações almeçadas, há necessidade de desenvolver base investigativa e aproximações, conexões e apreensões da estrutura, da conjuntura, ter atitudes políticas (não partidárias), leituras estratégicas, para poder realizar uma prática concreta. A Busca Ativa se desdobra também no planejamento de ações, na convivência, acolhida e ações de prevenção dos vínculos familiares e comunitários. O desenvolvimento de trabalho com grupos, indivíduos e com o núcleo familiar faz parte do cotidiano do trabalho, que inclui as diferentes faixas etárias, uma vez que geralmente o idoso reside com mais duas gerações além da sua.

Os aspectos indicados como **negativos** referem-se a: ausência de reflexão sobre essa prática profissional, ausência de treinamento, de orientação, as constantes indefinições e mudanças políticas, lista dos beneficiários desatualizada, desconhecimento dos indivíduos e famílias sobre a PNAS, resistência na adesão e inclusão da população nos programas ou projetos, sucateamento e sobrecarga de trabalho interno e externo e poucos profissionais para o trabalho.

A expressão negativa mais mencionada versou sobre a ausência de teorização e de ensino, seguida do desconhecimento da própria estruturação da Busca Ativa como suporte para viabilização da PNAS. Isso significa que há um “descontexto” histórico, analítico e crítico da Busca Ativa, que fragmenta a compreensão do profissional e pragmatiza seu trabalho social.

**S6. (...)** e que a ausência de material é muito grande que é uma coisa que eu acho que precisava ter dentro das faculdades de repente uma aula, um tema, uma abordagem pra pessoas sairmos mais cientes né, é que muitas das muitas das vezes a gente sai da faculdades e só aprende isso só no trabalho, como executar, o que é? como faz ? é falta muita metodologia, eu senti muito falta no meu espaço de aprendizagem ... na faculdade.

As falas reforçam um sério aspecto: a ausência de material que explique a Busca Ativa, seu contexto no âmbito das políticas públicas e estratégia da PNAS, mesmo para o SUAS, inclusive reforçando a necessidade de esse ensino ocorrer desde a graduação. A ausência desses conteúdos explica o fato de que o profissional ir construindo sua prática de modo pragmático, por vezes voluntarista, sem o embasamento teórico-metodológico para seu exercício.

S2. A busca ativa no serviço social... na faculdade a gente não ouve falar sobre busca ativa, **não existe na grade do serviço social**, pelo menos que eu tenha visto, pelo menos na minha época, pode ser que hoje tenha mudado, que fale o que é uma busca ativa.

S5. (...) eu acho que isso deveria ser discutido, e cada território se articula de uma maneira né, mas assim, é uma briga todo ano quando a gente vai pra Conferência: **processo de educação continuada dentro da PNAS né, pra gente entender todas as ferramentas todos os instrumentais, todas as estratégias que a gente utiliza né, e a gente se perde nisso**, a gente tem materiais de embasamento que vem do MDS, que foram materiais muito bons. Aí tem a linha PAIF que traz um material que a gente acaba usando no serviço, porque o nosso é o serviço de fortalecimento de vínculos, né, então a gente acaba utilizando esse materiais também do MDS pra poder fazer alguns estudos né, aí vem a Tipificação de São Paulo, **tem as portarias, mais nada muito minucioso assim mais detalhado né, não teve muito detalhe**, que aí na prática mesmo, no fazer vai criando os nossos instrumentais ali pra facilitar nossa vida no nosso cotidiano de trabalho, né.

Outro aspecto também importante refere-se ao fato de que uma vez contratado, não se exige do profissional conhecer e estudar os dispositivos institucionais e/ou legais relativos ao seu trabalho, como é, nesse caso, a PNAS, LOAS, BSM, BPC, entre outros, que contextualizam o sentido para a Busca Ativa e nos coloca mais próximos aos propósitos profissionais e programáticos. Há estudos socioeconômicos, de sensibilização, reflexão, mobilização que exigem certo domínio, conhecimento e leitura analítica do território, como já ficou evidente em algumas falas.

S7. É algo assim que parecia tão básico, tão simples, mas é bom a gente sempre **tá buscando conhecer mais sobre o tema** e se manter apropriado a respeito, eu acredito também que é importante que haja um momento entre os técnico e vários parceiros que acabam atuando juntos e... **a importância de se ter um momento pra reflexão da conduta ou de ações** que poderiam ser questionadas se deve ou não ser feitas e como deve ser feitas.

S6. porque acho que a gente precisa ter um respaldo teórico né, até para as abordagens, como falar se portar se comportar, se posicionar e tudo mais não, porque acho que é necessário.

Observamos, também, outro aspecto mencionado, como as listas desatualizadas para a localização das famílias, trazendo como consequências, além da perda do tempo com erros de

endereços, a produção de mapeamentos equivocados na indicação de moradias dos beneficiários, entre outros problemas.

**S5 (...) a gente recebeu uma listagem super desatualizada**, a gente foi fazer as visitas, idosos que já tinha morrido há mais de 5 anos, e... não morava mais ali. Então a gente viu que o sistema que alimentava essa lista que a gente recebe ela vem do INSS, ela já vem de uma outra política de previdência, vem da Previdência Social a listagem, que é uma coisa que eu acho errada que não cabe aqui mas eu vou comentar, por que quem deveria pagar pelo benefício era a Política de Assistência social e não a Previdência, não o INSS, apesar da gente ser o Tripé da Seguridade, mas a gente saiu perdendo muito em relação ao... a concessão do benefício né, então a gente fica muito a mercê do que a Previdência manda pra gente, então a gente tem todo um trabalho no território de atualizar a lista de identificar esse indivíduo de dizer “olha ele tá aqui, tá vivo,” é atualizou o endereço, a gente faz uma lista bonitinha aí daqui meses eles mandam a mesma lista pra gente fazer a busca ativa novamente

**S2.** Então os pontos negativos seriam a falta de informação, porque a lista ela vinha do CRAS, quem manda é o INSS que é quem administra os benefícios hoje, o BPC idoso e deficiente, essa lista vinha pra mim totalmente desatualizada.

Quando mencionam a lista desatualizada, se referem à ausência da atualização de informações territoriais ali contidas. No capítulo I, fizemos menção às listas feitas em decorrência do PBSM. A NOB/2012, no artigo 94, faz referência à lista<sup>59</sup> que é enviada ao NCI pelo CRAS, e aponta a colaboração da Vigilância Socioassistencial (2012) que “auxilia a identificação de potencialidades dos territórios e das famílias neles residentes.” (NOB/12 p. 10).

A Vigilância Socioassistencial possui, necessariamente, o compromisso com a instituição e consolidação de um modelo de atenção que, partindo do reconhecimento e identificação das necessidades da população, aja proativamente para assegurar a oferta e efetivar o acesso das famílias e indivíduos aos serviços socioassistenciais. Tal modelo implica, não apenas o planejamento da oferta com base no diagnóstico da demanda, mas também a instituição da busca ativa como método estratégico de efetivação do acesso, potencializando o caráter preventivo das ações, ou, no mínimo, evitando o agravamento dos danos.  
[...]

---

<sup>59</sup> A localização é feita a partir da lista dos beneficiários e cadastrados no CadÚnico. Uma parte desses endereços não são encontrados, devido a endereços incompletos, números de residências inexistentes, pessoas falecidas e indivíduos desconhecidos, pessoas que se mudaram há muito tempo. Alguns nunca residiram no endereço, segundo informação dos que residem na mesma rua há 30 anos ou mais. Na lista constam pessoas que mudaram de endereço há 10 anos ou mais. A ausência de uma referência espacial no lugar do endereço também dificulta a localização. Entretanto, o assistente social atualiza e notifica tudo isso, faz os apontamentos e justificativas cabíveis nos relatórios, etc. Os relatórios, um conjunto de planilhas e quadros são enviados aos CRAS com os resultados de cada mês da Busca Ativa, mas as listas continuam vindo desatualizadas. Tudo isso inviabiliza a localização de indivíduos e famílias e a agilidade na Busca Ativa.

III - fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;

IV - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;

V - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades para inserção nos respectivos serviços [...] (2012, p. 16)

Os profissionais também indicam como ponto negativo a resistência na adesão e inclusão nos programas/projetos da PNAS, dos indivíduos e famílias beneficiadas:

**S1. Resistência do indivíduo e das famílias por** desconhecer a Política Nacional de Assistência Social.

**S5.** (...) a busca ativa tá ai pra gente buscar esses idosos que **não sabem que existe um Núcleo de Convivência pra idosos**, ele **não entende as vezes que o benefício que ele recebe, é um benefício que vem da ... da... de uma política que é da Assistência Social**, que as pessoas nem sabem do que se trata, ai você vai falar, ai você explica o benefício, “**Eu sou aposentado**” Não o Sr. “**Não é aposentado**” “**o Sr. Recebe décimo terceiro?**”, “**Não, não recebo**”, “**mais eu sou aposentado sim!!!**” Já olha “o que que esse povo quer com o meu benefício com a minha aposentadoria?” Aí não, a gente tá ali a gente explica o que é... a busca ativa serve para o que a gente faça, também com que o indivíduo entenda os direitos dele né, porque que a gente tá fazendo essas vista, quem somos nós, ai a gente fala dos serviços, fortalece o CRAS e todo um processo ali de fortalecer também a Vigilância Socioassistencial né , eu entendo dessa maneira aí.

Aqui o profissional define como esclarecem ou informam os usuários e famílias sobre a PNAS, seus objetivos, programas e projetos pois, de acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, deve-se “[...] democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários dos/as usuários/as” (1993, p.82). Ainda, o profissional expõe como muitos desconheciam, e/ou não tinham clareza da existência da PNAS, mesmo recebendo o BPC, benefício originário desta política, e ter familiares também beneficiados de programas e projetos; idosos que acreditavam ser aposentados se conscientizaram que não são. Passam a se compreenderem como cidadãos detentores de direitos, distinguir aposentadoria de BPC, compreender melhor as ramificações da PNAS no território através da abordagem esclarecedora da Busca Ativa.

**S2. (...) mas tinha os que não aceitavam, já via como: *você veio aqui para tirar meu benefício? Ah você veio aqui porque eu vou ser obrigado a participar? quer dizer que o meu pagamento só vai vir se eu vou lá nesse lugar?*** Então assim é você trazer essas questões como ponto negativo e trabalhar em cima disso para mudar, a partir daí eu mudava meu diálogo, mudava minha estratégia, mudava meu método de abordagem.

Interessante observar nessa fala o medo, o receio do idoso em perder seu benefício, às vezes até mesmo se negando a conversar com o assistente social. Entretanto, quando o profissional já sabe o nome de um usuário, de sua mãe, o número de benefício, isso vai suscitar de um lado apreensão, mas, de outro, certa confiança, porque ele está ali para realizar o trabalho social de prestação de benefícios; o assistente social transmite as informações, propõe e responde as indagações face a face na Busca Ativa. O assistente social necessita de base e fundamento teórico, além de possuir uma boa observação analítica e crítica no captar o ambiente, as pessoas, os sinais gestuais, etc. Assim, uma abordagem que a princípio parecia negativa, assume expectativa de esperança para o usuário.

**S3. (...) se *por ventura essa busca ativa for feita sem intencionalidade, com .. e ..apenas no interesse numérico né , o que é muito comum no serviço, assim, é você acaba virando um panfleteiro ou um vendedor de bugiganga na porta que para mim isso é um ponto negativo né porque a gente não tá vendendo um produto , a gente tá oferecendo um serviço público né***, então os pontos positivos vai depender do modo como a situação vai ser levada né, ela em si não tem carga de valor.

A Busca Ativa pode ter objetivo também de monitoramento e de orientação. Portanto, o profissional deve, no exercício da sua prática profissional, de acordo com o Código de Ética que regulamenta a profissão, “Abster-se no exercício profissional de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando a sua ocorrência aos órgãos competentes. ”. Yasbek remete-se ao respeito que o profissional, nas suas intervenções, precisa observar e exercitar:

A intervenção do assistente social está voltada para a melhoria das condições de vida da população é se dá tanto pela oferta de bens, recursos e serviços, como pelo exercício de uma ação socioeducativa. A ação socioeducativa do assistente social tanto ode assumir características disciplinadoras, voltadas ao enquadramento do “cliente” em sua inserção institucional e na vida social, como pode se voltar para uma perspectiva emancipadora, defendendo, preservando e efetivando direitos. (CRESS/SP 9ª Região, Legislação Brasileira para o Serviço Social, 1993, p. 60)

“Aqui está a lista, busquem esses idosos!!!” Muitas vezes, é assim que se inicia o trabalho de um assistente social em algumas instituições. Dependendo, esse trabalho pode resultar em incoerência entre os objetivos da instituição e os princípios do Código de Ética

Profissional, por exemplo, fomentando uma postura disciplinadora do profissional com os idosos, no sentido de inseri-los nos NCIs, uma vez que recebem o BPC, fazendo-os entender que sua “não frequência” pode comprometer o recebimento do benefício, quando, na verdade, o Código de Ética da Profissão reforça a autonomia e defesa da liberdade como um valor ético central incompatível com essa espécie de submissão do outro<sup>60</sup>. Falta diálogo e mediações entre os trabalhadores e as organizações que objetivam ampliar e intensificar a frequência do NCIs. A frequência é a base da manutenção delas e do emprego que oferecem. Contudo, a participação e compromisso delas com a proteção social é imprescindível: apresentar contribuições, fornecer aportes e bases para se atingir os resultados é essencial, não “pressionar” o profissional. Entretanto, há extensa análise da questão numérica, o que provoca distanciamento do viés qualitativo.

Um ponto também citado como negativo refere-se à sobrecarga de trabalho interno e externo.

**S7. Já o negativo, eu acho que são reflexos do sucateamento de profissionais, então eu acredito que para fazer a busca ativa, ainda que intercale né, uma equipe uma semana outra equipe em outra mas tinha que ter dentro do serviço de oferta, o profissional apenas pra fazer a busca ativa ou pelo menos pra e... auxiliar na hora da execução das demandas identificadas né. Porque senão toma muito tempo do período que você poderia estar agindo, ainda mais nós assistentes sociais com seis horas diárias, então é muita coisa pra dar conta e muita gente pra ser atendida. A solução era no caso se eu pudesse né, era a contratação de pessoas pra executar esse tipo de ... e... e essa busca ativa, por conta da grande demanda, da baixa de profissionais também dentro do setor de proteção social pra fazer.. pra dar conta mesmo das ações, porque daí você imagina, você... a gente tá lá fazendo as visitas, você tem metas pra serem atingidas, mas você tem que ter qualidade também**

---

<sup>60</sup> "Devido à proximidade com o usuário, o Assistente Social é tido como um agente institucional que centraliza e circula informações sobre a situação social dos clientes para os demais técnicos para a entidade, e as informações sobre o funcionamento desta para a população. A estas atividades é acrescida outra característica da demanda: a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. Inclui-se, aí, a necessidade do usuário ser levado a aceitar as exigências normativas e regulamentares de funcionamento da entidade como prioridades dos programas estabelecidos pelo órgão; a esta soma-se a ação “educativa” que incide sobre os valores comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio institucionais dominantes. Importa que as diretrizes institucionais sejam transmitidas como necessárias e válidas tanto para o “cliente”, como para a garantia de eficiência dos serviços, transformando o caráter impositivo da normatização em algo internalizado e aceito voluntariamente por aqueles a quem se dirige [...]” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2007, p. 113)

**pra prestar uma boa escuta um bom acolhimento que a busca ativa também envolve essas questões.**

Nessa entrevista, depois que desligamos o gravador, esse/a profissional mencionou que estava adoecido devido à sobrecarga de trabalho, exigências e constrangimentos institucionais. Expressou a precariedade do trabalho em uma entidade que necessitaria de mais funcionários, onde realizava atividades que caberiam a dois trabalhadores. Demonstrava angústia por primar pelo compromisso ético e a qualidade do serviço. Se questionava sobre como iria prestar um serviço de qualidade se havia muitas metas estabelecidas que suplantavam o trabalho digno com usuários, tarefas mecânicas que se agigantavam em descompasso com o trabalho e ritmo de um ser humano.

Conforme o Código de Ética do/a Assistente Social, de 1993, p. 78, o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”, vem ao encontro de alguns apontamentos dos sujeitos/as desta pesquisa, especialmente no que tange a suas apreensões. Essa qualidade dos serviços ultrapassa a competência profissional, considerando o domínio das dimensões da prática profissional, uma vez que as condições capilares mostram-se insuficientes e deficitárias, e se afastam de uma democratização e universalização, presentes nesse conceito de qualidade. Sair desse abstrato está, também, no compromisso da entidade empregadora e demais esferas nas quais o profissional está envolvido e se reporta.

A qualidade dos serviços a que o Código Profissional se refere é direcionada ao assistente social, não atribuindo isso às esferas de produção e reprodução social, econômica e política determinantes em que o profissional se insere. É algo maior, que envolve a perspectiva neoliberal e seus desencadeamentos, que reverberam nas profissões de caráter interventivo, como o Serviço Social. O Código de Ética da profissão, seus princípios e o que temos idealizado na construção do Projeto Ético Político<sup>61</sup>, primam por uma sociedade e sociabilidade mais justa

---

<sup>61</sup> Os projetos profissionais apresentam a “[...] imagem de uma profissão, elegem os valores, que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETO, 2006)

e igualitária, em consonância com a PNAS. A redução das desigualdades e a justiça social se articulam com a liberdade, o princípio central do Código da Profissão.

As dificuldades destacadas nessa reflexão podem servir de parâmetros para iniciar um processo avaliativo sobre a Busca Ativa na profissão. Por outro lado, do ponto de vista político, há um enorme subsídio legal, teórico e ético, que nos capacita a promover um debate fecundo e importante nesse campo. Assim, o conjunto de desafios elencados a seguir deve ser considerado para iniciar um debate e estabelecer ações práticas na transformação dos pontos negativos da Busca Ativa, que podem ser negociáveis. Há todo um processo maior nesse horizonte, que necessita de profissionais organizados coletivamente, com os usuários, organizações e tudo o que compõe a PNAS, com olhos e mentes abertos para levar a termo a articulação e o diálogo permanentes. O depoimento abaixo é um testemunho da positividade e importância dessa articulação.

S5. (...) no início que era tudo muito bagunçado a gente ia para o território não entendia e a questão de não ter orientação no início mais hoje a gente consegue trabalhar de maneira superpositiva. Quando existiu ponto negativo, o que que a gente fez? A gente chamou os serviços do território e graças a isso a gente tem um grupo de gerentes e técnicos, onde a gente faz várias discussões em relação ao território, o que a gente identificou; como a gente pode fortalecer. Nasceram várias ações depois disso, porque outros serviços foram também foram chegando. A gente tem uma ação que se chama “*Se liga no Mirian*” que como a gente está no bairro do Jardim Mirian, a gente está no distrito de Cidade Ademar, mas os serviços que estão ali próximo do Jardim Mirian, próximos da Avenida Cupecê, então têm as ruas que são próximos dessa avenida, então a gente faz uma ação comunitária anual com todos os serviços onde cada serviço faz atendimento no dia, chamando a população pra saber como é que é, como faz, então o legal é que desses pontos negativos acabaram surgiram essas ações.

➤ **Estratégias e metodologias empreendidas pelos profissionais, no exercício da Busca Ativa, para alcançar os “invisíveis”:**

Essa categoria mostra a maneira como os assistentes sociais se organizam no cotidiano da prática profissional, na localização do público foco das suas ações empreendidas, para aproximar os idosos dos familiares e do território e serviços. Destacam as atividades que envolvem a Busca Ativa: lista dos beneficiários, mapeamento, planejamento, panfletagem, dias

---

da semana, roteiro, cronograma, divisão por área de abrangência, automóvel com motorista, e GPS, conforme destaque nos depoimentos:

**S5.** Então, do ponto de vista metodológico, e aquilo que eu falei no início, **a gente recebeu essa lista** e a gente saiu buscando, acabando entrando em um território que não era super longe para o acessar o serviço, porque a ideia da busca ativa aqui, a estratégia era apresentar o serviço para o idoso né, ai tinha uma outra questão, se o idoso não pode ir para o serviço, a gente pode atende-lo e inserir- no PDU, e **ai a gente tem um carro contratado um motorista** que vem nos levar pra fazer as visitas e ai a gente sai com essa listagem buscando os endereços citados lá, então a dinâmica é isso. Nossa lista de busca ativa agora tá zerada tem uma listagem que a gente **divide por área de abrangência**, a gente sai de carro, GPS, tais, **tais e tais ruas a gente vai fazer hoje, a gente faz esse pedaço aqui, depois amanhã a gente faz o outro lado da rua**, é assim e ai isso acaba facilitando a nossa busca aí.

**S2.** Mapeamento do território, cronograma de visitas, visitar as ruas com maior número de indicados na lista mais próximos, convidar os idosos para o serviço, a partir da elaboração de um roteiro.

A lista dos beneficiários é um aporte primordial e inicial na localização da população; o mapeamento vai guiar os assistentes sociais no território e na Busca Ativa. A partir daí o profissional, em acordo com as estruturas do serviço, poderá desenvolver meios concretos para atingir sua funcionalidade e finalidade de Busca Ativa. Percebe-se que as dinâmicas são semelhantes e com pouca alteração metodológica. Na fala abaixo, o profissional fazia a abordagem tradicional, aliada à propaganda, com a entrega de panfletos que geralmente os serviços costumam dispor no deslocamento pelo território e em demais ocasiões.

**S3.** (...) escolhendo por ruas né, fazer esse chamamento, **então envolvia a divulgação do serviço, tipo olha tá começando um serviço novo e real né**, mas assim era realmente uma força tarefa. **No outro<sup>62</sup> era bater de porta em porta numa rua mesmo.** Na época a gente tentou inovar, então **nos confeccionamos...é panfletos né, explicando como 'que eram as atividades do serviço, quais eram os objetivos, também entregamos esse panfleto na hora, ai conforme ia tendo essa experiência** a gente ia criando na hora né, então a gente começou a não só escolher casas que tinham que tinham idosos que era nosso público alvo, mas também todo e qualquer tipo de casa que a pessoa queira receber alguma informação sobre aquele serviço porque essa pessoa poderia conhecer alguém idoso ou poderia entender que aquele serviço é um serviço de referência do idoso e que ela um dia talvez entrasse em contato, então a ideia da busca ativa ela transcendeu o processo de só convocar idosos pra ... passando a ter também um nível de divulgação daquele serviço como referência no território.

---

<sup>62</sup> Esse (a) profissional trabalhou no SASF anteriormente.

A divisão do território por ruas mais próximas, a leitura das expressões do território, as pontuações das características diversas, em geral áreas conflagradas pela violência, locais de difícil penetração, compõem o modo de operar a Busca Ativa. Há “pedaços” no território em que as pessoas se tornam invisíveis, porque a sociedade e o Estado fingem não as vê. Essas pessoas são o foco da Busca Ativa e da proteção social, e precisam ser encontradas. Há, nesses contextos, áreas semi-urbanizadas, córregos descanalizados, vazios urbanos inseguros, morros que penalizam um profissional mais velho e locais insalubres, que põem em risco qualquer profissional<sup>63</sup>.

S6. Sim, hoje eu realizo busca ativa no NCI **todas as segundas-feiras**, e o objetivo que a gente tem é de orientar os ídolos que rebem o Benéfico de Prestação Continuada sobre a importância da atualização cadastral no Cadastro Único, e também e... falar as atividades que nós temos no nosso serviço pra eles vão conhecer, sair um pouco de casa e até daqueles idosos que não conseguem sair a gente oferta o trabalho de PDU que é o acompanhamento no domicílio por um assistente social e um psicólogo e pra gente ir fazendo com que o idoso não entre em uma situação de isolamento, hoje o meu objetivo da busca ativa que eu faço no meu trabalho é só esse.

S5. (...) e aí a gente tem um carro contratado um motorista que vem nos levar pra fazer as visitas e aí a gente sai com essa listagem buscando os endereços citados lá, então a dinâmica é isso. Nossa lista de busca ativa agora tá zerada.

Conforme depoimentos, a dinâmica e organização da Busca Ativa, de 2011 até hoje, não está diferente da época do PBSM em algum sentido. Havia divulgação e valorização, cofinanciamento para os CRAS (como já mencionamos no capítulo I), para contratar as “equipes volantes” ou “equipes adicionais”. Hoje não há discussão ou interesse em se falar de Busca Ativa, mesmo sendo ela muito necessária. Conforme expressam os sujeitos da pesquisa, a Busca Ativa parece uma atividade simples, mas engana, especialmente na PNAS/Proteção Especial Básica, e na prática do assistente social, que precisa manter-se atento, do ponto de vista ético-político (campo do saber), teórico-metodológico (campo do saber) e técnico-operativo (campo do fazer):

Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao serviço social, como ramo de especialização do trabalho coletivo,

---

<sup>63</sup> Muitas vezes, recomenda-se a Busca Ativa compartilhada pelo assistente social e o psicólogo pelo menos inicialmente, nas primeiras abordagens, para contemplar diferentes visões da realidade e também por segurança. Mas, algumas instituições, na preocupação com a produtividade, distribuem separadamente os profissionais, mesmo nos momentos iniciais. Há ainda a questão da cobertura aos idosos, que precisam ficar pelo menos com um profissional no espaço socioassistencial. Assim, a dupla muitas vezes não atua conjuntamente.

e o de dar respostas, o buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita fundamentos teóricos- metodológicos, conhecimento e saberes interventivos , habilidades técnicos- profissionais, procedimentos teóricos metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. (GUERRA, 2008, p.47)

➤ **O diferencial do/a assistente social na prática profissional da Busca Ativa:**

Os assistentes sociais definiram como diferencial da profissão, na Busca Ativa, o conhecimento profissional, o conhecimento territorial, o olhar do assistente social, a ética, a inserção do profissional na realidade do usuário/a partir do território, e a formação em si.

Os trechos das falas abaixo mostram esses diferenciais:

**S1.** Minha prática profissional é pautada em **princípios éticos, embasados nos marcos legais vigentes e em trabalhos científicos (capacitação contínua)**. A busca ativa permite ao Assistente Social assim como a outros profissionais, uma maior aproximação com o indivíduo e nesse sentido, imprescindível que o trabalho ofertado e desenvolvido seja adequado, respeitando-se todos os aspectos apresentados pelo indivíduo, sendo a escuta ativa e observação, habilidades técnicas fundamentais para o processo de análise do resultado da busca ativa.

**S3.** Ah, então, eu acho que o assistente social né, **por ele ter uma formação...** e também vai pensar na dinâmica ampla para além do indivíduo para além da família , uma dinâmica territorial vou colocar assim, e... **ele vai poder contribuir analisando o território, e.. assim como o também o sociólogo poderia fazer, mas ele vai analisar o território sobre a visão da vulnerabilidade**, quais locais estão... e as características destes locais contribuem ou não para maior ou menor incidência de violação de direitos ou de vulnerabilidade social e o que é possível... e... **quais as estratégias vai fazer pra entrar naquele território para conversar com as pessoas para conversar com a vizinhança eu acho que esse feeling ....essa capacidade quase que intuitiva mano, do assistente social se inserir , tentar se inserir no território conversando , eu acho que é a sua peculiaridade** assim, não ter o receio de se.. de entrar naquilo e fazer parte, sem se ver como uma pessoa de fora e dizer, não estou somando com isso, logico que **respeitando os lugares** , tem trafico e situações de violência que você não pode interferir mas eu acho que a pegada do assistente social **e neste sentido de se inserir no contexto**.

Mencionam a importância de uma formação voltada para trabalhar com os indivíduos vulneráveis numa perspectiva multidimensional, definindo estratégias, adentrando nos territórios, respeitando suas particularidades, aliando intuição e sensibilidade.

**S7.** E se **mantendo atualizado**, eu acredito que um bom profissional deve ser desnudado de qualquer vaidade, preconceito e ele deve ter foco na justiça social.

**S4.** Eu acho que essa questão de imprimir o seu diferencial é muito peculiar né, porque daí vai muito do profissional da formação do profissional, vai muito da visão que ele

tem de território né, eu acho que vai muito da percepção que ele entende do que seja território e da percepção que é esse ele estando no território., porque de repente esse profissional só conhece o território de forma teórica só, tem alguns serviços que não permite a pessoa ir até ao território ele só conhece teoricamente. E... então eu acho que assim **ter uma visão ampla do território, ter uma vivência que te possibilite a compreender de esse território de forma teórica e prática no cotidiano porque, dessa forma, ele vai ter uma aproximação maior com a realidade né e não é território de forma teórica como a gente conversou anteriormente é território de entender que ele não composto só de prédios , de casas de, pontes de bancos , de estradas, mercados.. é território com toda a dinâmica que ele existe né e como as pessoas se organizam nele, como as pessoas que estão ali entendem o local aonde estão inseridos , então acho que assim, nesse sentido se eu tenho essa noção de território, isso vai ter um significado muito grande para minha atuação, isso vai te dar um confiança maior , uma tranquilidade maior , de você exercer a sua profissão , você não vai ser subjugado por quaisquer outras formações que de repente se sentir pressionado, não, eu sei qual é o meu papel , a minha competência dentro deste contexto porque eu me apropriei deste contexto né, então eu acho que tem isso quando você conhece se apropria desse conhecimento e se apropria desse conhecimento e você vive essas experiências , você sem sente confortável eu acho de atuar , eu acho que isso é um ponto forte nesse sentido.**

**S5. (...) mas puxando a sardinha, nós somos os profissionais que somos qualificados ai dentro desse processo pra identificar... e algumas necessidades e demandas que tem algumas particularidades que outras profissões não estudaram, né a questão da neutralidade né, do olhar de entender o espaço de onde esse usuário está inserido, então eu fico preocupada com... porque quando você vai no processo de busca ativa você entra no território, você vai colocar o pé no barro pra entender a realidade do indivíduo que você tá atendendo né, eu acho que a gente enquanto profissional do serviço social , que o nosso olhar é mais...mais refinado em relação a isso. Então, é aquilo que a gente já tinha falado, é o nosso olhar né, e a particularidade dessa profissão em ser a profissão que está ali pra garantia de direitos né, de ter esse olhar de neutralidade de tá estudando e... as particularidades as singularidade de cada pessoa de cada família, entender o contexto histórico o contexto , o contexto econômico , o contexto social né, a gente tem esse preparo profissional pra olhar pra família voltado pra garantia de direitos.**

Percebemos aqui alguns aspectos que marcam e que expressam o diferencial do trabalho realizado: a importância do foco na ação que se desenvolve (relacionado à justiça e à acessibilidade aos direitos); a competência e qualidade do profissional; a segurança e o domínio que os conhecimentos proporcionam ao profissional; o saber lidar com as pressões; a sensibilidade para apreender a dinâmica e o cotidiano local da população e suas particularidades, entre outros.

**S6.** Eu acho que é quando a gente se apresenta né, se coloca, e... **quando a gente vai procurar pessoas, se apresenta fala a nossa profissão, a nossa formação** já é um diferencial, quando a gente tá levando aquilo até a porta né.

Ser um/a assistente social é mencionado como um diferencial. Historicamente, parece que a profissão suscita confiança, propósito, justiça; há a perspectiva de que esse/a profissional possa realizar alguma transformação favorável àquela população.

**S2.** Ai, eu acredito que a partir do ... é que assim, a gente tem esse potencial, a gente tem o acesso, **a gente tem a informação, eu digo que é um poder, um certo poder, você faz um relatório e assina, você leva em um órgão eles te tratam até de outro jeito, então assim, o assistente social ele pode sim fazer esse diferencial de um outro profissional**, aí, se você ver uma situação, uma determinada demanda na qual só o assistente social pode fazer a mudança na vida daquele usuário, e a partir da busca ativa, **no primeiro contato você já consegue identificar algumas coisas, claro que precisa de mais detalhes, você tem que fazer ... muitas vezes, envolve muitos familiares, você tem de fazer um mapa social, outros atores então você precisa de ter mais informações**, mas quando você ... em muitos casos **quando você se identifica como assistente social**, alguns vê até como esperança. Eu cheguei a sentir isso em alguns momentos. “Nossa o assistente social chegou!!!”. Eu acho que **no caso do serviço social, ele é mais específico né, eu acho que a nossa formação no serviço social você é mais treinado pra ter essa sensibilidade né**, aí eu volto de novo aquela questão Fatima, pra ressaltar a questão do território, porque se você pensar por exemplo o psicólogo né, **a formação da psicologia, ele é formado pra que? Para estudar o indivíduo dentro de quatro paredes. Então assim, essa formação não te dá uma dinâmica de ampliar esse olhar pro território, ele não consegue ter uma percepção deste indivíduo dentro de um contexto do Território, aonde ele vive, as condições que ele tem pra chegar até o equipamento, quantas pessoas residem ali, a mesma forma de um professor dentro de uma sala de aula, ele não foi formado para entender território, ele não foi formado pra ir até a residência e a gente já tem essa percepção mais digamos assim aguçada né, então...** entendo né, não é tipo desmerecendo né, mas que isso pode ser aprendido depois, pode ser treinado e aperfeiçoado, mas eu entendo que uma prerrogativa que o assistente social, **ele tem essa sensibilidade maior na busca ativa num contexto de território de já fazer o link com os equipamentos, fazer as mediações, os encaminhamentos a escuta, eu acho que a escuta até cabe a todos, mas algumas atuações é bem mais específica do serviço social né**, então entendo que nem todos né, pode ser que alguns tenham algumas habilidades a mais ou não de fazer isso o aquilo, mas na minha percepção eu acho que **o assistente social ele tem essa sensibilidade maior**.

As falas seguem, inicialmente, com perspectivas semelhantes, atribuindo o diferencial ao estudo, ao acesso, à competência, à informação que o assistente social reúne e a um “certo poder” que possui, e que lhe permite saber direcionar suas ações práticas na direção de seus objetivos e das necessidades das populações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação nasceu da nossa prática profissional no Serviço Social em um NCI, um serviço socioassistencial que executa a Busca Ativa como uma de suas atividades essenciais. A questão que sempre nos motivou a realizar este estudo foi vivenciar a prática da Busca Ativa, descobrir sua importância e significado, especialmente na aproximação da população que realmente necessita do acesso a direitos e serviços, mas que não ganha, no interior das instituições e mesmo no Serviço Social, a atenção e conhecimentos necessários ao seu bom desenvolvimento.

Geralmente, a Busca Ativa não é discutida nas organizações, e seus profissionais não recebem orientações, subsídios teóricos-metodológicos e técnico-operativo para sua operacionalização, lançando-se, quase sempre, numa prática de condições estruturais e conjunturais desfavoráveis.

A exigência de resultados numéricos apressados acaba gerando uma execução burocratizada, voluntarista, funcional, que se confronta com os princípios profissionais. A *interface da busca ativa na prática do assistente social*, título do nosso estudo, é uma tentativa de superar nossas inquietações, compreendê-las melhor, e abrir um espaço acadêmico para sua discussão. Assim, nosso interesse investigativo consistiu em verificar o sentido, a apreensão e apropriação que o/a assistente social da “ponta” possui sobre essa estratégia, e como a executa na prática cotidiana profissional.

Do estudo bibliográfico e da pesquisa de campo que realizamos, alguns aspectos merecem certo destaque nesse momento:

- ❖ A Busca Ativa na prática do assistente social na PNAS, na Proteção Especial Básica e nos NCIs, permanece como um tema ainda esperando ser introduzido com mais vigor, que carece de estudo e apreensão dos profissionais.
- ❖ Conforme depoimentos dos/as profissionais que participaram da pesquisa, a Busca Ativa é pouco conhecida, pouco valorizada e explorada. São raras as produções sobre

tal temática, e há pouco incentivo para bem realiza-la pela rede hierárquica das federações.

- ❖ Na prática do assistente social, a Busca Ativa chega despida de sentido e de fundamentos, e algumas instituições impõem sua execução como produtividade.
- ❖ Ela não é uma atividade simples de ser executada. O profissional requer de conhecimento, estratégia, planejamento, compromisso, compreensão dos dispositivos legais e normativos, de capacidade para realizar análises críticas conjunturais; possui uma função política que extrapola a localização, a identificação, a coleta dos dados e resolução imediata de demandas geralmente isoladas, na perspectiva da proteção social e direitos.
- ❖ Entre as dificuldades encontradas pelos profissionais também constatamos a indefinição quanto a seu entendimento teórico-metodológico: por vezes é entendida como instrumento de ação, outras vezes como metodologia ou como estratégia de ação. Entretanto, sua dimensão difusa é sempre muito constatada.
- ❖ Observamos a forte presença da expressão “aprender fazendo”, dada imediatividade dos fatos. Por outro lado, determinadas demandas exigem uma análise maior, onde a prática, a teoria, a realidade e a abstração do aparente, compreensão dos aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos e históricos são imprescindíveis, possibilitando mediações críticas e a elaboração de estratégias mais seguras nas respostas que necessitamos dar, sem negar o “aprender fazendo”, mais o ultrapassando.
- ❖ A ausência de treinamento, de orientação, de aporte teórico; as listas dos beneficiários desatualizadas, o sucateamento e sobrecarga de trabalho interno e externo com poucos profissionais para o trabalho, corroboram para as dificuldades.
- ❖ O desconhecimento dos indivíduos e de suas famílias sobre a PNAS influi na resistência à adesão e inclusão da população nos programas ou projetos sociais a que têm direito.
- ❖ O sucateamento nas condições de trabalho, bastante intensificado nos NCIs, na “itinerância” do trabalho da Busca Ativa, que se lança em territórios desconhecidos, não suscitam promoção e concretização das condições materiais para sua realização. As respostas que a Busca Ativa apresenta exigem novas articulações e negociações, aprendizado, adaptação e agilidade. A convivência também requer um ritmo e velocidade em atividades, atribuições, formulações, desenvolvimento, organização de trabalho e respostas aos cumprimentos de prazos e de produtividade, que acabam

provocando o excesso de responsabilidades e, por vezes, exploração no trabalho dos profissionais, conforme afirma Raichelis et al (2018), no livro “A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social”, quando analisa o “[...] processo de trabalho abrangendo dimensões amplas do/a trabalhador/a desde as físicas, intelectuais, emocionais e relacionais, no sentido de identificar mais envolvimento na obtenção de mais resultados.” (p. 167)

- ❖ Os profissionais expressam, também, pontos positivos, como o acesso a bens e serviços no território proporcionados pelas informações, divulgações, orientações e estímulos que eles/as levam aos indivíduos e famílias, especialmente relativos ao conhecimento e acesso a recursos e direitos.
- ❖ A proteção social, que os profissionais dizem que seria difícil de se efetivar, efetiva-se através da Busca Ativa, o que possibilita o fortalecimento da autonomia no enfrentamento da vida.
- ❖ Os assistentes sociais atribuem ainda, como fator positivo, as trocas de experiências provenientes desse exercício, através da maior proximidade com usuários e com suas lideranças locais e territórios. Mencionam que o saber teórico e formação contínua são tão importantes quanto as contribuições, conhecimentos e experiências originárias dos indivíduos, famílias e coletivo que compõem os territórios. Essas experiências subsidiam leituras para a cobertura das expressões locais na mobilização e concretização da proteção básica. A importância do território foi muito citada ao longo deste estudo.
- ❖ Outro aspecto a se destacar diz respeito à inclusão e ingresso dos idosos e famílias nos programa e projetos, o acesso aos bens materiais e culturais, e a expectativa e notoriedade que os serviços e mudanças positivas introduzem nas vidas dos idosos e de suas famílias.
- ❖ O fortalecimento do CRAS e da Vigilância Socioassistencial também aparecem como suporte para o planejamento das ações preventivas e a garantia da proteção social no território.

No tocante às inovações, quanto ao trabalho de localização dos indivíduos e famílias, verificamos:

❖ Inovações na operacionalização da Busca Ativa são escassas ou não existem. Neste estudo, os profissionais foram unânimes ao narrar uma Busca Ativa “padronizada”, que se compõe: da listagem dos beneficiários, do deslocamento no território, da elaboração de um planejamento, da escolha de dias da semana para ir aos territórios e, em alguns casos, a distribuição de panfletos no reforço a divulgação dos serviços, etc. No mundo tecnológico em que vivemos, alguns artefatos tecnológicos poderiam auxiliar e facilitar esse trabalho. Depois de 2015, o MDS, PNAS e demais esferas federadas não investiram mais na Busca Ativa, sendo ela uma das bases da PNAS e do CadÚnico. Sem investimento, não apenas financeiro, se compromete o trabalho de base.

No contexto da política de assistência e de proteção social do nosso alcance investigativo, verificamos que essa estratégia estagnou. Para ampliar análises nesse sentido, necessitaríamos contemplar: o CRAS, a SMADS, a Vigilância Socioassistencial, etc. Sugerimos que os próximos pesquisadores direcionem seus estudos nessas direções.

O sentido, a apreensão e apropriação que o/a assistente social da “ponta” possui sobre a estratégia Busca Ativa, bem como a sua execução, sugere e afirma a necessidade de avançar e ultrapassar o que está posto. Nesse sentido, o desafio prossegue. Se mantém nosso pressuposto de que o desconhecimento do/a assistente social sobre a Busca Ativa, a ausência de informações e de formação para essa prática, a falta de visibilidade e esclarecimentos sobre a importância política dessa estratégia, aliado à fragilidade de conhecimentos teórico-metodológicos para sua efetivação, constituem sérias lacunas na prática profissional, gerando um fazer deslocado do saber e do entender a dimensão política dessa estratégia. Reconhecemos que o tema precisa ser “revirado e remexido”, e torcemos para que se lance luz a debates e reflexões sobre sua importância para a concretização da PNAS e a LOAS.

A partir da nossa posição dual, na execução da Busca Ativa e como pesquisadora, nos juntamos eticamente aos colegas que estão no campo de ação, da prática profissional da Busca Ativa, para que se construam ações mais qualificadas, estruturadas, em conformidade com os avanços e mudanças históricas e sociais: as políticas públicas, de saúde, a PNAS e de educação necessitam ir em busca de indivíduos e famílias que necessitam das ações protetivas, assegurando o compromisso legítimo de dever aos cidadãos e cidadãs brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Aline Diniz. O Papel do Cadastro Único no Plano Brasil Sem Miséria. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

BACHTOLD, Isabele Villwock. **Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará**. Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Portugal, Lisboa. 1977.

BÉRGAMO, Bruno Ricardo. **CRAS itinerante: uma proposta de busca ativa, territorial, descentralizada e interdisciplinar**. Universidade Federal de São João Del rei. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br>. Acesso em: 19/05/2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004. Brasília. 2005. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 27 de jul. de 2020.

BRASIL. Portaria MDS nº 341 de 07/10/2008. Dispõe sobre procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias no Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=208362>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 **regulamenta o Cadastro Único**. Lei nº 10.836. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836compilado.htm). Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016 - **Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20). Acesso em: 02 de ago. de 2020.

BRASIL. \_\_\_\_\_. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 29 de jul. de 2020.

BRASIL. **Instituto Nacional do Seguro Social**. Disponível em: INSS em <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/> Acesso em 05 de fev. de 2018.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei 8.742. De 07 de Dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.html). Acesso em: 21 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -**Tipificação dos Serviços Nacional dos Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 Brasília, df. 2013. Disponível em : [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em 05 de fev. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria /** Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 24 de jan. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Departamento do Cadastro Único. **Instrução Operacional Conjunta nº 18/SENARC/SNAS/SESEP/MDS.** BRASILIA Brasília, . 20 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/instrucoes\\_operacionais/2012/i\\_o\\_conjunta\\_18\\_senarc\\_snas\\_sesep.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2012/i_o_conjunta_18_senarc_snas_sesep.pdf). Acesso em: 19 de maio de 2020.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.** Brasília, DF. 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf). Acesso em: 27 de jul. de 2020.

BRASIL. Norma Técnica dos Serviços Sociassistenciais Socioassistenciais – **Proteção Básica da Assistência Social Municipal de São Paulo,** 2012. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/arquivos/norma\\_tecnica.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/norma_tecnica.pdf). Acesso em: 13 de mar. de 2020.

BRASIL. **O Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Ministério do Desenvolvimento Social. 3ª Brasília, 2017. Disponível em: [www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual\\_Gestao\\_Cad\\_Unico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf) Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. **Sobre a definição do CRAS.** Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 19 de jul. de 2020.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, 1ª ed. Brasília, janeiro de 1994. Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/politica\\_idoso.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf). Acesso em: 17 de jul. de 2020.

BRASIL. Portaria 46/2010/SMADS, dispõe sobre **a tipificação da rede socioassistencial do Município de São Paulo e a regulação de parcerias operada por meio de convênios**. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/arquivos/portarias/portaria\\_46-2010.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/portarias/portaria_46-2010.pdf). Acesso em: 19 de jul. de 2020.

BRASIL. **Portaria Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social** — SMADS. Nº 12 de 14 de agosto de 2012. Disponível em:

[egislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-sec-mun-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-12-de-15-de-agosto-de-2012](http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-sec-mun-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-12-de-15-de-agosto-de-2012). Acesso em: 27 de jul. de 2020.

BRASIL. **Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim%20Vigilancia%20n02-%20Equipes%20Volantes.pdf). Acesso em: 24 de fev. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Sobre a definição de Busca Ativa**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miséria/busca-ativa>. Acesso em: 26 de abr. de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Sobre o Serviço Social no PRONATEC

BRASIL. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. **Sobre a definição de Vigilância Socioassistencial**. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf). Acesso em: 10 de fev. de 2020.

CAMELOSI, Alda e TEIXEIRA, Elisângela. **A busca ativa no cotidiano dos Assistente Sociais: um estudo de caso a partir do CRAS de um município de Médio Porte da Região Mogiana-SP**. Faculdade Santa Lúcia. 2015. Disponível em: <http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/viewFile>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

CARVALHO, M.C.B. **Gestão Social e Trabalho Social – desafios e percursos metodológicos**. Ed. Cortez: São Paulo, 2014

**CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL**. 10ª edição. 1993. Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo. 9ª Região, 2013.

COSTA, Antunes Guerra de et al. **Evolução histórica da vigilância epidemiológica e do controle da febre amarela no Brasil**. Secretaria de Vigilância em Saúde/MS, Brasília, Brasil, 2011. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.

COSTA, Patrícia Vieira da et al. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

COSTA, Patrícia Vieira e FALCÃO Thiago. A linha de Extrema Pobreza e o Público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

CAMPELO, Tereza e MELLO, Janine. O Processo de Formulação e os Desafios do Plano Brasil Sem Miséria: Por um País Rico e com Oportunidades Para Todos. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GUERRA, Yolanda et al. **A dimensão técnica-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2ª ed. Juiz de Fora. UFJF, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD 2016. **Sobre a população idosa**: Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

Legislação brasileira para o Serviço Social: **Coletânea de Leis e Regulamentos para Instrumentação do /a Assistente social**/Organização do Conselho Regional de serviço Serviço Social de São Paulo, 9º Região. 4ª ed. Ver. Ampliada e atualizada, até maio de 2003.

LEMKE, Rubem Arthur e SILVA, Roseane A. N. da. **A busca ativa como um princípio político das práticas de cuidado no território**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: [www.revispsi.uerj.br](http://www.revispsi.uerj.br). Acesso em: 18 de nov. de 2019.

MARANHÃO, Cezar et al. Social, Sincretismo e conservadorismo. In: **Cenários, uma peleja teórica e histórica: serviço Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARCONI & LAKATOS. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. **Sobre a definição de parceria**. Disponível em: [http://www.parcerias.sp.gov.br/parcerias/docs/manual\\_de\\_parcerias\\_do\\_estado\\_de\\_sao\\_paulo.pdf](http://www.parcerias.sp.gov.br/parcerias/docs/manual_de_parcerias_do_estado_de_sao_paulo.pdf). Acesso em: 13 de mar. de 2020.

NASCIMENTO, Marília Noronha Costa do. **As ações das equipes volantes dos centros de referência de assistência social no Rio Grande do Norte**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFR>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

NETO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. *Serviço Social e Saúde*. Formação e Trabalho profissional. São Paulo Cortez, 2006.

Organização Mundial da Saúde- OMS. Organização Mundial da Saúde - **Relatório da população idosa**. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-port.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

QUIROGA, Fernanda. **Estratégias de Busca Ativa de Famílias Extremamente Pobres em Municípios de Pequeno Porte da Região Metropolitana de São Paulo e do Sertão Alagoano**. Faculdade Getúlio Vargas-SP. 2015. Disponível em: <https://pesquisa-eaesf.fgv.br/publicacoes/pibic>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

RAICHELIS, Raquel (orgs.). **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RODRIGUES, Maria Lúcia (orgs.). **Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa**. 2016. São Paulo, Editora Educ - Editora da PUC – SP.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto e IRIGARAY, Tatiana Q. Irigaray. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. Campinas/ São Paulo. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000400013&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000400013&script=sci_arttext). Acesso em: 10 de jun. de 2020.

SIQUIÉRI, Alana Silva da. e SILVA, Dayana Klebis da. **A busca ativa como instrumento na identificação de família e indivíduo em situação de vulnerabilidade social no enfrentamento das necessidades**. Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente SP. 2011. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado>. Acesso em: 10 de ago. de 2018.

Sobre a definição de **Vigilância Sanitária**. Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em : <http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/sample-sites-2/81-vigilancia-sanitaria/121-vigilancia-sanitaria>. Acesso em: 04 de abr. de 2020.

Sobre a **Busca Ativa Escolar**. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br>, ou em <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>. Acesso em: 15 de dez. de 2019.

Sobre a definição de **Amazônia Legal** (Lei 1.806/1953). Disponível em: Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/amazonia-legal/>. Acesso em: 27 de jul. de 2020.

Sobre a **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)**. Disponível em: Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos>. Acesso em: 10 de mai. de 2020.

Sobre o PLAS Plano de Assistência Social da cidade de São Paulo 2018/2021. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/comas/arquivos/2019/PLAS\\_2018\\_2021.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/arquivos/2019/PLAS_2018_2021.pdf). Acesso em: 16/03/2020.

Sobre o Guia de Cadastramento das Famílias Indígenas. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/organismos\\_internacionais/anexo\\_13\\_2\\_guia\\_cadastramento\\_familias\\_indigenas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/organismos_internacionais/anexo_13_2_guia_cadastramento_familias_indigenas.pdf). Acesso em: 13 de fev. de 2020.

Sobre a definição CadÚnico de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual\\_Gestao\\_Cad\\_Unico.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf). Acesso em: 15 mai. de 2020.

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade**. In Curso de Especialização a Distância CFESS/ABEPSS//CEAD/UNB-Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 200º.

WANDERLEY, M. B. e OLIVEIRA, I. M. C. (Orgs.) **Trabalho com famílias - Metodologia e monitoramento**, IEE-PUC-SP: São Paulo, 2004.

## Apêndice A – Modelo de Termo de Participação da Pessoa como Sujeito

### **Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

Todos os procedimentos estão de acordo com os princípios éticos que regem atividades vinculadas a pesquisa, atendendo à Resolução 196/96 e 466/12 e complementares do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisa com seres humanos.

Eu, \_\_\_\_\_, RG. \_\_\_\_\_, fui informada/o dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A pesquisadora certifica-me que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa; caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, estes serão absorvidos e de inteira responsabilidade da pesquisadora. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Declaro ainda que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

São Paulo\_\_\_\_, \_\_\_\_ de 2020.

|      |                            |      |
|------|----------------------------|------|
| Nome | Assinatura do Participante | Data |
| Nome | Assinatura do Pesquisador  | Data |
| Nome | Assinatura da Testemunha   | Data |

## Apêndice B - Modelo das perguntas norteadoras da entrevista

### **PERGUNTAS ELABORADAS PARA A ENTREVISTA**

1. O que é a busca ativa e para o que serve?
2. Como você vê a busca ativa no serviço social?
3. Quando iniciou seu trabalho na busca ativa você foi orientado (a) como fazê-lo?
4. Relate a dinâmica de busca ativa.
5. Qualquer profissional pode realizar a busca ativa por quê?
6. Do ponto de vista metodológico como você vê a busca ativa?
7. Quais os aspectos positivos e negativos da busca ativa e quais as estratégias empreendidas em caso de pontos negativos?
8. Como o assistente social em sua prática profissional imprime seu diferencial na busca ativa?
9. Obs. Existe algo mais que queira acrescentar a respeito da busca ativa?

Anexos - A Busca ativa nas Subprefeituras de São Paulo 2015/2019

| Subprefeitura                 | CRAS            | TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS NO ANO 2016, POR FORMA DE ACESSO |             |                       |                           | TOTAL  |
|-------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------|---------------------------|--------|
|                               |                 | Espontâneo                                                  | Busca Ativa | Enc. Rede Socioassist | Enc. Outras Pol. Públicas |        |
| Jaçanã / Tremembé             | JAÇANÃ          | 11.799                                                      | 286         | 321                   | 101                       | 12.507 |
|                               | TREMembé        | 15.803                                                      | 218         | 56                    | 218                       | 16.295 |
| Santana                       | SANTANA         | 14.689                                                      | 292         | 176                   | 57                        | 15.214 |
| Vila Maria / Vila Guilherme   | VILA MARIA      | 16.114                                                      | 20          | 141                   | 63                        | 16.338 |
|                               | VILA MEDEIROS   | 8.879                                                       | 987         | 616                   | 271                       | 10.753 |
| Casa Verde/ Cachoeirinha      | CASA VERDE      | 12.323                                                      | 561         | 11                    | 7                         | 12.902 |
|                               | CACHOEIRINHA    | 20.122                                                      | 14          | 77                    | 30                        | 20.243 |
| Freguesia / Brasilândia       | BRASILÂNDIA I   | 26.080                                                      | 562         | 35                    | 28                        | 26.705 |
|                               | BRASILÂNDIA II  | 10.231                                                      | 759         | 268                   | 15                        | 11.273 |
|                               | BRASILÂNDIA III | 11.792                                                      | 567         | 21                    | 27                        | 12.407 |
|                               | FREGUESIA DO Ó  | 9.041                                                       | 97          | 31                    | 8                         | 9.177  |
| Perus                         | ANHANGUERA      | 9.347                                                       | 16          | 29                    | 27                        | 9.419  |
|                               | PERUS           | 10.960                                                      | 0           | 6                     | 0                         | 10.966 |
| Pirituba / Jaraguá            | JARAGUÁ         | 19.426                                                      | 666         | 34                    | 58                        | 20.184 |
|                               | PIRITUBA        | 19.766                                                      | 442         | 358                   | 47                        | 20.613 |
| Sé                            | SE              | 39.170                                                      | 7           | 1.427                 | 0                         | 40.604 |
| Butantã                       | BUTANTÃ         | 14.848                                                      | 179         | 395                   | 471                       | 15.893 |
| Lapa                          | LAPA            | 11.557                                                      | 1.211       | 167                   | 122                       | 13.057 |
| Pinheiros                     | PINHEIROS       | 2.600                                                       | 46          | 6                     | 8                         | 2.660  |
| Aricanduva / Formosa / Carrão | ARICANDUVA      | 13.526                                                      | 45          | 16                    | 8                         | 13.595 |
| Mooca                         | MOOCA           | 16.859                                                      | 583         | 196                   | 301                       | 17.939 |
| Penha                         | ARTUR ALVIM     | 15.025                                                      | 267         | 75                    | 111                       | 15.478 |
|                               | PENHA           | 14.322                                                      | 499         | 589                   | 88                        | 15.498 |

|                     |                    |        |        |       |       |        |
|---------------------|--------------------|--------|--------|-------|-------|--------|
| Sapopemba           | SAPOPEMBA          | 29.967 | 416    | 66    | 59    | 30.508 |
| Vila Prudente       | VILA PRUDENTE      | 10.260 | 1.121  | 280   | 42    | 11.703 |
| Cidade Tiradentes   | CIDADE TIRADENTES  | 37.631 | 289    | 31    | 118   | 38.069 |
| Ermelino Matarazzo  | ERMELINO MATARAZZO | 30.055 | 274    | 10    | 26    | 30.365 |
| Guaianases          | GUAIANASES         | 22.839 | 161    | 45    | 37    | 23.082 |
|                     | LAJEADO            | 30.146 | 171    | 116   | 32    | 30.465 |
| Itaim Paulista      | ITAIM PAULISTA     | 15.603 | 124    | 103   | 25    | 15.855 |
|                     | ITAIM PAULISTA II  | 10.543 | 1.922  | 70    | 6     | 12.541 |
|                     | VILA CURUÇÁ        | 14.500 | 96     | 44    | 23    | 14.663 |
| Itaquera            | CIDADE LIDER       | 17.330 | 32     | 123   | 92    | 17.577 |
|                     | ITAQUERA           | 29.356 | 165    | 80    | 120   | 29.721 |
| São Mateus          | IGUATEMI           | 38.323 | 193    | 170   | 90    | 38.776 |
|                     | SÃO MATEUS         | 62.130 | 539    | 82    | 88    | 62.839 |
| São Miguel Paulista | SÃO MIGUEL         | 4.271  | 40     | 168   | 134   | 4.613  |
| Ipiranga            | IPIRANGA           | 29.952 | 826    | 33    | 16    | 30.827 |
| Jabaquara           | JABAQUARA          | 11.422 | 2.208  | 226   | 665   | 14.521 |
| Vila Mariana        | VILA MARIANA       | 8.015  | 95     | 245   | 0     | 8.355  |
| Campo Limpo         | CAMPO LIMPO        | 21.378 | 5      | 52    | 31    | 21.466 |
|                     | CAPÃO REDONDO      | 13.440 | 170    | 307   | 267   | 14.184 |
|                     | VILA ANDRADE       | 9.879  | 2      | 49    | 25    | 9.955  |
| Capela do Socorro   | CAPELA DO SOCORRO  | 28.499 | 1.165  | 41    | 34    | 29.739 |
|                     | GRAJAÚ             | 25.642 | 27.388 | 0     | 0     | 53.030 |
| Cidade Ademar       | CIDADE ADEMAR      | 22.211 | 323    | 842   | 684   | 24.060 |
|                     | CIDADE ADEMAR II   | 13.512 | 1.185  | 936   | 1.137 | 16.770 |
|                     | PEDREIRA           | 19.218 | 2.610  | 3.398 | 3.842 | 29.068 |
| M'Boi Mirim         | JARDIM ANGELA      | 12.983 | 0      | 0     | 0     | 12.983 |

|                      |                 |                |               |               |              |                |
|----------------------|-----------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
|                      | JARDIM SÃO LUIS | 12.591         | 19            | 17            | 2            | 12.629         |
|                      | MBOI MIRIM      | 24.481         | 0             | 0             | 0            | 24.481         |
| Parelheiros          | MARSILAC        | 2.575          | 199           | 56            | 80           | 2.910          |
|                      | PARELHEIROS     | 23.456         | 208           | 115           | 31           | 23.810         |
| Santo Amaro          | SANTO AMARO     | 15.887         | 14            | 21            | 20           | 15.942         |
| <b>TOTAL 54 CRAS</b> |                 | <b>925.090</b> | <b>48.481</b> | <b>11.467</b> | <b>9.082</b> | <b>994.120</b> |

Fonte: SMADS/COVS/SMAGI/CRAS, 2016.

| Subprefeitura               | CRAS            | TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS NO ANO 2017, POR FORMA DE ACESSO |             |                       |                           | TOTAL  |
|-----------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------|---------------------------|--------|
|                             |                 | Espontâneo                                                  | Busca Ativa | Enc. Rede Socioassist | Enc. Outras Pol. Públicas |        |
| Jaçanã / Tremembé           | JAÇANÃ          | 15.080                                                      | 589         | 71                    | 1.269                     | 15.717 |
|                             | TREMembé        | 14.450                                                      | 47          | 70                    | 3.054                     | 16.214 |
| Santana                     | SANTANA         | 15.663                                                      | 490         | 115                   | 1.755                     | 16.311 |
| Vila Maria / Vila Guilherme | VILA MARIA      | 18.820                                                      | 7           | 25                    | 1.908                     | 18.880 |
|                             | VILA MEDEIROS   | 7.585                                                       | 1.716       | 1.298                 | 1.319                     | 10.519 |
| Casa Verde/ Cachoeirinha    | CASA VERDE      | 14.690                                                      | 67          | 73                    | 1.433                     | 14.864 |
|                             | CACHOEIRINHA    | 22.009                                                      | 1           | 66                    | 1.793                     | 22.083 |
| Freguesia / Brasilândia     | BRASILÂNDIA I   | 23.245                                                      | 1.970       | 2                     | 2.637                     | 25.215 |
|                             | BRASILÂNDIA II  | 11.194                                                      | 1.248       | 43                    | 1.287                     | 12.273 |
|                             | BRASILÂNDIA III | 12.221                                                      | 206         | 9                     | 792                       | 12.445 |
|                             | FREGUESIA DO Ó  | 7.860                                                       | 59          | 34                    | 856                       | 7.955  |
| Perus                       | ANHANGUERA      | 10.210                                                      | 194         | 19                    | 1.145                     | 10.427 |
|                             | PERUS           | 10.684                                                      | 0           | 0                     | 956                       | 10.684 |

|                               |                    |        |       |       |       |        |
|-------------------------------|--------------------|--------|-------|-------|-------|--------|
| Pirituba / Jaraguá            | JARAGUÁ            | 17.184 | 810   | 32    | 1.936 | 17.990 |
|                               | PIRITUBA           | 20.563 | 594   | 49    | 1.864 | 21.230 |
| Sé                            | SE                 | 41.936 | 29    | 564   | 4.429 | 42.500 |
| Butantã                       | BUTANTÃ            | 18.019 | 479   | 363   | 3.196 | 19.792 |
| Lapa                          | LAPA               | 9.875  | 676   | 93    | 1.567 | 11.215 |
| Pinheiros                     | PINHEIROS          | 3.266  | 120   | 1     | 381   | 3.388  |
| Aricanduva / Formosa / Carrão | ARICANDUVA         | 15.604 | 36    | 16    | 1.553 | 15.652 |
| Mooca                         | MOOCA              | 21.464 | 954   | 1.123 | 2.085 | 23.596 |
| Penha                         | ARTUR ALVIM        | 17.261 | 541   | 166   | 2.220 | 18.210 |
|                               | PENHA              | 14.144 | 920   | 2.763 | 1.726 | 17.429 |
| Sapopemba                     | SAPOPEMBA          | 34.630 | 139   | 300   | 312   | 35.381 |
| Vila Prudente                 | VILA PRUDENTE      | 16.306 | 1.140 | 231   | 187   | 17.864 |
| Cidade Tiradentes             | CIDADE TIRADENTES  | 39.288 | 123   | 44    | 3.393 | 39.531 |
| Ermelino Matarazzo            | ERMELINO MATARAZZO | 30.838 | 289   | 24    | 3.039 | 31.168 |
| Guaianases                    | GUAIANASES         | 24.985 | 288   | 128   | 3.047 | 25.936 |
|                               | LAJEADO            | 22.475 | 44    | 148   | 2.071 | 22.709 |
| Itaim Paulista                | ITAIM PAULISTA     | 18.211 | 621   | 240   | 2.134 | 19.019 |
|                               | ITAIM PAULISTA II  | 11.962 | 1.785 | 85    | 1.646 | 13.457 |
|                               | VILA CURUÇÁ        | 13.439 | 76    | 56    | 1.490 | 13.582 |
| Itaquera                      | CIDADE LIDER       | 21.294 | 39    | 138   | 2.254 | 21.510 |
|                               | ITAQUERA           | 28.521 | 34    | 53    | 3.566 | 28.694 |
| São Mateus                    | IGUATEMI           | 33.596 | 345   | 147   | 4.097 | 34.126 |
|                               | SÃO MATEUS         | 65.605 | 183   | 56    | 6.819 | 65.866 |
| São Miguel Paulista           | SÃO MIGUEL         | 4.238  | 198   | 350   | 551   | 4.852  |
| Ipiranga                      | IPIRANGA           | 31.576 | 2     | 0     | 2.729 | 31.578 |
| Jabaquara                     | JABAQUARA          | 17.249 | 0     | 0     | 1.589 | 17.249 |

|                      |                   |                |               |               |                |                  |
|----------------------|-------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|------------------|
| Vila Mariana         | VILA MARIANA      | 12.397         | 89            | 279           | 0              | 12.765           |
| Campo Limpo          | CAMPO LIMPO       | 21.101         | 4             | 34            | 1.904          | 21.163           |
|                      | CAPÃO REDONDO     | 15.983         | 371           | 650           | 2.688          | 17.256           |
|                      | VILA ANDRADE      | 17.610         | 420           | 126           | 1.352          | 18.264           |
| Capela do Socorro    | CAPELA DO SOCORRO | 24.244         | 952           | 72            | 3.036          | 25.324           |
|                      | GRAJAÚ            | 35.532         | 7.196         | 33            | 4.422          | 42.798           |
| Cidade Ademar        | CIDADE ADEMAR     | 17.541         | 490           | 2.091         | 5.181          | 22.669           |
|                      | CIDADE ADEMAR II  | 24.173         | 1.023         | 344           | 2.728          | 25.704           |
|                      | PEDREIRA          | 18.234         | 998           | 4.749         | 4.944          | 25.551           |
| M'Boi Mirim          | JARDIM ANGELA     | 5.498          | 5             | 54            | 9              | 5.566            |
|                      | JARDIM SÃO LUIS   | 15.279         | 11            | 69            | 1.303          | 15.360           |
|                      | MBOI MIRIM        | 21.445         | 6             | 47            | 2.499          | 21.588           |
| Parelheiros          | MARSILAC          | 3.636          | 114           | 61            | 293            | 3.813            |
|                      | PARELHEIROS       | 23.466         | 173           | 111           | 2.920          | 24.047           |
| Santo Amaro          | SANTO AMARO       | 9.801          | 6             | 16            | 802            | 9.831            |
| <b>TOTAL 54 CRAS</b> |                   | <b>971.582</b> | <b>26.068</b> | <b>16.152</b> | <b>104.861</b> | <b>1.021.169</b> |

Fonte: SMADS/COVS/SMAGI/CRAS, 2017.

| Subprefeitura                 | CRAS            | TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS NO ANO 2018, POR FORMA DE ACESSO |             |                       |                           | TOTAL  |
|-------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------|---------------------------|--------|
|                               |                 | Espontâneo                                                  | Busca Ativa | Enc. Rede Socioassist | Enc. Outras Pol. Públicas |        |
| Jaçanã / Tremembé             | JAÇANÃ          | 21.106                                                      | 286         | 26                    | 41                        | 21.459 |
|                               | TREMEMBÉ        | 17.731                                                      | 1.508       | 170                   | 250                       | 19.659 |
| Santana                       | SANTANA         | 17.374                                                      | 231         | 56                    | 18                        | 17.679 |
| Vila Maria / Vila Guilherme   | VILA MARIA      | 21.680                                                      | 1           | 207                   | 71                        | 21.959 |
|                               | VILA MEDEIROS   | 9.880                                                       | 1.182       | 1.604                 | 627                       | 13.293 |
| Casa Verde/ Cachoeirinha      | CASA VERDE      | 20.320                                                      | 84          | 9                     | 89                        | 20.502 |
|                               | CACHOEIRINHA    | 16.385                                                      | 0           | 29                    | 4                         | 16.418 |
| Freguesia / Brasilândia       | BRASILÂNDIA I   | 16.291                                                      | 6.557       | 113                   | 14                        | 22.975 |
|                               | BRASILÂNDIA II  | 11.352                                                      | 2.677       | 119                   | 104                       | 14.252 |
|                               | BRASILÂNDIA III | 18.349                                                      | 309         | 8                     | 21                        | 18.687 |
|                               | FREGUESIA DO Ó  | 8.610                                                       | 50          | 54                    | 15                        | 8.729  |
| Perus                         | ANHANGUERA      | 12.049                                                      | 100         | 30                    | 42                        | 12.221 |
|                               | PERUS           | 11.514                                                      | 0           | 214                   | 0                         | 11.728 |
| Pirituba / Jaraguá            | JARAGUÁ         | 22.338                                                      | 667         | 82                    | 171                       | 23.258 |
|                               | PIRITUBA        | 19.988                                                      | 577         | 56                    | 43                        | 20.664 |
| Sé                            | SE              | 46.966                                                      | 0           | 687                   | 224                       | 47.877 |
| Butantã                       | BUTANTÃ         | 12.681                                                      | 394         | 277                   | 1.447                     | 14.799 |
| Lapa                          | LAPA            | 16.217                                                      | 383         | 134                   | 313                       | 17.047 |
| Pinheiros                     | PINHEIROS       | 3.565                                                       | 29          | 0                     | 0                         | 3.594  |
| Aricanduva / Formosa / Carrão | ARICANDUVA      | 14.433                                                      | 22          | 5                     | 3                         | 14.463 |
| Mooca                         | MOOCA           | 23.904                                                      | 1.477       | 178                   | 34                        | 25.593 |
| Penha                         | ARTUR ALVIM     | 19.523                                                      | 192         | 150                   | 211                       | 20.076 |

|                     |                           |        |       |       |       |        |
|---------------------|---------------------------|--------|-------|-------|-------|--------|
|                     | <b>PENHA</b>              | 19.016 | 511   | 3.765 | 190   | 23.482 |
| Sapopemba           | <b>SAPOPEMBA</b>          | 48.667 | 1.014 | 205   | 219   | 50.105 |
| Vila Prudente       | <b>VILA PRUDENTE</b>      | 21.567 | 398   | 269   | 95    | 22.329 |
| Cidade Tiradentes   | <b>CIDADE TIRADENTES</b>  | 25.324 | 453   | 31    | 50    | 25.858 |
| Ermelino Matarazzo  | <b>ERMELINO MATARAZZO</b> | 28.244 | 145   | 0     | 34    | 28.423 |
| Guaianases          | <b>GUAIANASES</b>         | 19.982 | 582   | 241   | 51    | 20.856 |
|                     | <b>LAJEADO</b>            | 22.749 | 59    | 69    | 11    | 22.888 |
| Itaim Paulista      | <b>ITAIM PAULISTA</b>     | 15.303 | 147   | 106   | 21    | 15.577 |
|                     | <b>ITAIM PAULISTA II</b>  | 23.941 | 1.858 | 36    | 2     | 25.837 |
|                     | <b>VILA CURUÇÁ</b>        | 16.496 | 113   | 115   | 10    | 16.734 |
| Itaquera            | <b>CIDADE LIDER</b>       | 18.497 | 20    | 57    | 59    | 18.633 |
|                     | <b>ITAQUERA</b>           | 27.786 | 182   | 104   | 226   | 28.298 |
| São Mateus          | <b>IGUATEMI</b>           | 36.698 | 353   | 64    | 44    | 37.159 |
|                     | <b>SÃO MATEUS</b>         | 55.761 | 649   | 176   | 76    | 56.662 |
| São Miguel Paulista | <b>SÃO MIGUEL</b>         | 3.075  | 132   | 244   | 66    | 3.517  |
| Ipiranga            | <b>IPIRANGA</b>           | 33.553 | 8     | 6     | 9     | 33.576 |
| Jabaquara           | <b>JABAQUARA</b>          | 18.595 | 116   | 0     | 2     | 18.713 |
| Vila Mariana        | <b>VILA MARIANA</b>       | 14.279 | 1     | 47    | 1.564 | 15.891 |
| Campo Limpo         | <b>CAMPO LIMPO</b>        | 22.088 | 44    | 60    | 39    | 22.231 |
|                     | <b>CAPÃO REDONDO</b>      | 18.853 | 240   | 94    | 94    | 19.281 |
|                     | <b>VILA ANDRADE</b>       | 16.655 | 2.402 | 294   | 349   | 19.700 |
| Capela do Socorro   | <b>CAPELA DO SOCORRO</b>  | 25.612 | 1.046 | 45    | 813   | 27.516 |
|                     | <b>GRAJAÚ</b>             | 50.574 | 242   | 47    | 209   | 51.072 |
| Cidade Ademar       | <b>CIDADE ADEMAR</b>      | 24.134 | 428   | 1.887 | 3.635 | 30.084 |
|                     | <b>CIDADE ADEMAR II</b>   | 27.963 | 1.094 | 83    | 3.731 | 32.871 |
|                     | <b>PEDREIRA</b>           | 24.026 | 471   | 2.564 | 1.293 | 28.354 |

|                      |                 |                  |               |               |               |                  |
|----------------------|-----------------|------------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| M'Boi Mirim          | JARDIM ANGELA   | 1.633            | 11            | 372           | 54            | 2.070            |
|                      | JARDIM SÃO LUIS | 15.908           | 9             | 52            | 9             | 15.978           |
|                      | MBOI MIRIM      | 40.221           | 0             | 8             | 17            | 40.246           |
| Parelheiros          | MARSILAC        | 3.087            | 113           | 34            | 21            | 3.255            |
|                      | PARELHEIROS     | 21.461           | 246           | 106           | 439           | 22.252           |
| Santo Amaro          | SANTO AMARO     | 13.231           | 5             | 52            | 24            | 13.312           |
| <b>TOTAL 54 CRAS</b> |                 | <b>1.049.464</b> | <b>26.610</b> | <b>13.378</b> | <b>16.191</b> | <b>1.105.643</b> |

Fonte: SMADS/COVS/SMAGI/CRAS, 2018.

| Subprefeitura                 | CRAS            | TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS JANEIRO A JUNHO DE 2019, POR FORMA DE ACESSO |             |                       |                           | TOTAL  |
|-------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------|---------------------------|--------|
|                               |                 | Espontâneo                                                              | Busca Ativa | Enc. Rede Socioassist | Enc. Outras Pol. Públicas |        |
| Jaçanã / Tremembé             | JAÇANÃ          | 9.191                                                                   | 56          | 9                     | 50                        | 9.306  |
|                               | TREMembé        | 7.253                                                                   | 72          | 10                    | 165                       | 7.500  |
| Santana                       | SANTANA         | 9.360                                                                   | 98          | 3                     | 2                         | 9.463  |
| Vila Maria / Vila Guilherme   | VILA MARIA      | 8.086                                                                   | 6           | 133                   | 49                        | 8.274  |
|                               | VILA MEDEIROS   | 5.066                                                                   | 75          | 144                   | 34                        | 5.319  |
| Casa Verde/ Cachoeirinha      | CASA VERDE      | 4.442                                                                   | 6           | 0                     | 0                         | 4.448  |
|                               | CACHOEIRINHA    | 4.708                                                                   | 0           | 12                    | 11                        | 4.731  |
| Freguesia / Brasilândia       | BRASILÂNDIA I   | 11.202                                                                  | 1.707       | 3                     | 228                       | 13.140 |
|                               | BRASILÂNDIA II  | 5.438                                                                   | 400         | 285                   | 0                         | 6.123  |
|                               | BRASILÂNDIA III | 8.053                                                                   | 166         | 7                     | 10                        | 8.236  |
|                               | FREGUESIA DO Ó  | 3.687                                                                   | 430         | 6                     | 3                         | 4.126  |
| Perus                         | ANHANGUERA      | 6.059                                                                   | 4           | 9                     | 11                        | 6.083  |
|                               | PERUS           | 3.836                                                                   | 0           | 0                     | 0                         | 3.836  |
| Pirituba / Jaraguá            | JARAGUÁ         | 10.017                                                                  | 307         | 3                     | 54                        | 10.381 |
|                               | PIRITUBA        | 7.605                                                                   | 420         | 20                    | 11                        | 8.056  |
| Sé                            | SE              | 22.436                                                                  | 0           | 151                   | 158                       | 22.745 |
| Butantã                       | BUTANTÃ         | 2.038                                                                   | 11          | 18                    | 17                        | 2.084  |
| Lapa                          | LAPA            | 6.233                                                                   | 197         | 162                   | 225                       | 6.817  |
| Pinheiros                     | PINHEIROS       | 1.706                                                                   | 9           | 0                     | 0                         | 1.715  |
| Aricanduva / Formosa / Carrão | ARICANDUVA      | 7.780                                                                   | 8           | 2                     | 1                         | 7.791  |
| Mooca                         | MOOCA           | 7.319                                                                   | 752         | 270                   | 80                        | 8.421  |

|                     |                    |        |     |       |     |        |
|---------------------|--------------------|--------|-----|-------|-----|--------|
| Penha               | ARTUR ALVIM        | 5.954  | 3   | 68    | 115 | 6.140  |
|                     | PENHA              | 9.211  | 110 | 1.460 | 76  | 10.857 |
| Sapopemba           | SAPOPEMBA          | 12.141 | 466 | 52    | 443 | 13.102 |
| Vila Prudente       | VILA PRUDENTE      | 9.138  | 31  | 14    | 47  | 9.230  |
| Cidade Tiradentes   | CIDADE TIRADENTES  | 12.013 | 206 | 19    | 13  | 12.251 |
| Ermelino Matarazzo  | ERMELINO MATARAZZO | 15.678 | 101 | 0     | 17  | 15.796 |
| Guaianases          | GUAIANASES         | 9.153  | 207 | 31    | 15  | 9.406  |
|                     | LAJEADO            | 9.579  | 9   | 29    | 7   | 9.624  |
| Itaim Paulista      | ITAIM PAULISTA     | 5.437  | 115 | 28    | 36  | 5.616  |
|                     | ITAIM PAULISTA II  | 8.261  | 437 | 22    | 4   | 8.724  |
|                     | VILA CURUÇÁ        | 7.202  | 92  | 66    | 0   | 7.360  |
| Itaquera            | CIDADE LIDER       | 10.863 | 15  | 134   | 216 | 11.228 |
|                     | ITAQUERA           | 11.579 | 94  | 45    | 76  | 11.794 |
| São Mateus          | IGUATEMI           | 18.577 | 111 | 63    | 26  | 18.777 |
|                     | SÃO MATEUS         | 22.131 | 139 | 39    | 53  | 22.362 |
| São Miguel Paulista | SÃO MIGUEL         | 1.162  | 28  | 69    | 7   | 1.266  |
| Ipiranga            | IPIRANGA           | 11.102 | 0   | 0     | 0   | 11.102 |
| Jabaquara           | JABAQUARA          | 7.066  | 264 | 4     | 11  | 7.345  |
| Vila Mariana        | VILA MARIANA       | 3.981  | 0   | 0     | 282 | 4.263  |
| Campo Limpo         | CAMPO LIMPO        | 7.640  | 48  | 32    | 25  | 7.745  |
|                     | CAPÃO REDONDO      | 5.998  | 153 | 14    | 16  | 6.181  |
|                     | VILA ANDRADE       | 8.525  | 922 | 119   | 30  | 9.596  |
| Capela do Socorro   | CAPELA DO SOCORRO  | 7.166  | 809 | 56    | 51  | 8.082  |
|                     | GRAJAÚ             | 18.066 | 116 | 30    | 66  | 18.278 |
| Cidade Ademar       | CIDADE ADEMAR      | 9.119  | 67  | 567   | 857 | 10.610 |
|                     | CIDADE ADEMAR II   | 15.937 | 31  | 6     | 710 | 16.684 |

|                      |                        |                |              |              |              |                |
|----------------------|------------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
|                      | <b>PEDREIRA</b>        | 12.415         | 90           | 891          | 963          | 14.359         |
| M'Boi Mirim          | <b>JARDIM ANGELA</b>   | 2.447          | 0            | 17           | 48           | 2.512          |
|                      | <b>JARDIM SÃO LUIS</b> | 2.958          | 14           | 76           | 12           | 3.060          |
|                      | <b>MBOI MIRIM</b>      | 9.085          | 42           | 2.185        | 2.585        | 13.897         |
| Parelheiros          | <b>MARSILAC</b>        | 1.619          | 83           | 28           | 19           | 1.749          |
|                      | <b>PARELHEIROS</b>     | 11.706         | 240          | 129          | 116          | 12.191         |
| Santo Amaro          | <b>SANTO AMARO</b>     | 2.308          | 6            | 9            | 2            | 2.325          |
| <b>TOTAL 54 CRAS</b> |                        | <b>417.776</b> | <b>9.466</b> | <b>7.250</b> | <b>7.753</b> | <b>442.245</b> |

Fonte: SMADS/COVS/SMAGI/CRAS, 2019.

ANEXO – Atribuições dos técnicos assistentes sociais e psicólogos elencadas na portaria 46\2010\SMADS. No NCI.

- Participar na elaboração do planejamento semestral e mensal, com o gerente, levando em conta a legislação vigente e as necessidades dos usuários do serviço;
- Realizar o mapeamento da área de atuação do serviço, identificando recursos disponíveis e promover articulações e parcerias com as redes sociais do território;
- Divulgar na comunidade o funcionamento do serviço como equipamento público da política de assistência social referenciado ao CRAS;
- Elaborar projetos semanais
- Realizar atendimento da demanda pelo serviço por meio de inscrição em instrumental específico
- Realizar a matrícula do idoso e orientar sobre procedimentos e ofertas do serviço;
- Orientar, encaminhar e auxiliar na obtenção de documentos de identificação, benefícios assistenciais e diretos de cidadania;
- Proceder ao registro de informações colhidas nas ações junto aos idosos e seus familiares em instrumentais apropriados ao serviço;
- Manter e desenvolver articulação com CRAS, CREAS e demais serviços da rede socioassistencial, visando à qualificação dos encaminhamentos dos usuários;
- Responsabilizar-se pela referência e contrarreferência no atendimento aos usuários;
- Realizar acolhida, atendimento individual e grupal, orientações e encaminhamentos a serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas, inclusive para obtenção de documentos, quando necessário;
- Realizar visitas domiciliares para identificar e acompanhar as necessidades de orientação ao idoso e sua família;

- Realizar atendimento particularizado com o idoso e sua família, na perspectiva de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades familiares e sociais;
- Desenvolver reuniões socioeducativas e reuniões de convivência com grupos de idosos e grupos de familiares;
- Organizar palestras e atividades coletivas (eventos) com os idosos, suas famílias e a comunidade;
- Manter prontuários em padrões adequados para análise e consulta dos demais técnicos e técnico supervisor do CRAS, em qualquer tempo;
- Manter controles diários e mensais com informações sobre as atividades desenvolvidas com os usuários e alimentar os sistemas de dados adotados pela SMDS;
- Realizar avaliações sistemáticas com os idosos, conforme metodologia de monitoramento e indicadores estabelecidos;
- Identificar e encaminhar ao CRAS as demandas de idosos e famílias para o acesso a cadastramento em programas de transferência de renda, outros benefícios socioassistenciais e inserção na rede de proteção social;
- Participar de reuniões de avaliação das atividades para manutenção ou redirecionamento;
- Acompanhar idosos, por meio de visita domiciliar, que necessitem proteção social básica no domicílio, tendo como estratégia de ação a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU);
- Participar de processos de capacitação continuada promovidos por SMADS ou pela organização;
- Proceder à discussão de casos que necessitem de intervenção com a equipe técnica;
- Elaborar relatório quando da ocorrência de abandono, afastamento, ou desligamento do NCI;
- Proceder à orientação sistemática aos idosos em relação aos direitos socioassistenciais e Estatuto do Idoso, sensibilizando-os para

prevenção e atuando quando da identificação de situações de risco, violência, abandono, maus-tratos, negligência, abuso sexual e financeiro;

- Elaborar e encaminhar ao CREAS relatórios sobre a identificação de situações de risco, suspeita de violência, abandono, maus-tratos, negligência, abuso sexual e financeiro contra o idoso;
- Desenvolver ação de localização de familiares e/ou pessoas das relações do idoso, quando necessário;
- Desenvolver atividades socioeducativas que valorizem as experiências e contribuam para a sociabilidade, o exercício da autonomia e do protagonismo;
- Desenvolver atividades que contribuam para os cuidados com idosos e na capacitação de seus cuidadores;
- Receber, avaliar e encaminhar sugestões dos idosos para o aprimoramento das atividades do serviço;
- Participar de reuniões de avaliação das atividades para manutenção ou redirecionamento delas;
- Substituir o Gerente quando designado;
- Alimentar sistemas de controle de dados do serviço, informatizados ou manuais, adotados pela SMADS, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União, pelo Governo do Estado de São Paulo;
- Realizar visita domiciliar ao idoso, quando solicitado pelo CRAS, e elaborar o respectivo relatório.